



REVISTA DE HISTÓRIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

ISSN 1983-9472



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO SUL**

Reitora:

Célia Maria Silva Correa Oliveira

Vice-Reitor:

João Ricardo Filgueiras Tognini

Câmara Editorial

Coordenador – Carlos Martins Junior. (Campus de Aquidauana - UFMS); **Secretário** - Valmir Batista Corrêa (UFMS); Alexandre Pierezan (Campus de Nova Andradina – UFMS); Eduardo Gerson de Saboya Filho (Campus de Corumbá – UFMS); Emilia Mariko Kashimoto (Museu de Arqueologia – UFMS); Ezio Luiz da Rocha Bittencourt (Campus de Nova Andradina – UFMS); Gilson Rodolfo Martins (Museu de Arqueologia – UFMS); Jérri Roberto Marin (Campus de Campo Grande - UFMS); Lúpcio Antônio Pereira (Universidade Estadual de Maringá-UEM); Vitor Wagner Neto de Oliveira (Campus de Três Lagoas - UFMS).

Conselho Científico

Adelina Pusineri (Museo Andrés Barbero – Asunción/Paraguay); Adhemar Lourenço da Silva Jr (Universidade Federal de Pelotas - UFPel); Adriano Luiz Duarte (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC); Al-bana Xavier Nogueira (Universidade para o desenvolvimento do Pantanal – Uniderp); Aldrin Armstrong Silva Castellucci (Universidade do Estado da Bahia – UNEB); Ana Paula Squinelo (Campus de Campo Grande – UFMS); Carla Villamaina Centeno (Universidade para o Desenvolvimento do Pantanal - UNIDERP); Eudes Fernando Leite (Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD); Fernando Teixeira da Silva (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP); Francisco Alves da Silva (Universidade Paulista - UNIP); Francis-co Alambert (Universidade de São Paulo - USP); Gilberto Luiz Alves (Universidade para o Desenvolvimento do Pantanal – UNIDERP); Lúcia Salsa Corrêa (UFMS); Maria Celma Borges (Campus de Três Lagoas – UFMS); Ney Iared Reynaldo (Universidade Federal de Mato Grosso); Otávio Canavarros (Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT); Paulo Roberto Cimó Queiroz (Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD); Paulo Roberto de Almeida (Universidade Federal de Uberlândia - UFU); Paulo Roberto Ribeiro Fontes (Fundação Getúlio Vargas - CPDOC); Ricardo Luis Vicente Pavetti (Universidad Nacional de Asunción – Paraguay); Robert W. Wilcox (Northern Kentucky University); Silvia Regina Ferraz Petersen (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS); Tito Carlos Machado de Oliveira (Campus de Aquidauana – UFMS).

Revisão: A revisão gramatical é de responsabilidade dos(as) autores(as)

Capa: Marília Leite e Lennon Godoi

Ilustração da capa: Mineiro carregando um raído de erva mate.

Revista Albuquerque

Revista de História da UFMS

Responsabilidade: Base de Pesquisas Históricas e Culturais das Bacias dos Rios Aquidauana e Miranda/BPRAM/DHI/CPAQ/UFMS

Endereço eletrônico: revistaalbuquerque@cpaq.ufms.br

Editora UFMS • Endereço eletrônico: conselho@editora.ufms.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Coordenadoria de Biblioteca Central – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

Albuquerque : revista de história / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
– v. 1, n. 1 (2009)- . Campo Grande, MS : A Universidade, 2009-.
v. ; 21 cm.

Semestral
ISSN 1983-9472

1. História - Periódicos. I. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

CDD (22) 905

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
--------------------	---

ARTIGOS

SILVA, Bruno Torquato.

<i>A cerca dos problemas enfrentados pela burocracia do exército na introdução do sorteio militar no estado de Mato Grosso (1916 – 1945)</i>	9
--	---

CAMPOS, Luciene Lemos de, RODRIGUES, Luciano.

<i>Migrantes e migrações: entre a história e a literatura</i>	33
---	----

DOSSIÊ

A CIDADE COMO OBJETO DE REFLEXÃO INTERDISCIPLINAR

2ª PARTE

FIGUEIREDO, Olga Maria.

<i>Monumento e memória no espaço urbano carioca: O exemplo do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial</i>	53
---	----

ANJOS, Melissa.

<i>Reflexões geográficas sobre esculturas no espaço urbano carioca</i>	65
--	----

RAMOS, Helmano de Andrade, MONTENEGRO, Rosilene Dias.

<i>Etnografia da “Cidade Prisional”: por uma análise das “Favelas”</i>	81
--	----

VENEROTI, Ivo.

<i>(Re)pensando os diversos usos do Campo de Santana em tempos pretéritos</i>	99
---	----

ARRAES, Marcos Alexandre.

<i>Embates discursivos: a modernidade no Recife na primeira metade do século XX</i>	115
---	-----

CADERNO ESPECIAL

<i>Relação dos danos causados pela invasão paraguaya, nas igrejas da Comarca Ecclesiastica do Baixo Paraguai a meo cargo, na Província de Mato Grosso</i>	137
Normas editoriais	141
Por que Albuquerque.....	143

Apresentação

Mesmo enfrentando as dificuldades inerentes à publicação de um periódico acadêmico e superando o descrédito de alguns que não acreditam que os cursos de história da UFMS podem ter uma vitrine de pesquisas, não somente de seus docentes mas também dos pesquisadores de outras instituições, a Revista Albuquerque chega ao seu terceiro ano. Assim, consolida-se cada vez mais este projeto editorial e também mostra a relevância das atividades desenvolvidas pela Base de Pesquisas Históricas e Culturais das Bacias dos Rios Aquidauana e Miranda/BPRAM/DHI/CPAQ/UFMS.

Neste número estão incluídos na seção “Artigos” dois textos inovadores, frutos de pesquisas dos professores Bruno Torquato Silva, Luciene Lemos de Campos e Luciano Rodrigues. O artigo “Acerca dos problemas enfrentados pela burocracia do Exército na introdução do sorteio militar no Estado de Mato Grosso (1916-1945)”, insere-se no terreno da chamada Nova História Militar e contempla um problema central enfrentado pelo Exército Brasileiro, em Mato Grosso, no tocante à reposição de seus quadros efetivos. Ao mesmo tempo aponta fontes que possibilitem discussões sobre as implicações estratégicas da presença militar na região, sobretudo no concernente à defesa das fronteiras ocidentais, à manutenção da coesão nacional e da ordem social.

A seção é encerrada com “Migrantes e migrações: entre a história e a literatura”, texto no qual, a partir da interface da História com a Literatura, os autores discutem o fe-nômeno da migração, enfatizando os significados contidos nos fluxos populacionais, bem como o papel que os migrantes exerceram e exercem na formação sócio-cultural de diversas etnias.

A Revista Albuquerque, neste número, também dá continuidade na seção “Dossiê” ao assunto “A cidade como objeto de reflexão interdisciplinar”, inicia-

do no número anterior. Assim, os textos selecionados para este dossiê, produzidos por especialistas vinculados a variadas áreas do conhecimento, as problemáticas da cidade são delineadas como questões significativas, nas quais emergem temáticas variadas que vão desde representações urbanas sobre a modernidade, até a presença de um léxico urbano para nomear e dar significados aos lugares e às gentes.

Finalmente, na seção “Caderno Especial” está inserido um precioso documento, raro e inédito, do frei Mariano de Bagnaia, que vivenciou um momento difícil em sua passagem pela fronteira sul de Mato Grosso, quando foi prisioneiro dos paraguaios durante a Guerra com o Paraguai. Este documento faz parte do acervo histórico do arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul e foi gentilmente cedido para a sua reprodução nesta revista. São importantes informações sobre as consequências da guerra que retratam os danos financeiros e materiais das igrejas de Corumbá, Miranda, Nioaque, Albuquerque e da Missão Bom Conselho.

Com certeza, a Revista Albuquerque, mais uma vez, contribui como um veículo apropriado à divulgação da produção científica na área da história, para uma profícua reflexão sobre temas históricos e culturais.



Artigos

Acerca dos problemas enfrentados pela burocracia do Exército na introdução do sorteio militar no Estado de Mato Grosso (1916-1945)

*Bruno Torquato Silva Ferreira**

O presente ensaio contém as indicações preliminares de uma investigação acerca dos problemas enfrentados pela burocracia militar brasileira durante o período em que procurou implantar a Lei do Sorteio Militar no antigo Estado de Mato Grosso na primeira metade do século XX. Para tanto, foram e estão sendo coligidos os documentos produzidos pelo comando do Exército na região, textos jornalísticos, documentos produzidos pela burocracia estadual e federal, entre outros. Estes apontamentos pretendem iniciar uma discussão acerca das relações entre as diversas esferas do poder na região e seus mecanismos de socialização.

Palavras-chave: Mato Grosso – Sorteio – Burocracia

This work contains preliminary indications of a investigation about the problems faced by the military bureaucracy in Brazil during the period in which he sought to deploy the Lei do Sorteio Militar in the old state of Mato Grosso in the first half of the twentieth century. For this

*Considerações
iniciais: sobre o
monopólio estatal
da violência e o
nacionalismo*

Na sua busca pela definição daquilo que é específico ao mundo ocidental moderno o sociólogo alemão Max Weber foi capaz apontar o capitalismo organizado em moldes racionais e a racionalização da conduta em todas as esferas da existência humana¹. Ao definir os três tipos puros

* Doutorando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: brunotferreira@ig.com.br

¹ COHN, Gabriel (org.). “Introdução” In. WEBER, Max. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982, p. 15.

purpose, were and are being collected documents from the army command in the region, newspaper articles, documents produced by state and federal bureaucracy, among others. The intent of this investigation is to unveil the

relationships between the different spheres of power in the region, its mechanisms of socialization.

Key words: Mato Grosso – Sortition – Bureaucracy

de dominação legítima (a dominação legal, a dominação tradicional e a dominação carismática), indicou que a dominação legal é a mais ajustada ao mundo capitalista por ter como fundamento “mais puro” a organização burocrática². A burocracia é um traço distintivo das modernas sociedades e está estreitamente relacionada ao aumento da interdependência entre os indivíduos, proporcionado pela expansão da produção econômica e das trocas comerciais, notadamente no capitalismo³.

A burocracia também é caracterizada como um domínio da impessoalidade regular (ou regularidade impessoal) no tocante à administração das relações humanas. Na medida em que o número de seus componentes aumenta se tornam cada vez mais complexas as sua atribuições, que passam a não mais se pautar pela socialização direta entre indivíduos, mas sim através de organizações assumindo papel mediatisante⁴.

Nas modernas sociedades, a convencional dicotomia entre público/ privado ganha nova coloração, pois pressupõe conflitos, velados ou abertos, da dominação legal-burocrática com os tipos de dominação tradicional e carismática, caracterizados pelo personalismo, no primeiro caso, e pela ausência de rotina, no outro. A organização burocrática, pela sua própria indispensabilidade, conduz ao desenvolvimento de uma ética profissional cujos valores são os da subordinação, porém parece correto pressupor que, dado o fato de que a autoridade da burocracia também advém de um saber por ela monopolizado, frequentemente se manifestam tendências à sua libertação gradual em relação aos grupos dirigentes, de modo a apoderar-se da organização e manipulá-la conforme os seus próprios

² WEBER, Max. *Idem*, p. 129.

³ COELHO, Edmundo Campos. *Sociologia da burocracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966, p. 9.

⁴ *Idem*, p. 9.

interesses; conforme Edmundo Campos Coelho, “organizações não servem a objetivos, mas são servidos por eles”⁵.

Dessa forma, pode-se compreender o comportamento político das organizações militares que fogem ao controle dos dirigentes civis, considerando-se que nem sempre os interesses de uma dada organização burocrática são coincidentes com os dos detentores do poder de mando, daí advindo, em grande medida, as referidas incompatibilidades de interesses e valores. Entretanto, outro aspecto fundamental da cultura política contemporânea fugiu às observações do arguto sociólogo erfurtiano: o advento do princípio das nacionalidades e suas incontornáveis implicações para o mundo ocidental.

Analizando as transformações sociais e políticas ocorridas nos últimos trezentos anos na Europa, Norbert Elias desvelou que o surgimento do nacionalismo⁶ coincidiu com uma transformação política e social de longo prazo bastante significativa: a ascensão burguesa aos quadros dirigentes estatais. Essa ascensão – fosse ela mais abrupta ou mais gradual – apresentou de maneira geral o mesmo resultado cultural: a fusão da ética aristocrático-guerreira, que tinha o realismo como o seu principal fundamento, com a moral burguesa, que tinha o seu refúgio espiritual no humanismo universalista⁷.

Em linhas gerais essa fusão implicou na incorporação de artefatos culturais aparentemente contraditórios como o exclusivismo, a democratização, o pragmatismo (cálculo frio), a humanização, entre outros princípios. Mas quando analisados sobre o pano de fundo da realidade social em que se defrontaram, essas aproximações passam a fazer sentido, pois tal fenômeno aflorou num contexto de pacificação intra-estatal e de forte acirramento da rivalidade interestatal. Com efeito, o Estado moderno, no mesmo passo em que procurava pacificar internamente a população a ele submetida, ingressava numa dinâmica de prevenção e

⁵ *Idem*, pp. 13-14; COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade*: o exército e a política na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 43.

⁶ É importante mencionar que por nacionalismo o autor entende o sentimento de pertença a uma coletividade maior, a nação, o que não guarda qualquer semelhança com a xenofobia ou qualquer conotação negativa que tal conceito possa.

⁷ ELIAS, Norbert. *Os alemães*: a luta pelo poder e a evolução do *habitus* nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, pp. 126-127.

competição em relação aos outros Estados, dando continuidade ao *modus operandi* dos Estados dinásticos que o precederam⁸.

Em muitos casos, sobretudo nos dos países da Europa continental, a implantação do serviço militar obrigatório era uma decorrência de conflitos e rivalidades que enredavam sociedades de massa umas contra as outras. Não por acaso a escola e o quartel eram consideradas instituições responsáveis pelos apelos aos sentimentos de lealdade à nação-Estado⁹. Nas palavras de Eric Hobsbawm:

A escola e o serviço militar ensinaram os italianos a compreender, se não a falar, a língua “nacional” oficial, e o exército fez do espaguete, anteriormente prato regional do sul empobrecido, uma instituição de toda a Itália. No que tange à população civil, o colorido espetáculo público da exibição militar foi multiplicado para seu divertimento, inspiração e identificação patriótica: paradas, cerimônias, bandeiras e música. O aspecto mais familiar dos exércitos era provavelmente a onipresente banda militar, sem a qual era difícil imaginar os parques e os festejos públicos¹⁰.

Houve, nesses casos, uma amplificação e impessoalização das solidariedades entre os membros das coletividades nacionais (eram *comunidades imaginadas*, de acordo com a feliz expressão de Benedict Anderson). Desse modo, para Elias, a nacionalização do *habitus* da grande massa de indivíduos que formavam as sociedades ocidentais nada mais foi do que uma decorrência do processo de modernização pelo qual passaram nestes últimos trezentos anos¹¹.

Entretanto, existem ameaças latentes a essa pacificação social, pois ela depende de condições específicas, tais como autodisciplina individual relativamente estável, manutenção de padrões habituais de vida e resolução pacífica dos conflitos intra-estatais. Por essa razão o Norbert Elias afirma que o processo civilizador nunca será completo, estando sempre ameaçado¹². Essas condições

⁸ *Idem*, p. 131.

⁹ *Idem*, pp. 133-134.

¹⁰ HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005, p. 421.

¹¹ ELIAS, Norbert. *Op. cit.*, p. 142.

¹² *Idem*, p. 161.

peculiares estiveram e ainda estão diretamente vinculadas às características de vida nas modernas sociedades industriais e capitalistas.

Ao mesmo tempo em que depende de disposições de personalidade e de um aprendizado social que implica na autocontenção dos impulsos violentos nas relações inter-individuais, a pacificação social exige uma predisposição dos indivíduos ao sacrifício da vida pelo interesse do Estado ao qual devem lealdade. Desse modo, fica bastante evidente que as normas morais vigentes nas sociedades ocidentais apresentam a ambiguidade primordial de serem ao mesmo tempo integradoras e segregadoras, tanto no plano interno como no plano externo¹³.

O elevado grau de não violência, característico das organizações estatais modernas, é um fato ímpar, sustentado pelo monopólio do uso violência por agentes estatais especializados no seu exercício organizado e legalmente autorizados. A própria violência está por trás da coação da violência nas relações humanas. A pacificação do Estado é, portanto, o resultado de coações impostas por outros, que no longo prazo se transformam em autocontenções (refreamento auto-ativado dos impulsos violentos). É por essa razão que Norbert Elias considera que a não-violência nas relações humanas nunca atingiu patamar tão elevado quanto nos últimos anos. Trata-se de um fato ímpar. Daí a inversão da equação: antes de se perguntar sobre as razões da violência em uma sociedade civilizada, seria o caso se saber como foi possível pacificar as sociedades em um grau tão elevado como ocorre “nos grandes Estados e sociedades do nosso tempo”¹⁴?

Neste breve ensaio pretendo evidenciar que Estado nacional brasileiro passou por processo análogo durante o século XX, notadamente após a introdução do serviço militar obrigatório. De fato, parece certo que o Exército brasileiro foi a ponta de lança da burocracia estatal no tocante à tarefa de pacificação social e exercício do monopólio do uso legítimo da violência. Contudo, por razões de ordem prática, esta proposta de investigação se restringirá espacialmente ao território delimitado pelo antigo Estado de Mato Grosso (atuais estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia).

¹³ *Idem*, p. 171.

¹⁴ *Idem*, p. 161.

O serviço militar obrigatório no Brasil

Com o advento da República operou-se uma verdadeira refundação do Exército brasileiro¹⁵. Nos primeiros anos do novo regime, os seus mais altos postos foram expurgados pelas lideranças militares do golpe que pôs fim à monarquia, proporcionando uma renovação do seu quadro de oficiais. Em seguida, ocorreu a organização do Estado-Maior do Exército (1896-1900) e a Guerra de Canudos (1896-1897), que representaram, para os destinos políticos desta força, um ponto de inflexão¹⁶. Posteriormente, a promulgação da Lei do Sorteio Militar (1908) veio desfilar um conjunto de reformas que visavam modernizá-lo¹⁷.

Contudo, essa lei só começou a ser aplicada a partir de 1916, na seqüência de prestigiada campanha nacional pelo serviço militar obrigatório, encabeçada pela Liga de Defesa Nacional, entidade que contou com o apoio militante do poeta Olavo Bilac e de outros homens de letras nacionalmente projetados, além das simpatias de alguns líderes do Exército, políticos e da burguesia paulistana. A forte impressão causada nos dirigentes políticos e militares pela brutalidade do conflito mundial de 1914-1918, caracterizado por intensa mobilização material administrada pelos países envolvidos, também constituiu fator ponderável para a tomada dessa decisão. A rigor, já existia lei com este objetivo desde 1874, mas em virtude de forte resistência popular e da falta de condições para a sua aplica-

¹⁵ CASTRO, Celso. *A invenção do exército brasileiro*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2002, pp. 12-13.

¹⁶ McCANN, Frank D. *Soldados da pátria: história do exército brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 102-103.

¹⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, pp. 22-24. Era a Lei nº 1860, aprovada a 4 de janeiro de 1908, que regulava “o alistamento e sorteio militar” e “reorganizava o Exército”. Vale observar que a própria constituição republicana de fevereiro de 1891, em seu artigo 86, prescrevia que todo brasileiro seria “obrigado ao serviço militar, em defesa da Pátria e da Constituição, na forma das leis federais”, abolindo assim o recrutamento forçado e estabelecendo ainda que o Exército e a Armada compor-se-iam, a partir de então, “pelo voluntariado, sem prêmio, e em falta deste pelo sorteio, previamente organizado”. A Lei nº 1860 apenas regulava o funcionamento de uma disposição constitucional. BRASIL. *Colleção das Leis e Decretos dos Estados Unidos do Brasil. Constituição de 1891*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

ção a mesma tornou-se *letra morta*¹⁸, cabendo ressaltar que a versão republicana dessa lei foi também inicialmente descumprida.

Durante todo o século XIX o Estado brasileiro viu-se em sérias dificuldades na tarefa de preenchimento dos *claros*¹⁹ das tropas em virtude da histórica “aversão e resistência ao serviço das armas, generalizados entre a gente comum”²⁰. O recrutamento forçado, feito “a laço”, foi expediente tradicionalmente utilizado na tentativa de atenuar essas dificuldades sem, no entanto, atingir resultados satisfatórios para o objetivo ao qual se destinava. A experiência histórica da sociedade brasileira com o cotidiano do recrutamento militar gerou algo classificado como uma “economia moral do recrutamento”, a qual associava o serviço nas forças militares permanentes, na condição de praça, a uma espécie de punição, uma degradação social a que estariam sujeitos apenas os indivíduos marginalizados pela sociedade. Por outro lado, todas as interpretações acadêmicas apontam para a importância da questão do recrutamento, entre outros aspectos da organização da defesa nacional, para o comportamento político individual e institucional dos militares, sobretudo após a Proclamação da República.

A debilidade das estruturas burocráticas prejudicava o desenvolvimento de uma efetiva ação recrutadora, calcada em dispositivos *racionais* e *modernos*. Na prática, o serviço nas tropas de linha (Exército e Armada) restava aos indivíduos não protegidos pelas relações de dependência aos grupos dominantes locais, que detinham privilégios de concessão de isenções delegados pelo poder central²¹. Essa dinâmica levou os poderes centrais a se sujeitarem aos interesses dos chefes locais, política e economicamente hegemônicos, no tocante ao recrutamento militar; podendo-se afirmar que essa situação só começou a ser alterada a partir do início da aplicação da Lei do Sorteio Militar em 1916.

A introdução da loteria para fins de conscrição rompia com o modo *tradicional* de convivência com as práticas cotidianas de recrutamento. Numa perspectiva abstrata, o sorteio, “independentemente de suas propriedades circuns-

¹⁸ MENDES, Fábio Faria. “A lei da cumbuca: A revolta contra o sorteio militar”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 24, p. 288, 2000.

¹⁹ Denominam-se “claros” as vagas individuais não preenchidas nas fileiras do Exército.

²⁰ MENDES, Fábio Faria. *Op. cit.*, p. 271.

²¹ *Idem*, p. 270.

tanciais”, possibilitava “probabilidades idênticas” de disputas por “um bem ou cargo”. Nesse sentido, as loterias seriam o mecanismo que mais se aproximaria do ideal de isonomia e impessoalidade perseguido pelas organizações burocráticas²².

Na perspectiva da população, especialmente dos potentados locais, o sorteio poderia representar uma ameaça imprevisível, pois combinava elementos de chance e compulsão. Desse modo, não obstante a presença de elementos políticos locais na organização das listas de conscritos (oficiais da Guarda Nacional e intendentes municipais) o advento do sorteio representaria “uma perda fundamental para o controle local sobre o recrutamento e as possibilidades de *tradução local*”. Por outro lado, do ponto de vista dos muitos opositores à lei do sorteio militar, a presença da principal autoridade municipal na constituição das juntas era interpretada como uma brecha, que dava margem às perseguições por parte destas em relação aos seus desafetos políticos²³.

No entanto, a própria legislação estabelecia sanções bastante rígidas para punir os eventuais fraudadores das listas do recenseamento militar: era prevista pena de um a seis meses e multa para os indivíduos implicados e condenados por semelhante acusação, além da suspensão no caso dos funcionários públicos. O sorteio reduzia drasticamente as possibilidades de negociação e barganha características da dinâmica do recrutamento forçado, impondo a presença de um Estado distante e impessoal. Os laços pessoais estruturados em redes de parentelas, clientes e amigos, até então prevalecentes na sociedade brasileira, ofereciam proteção contra as ameaças do recrutamento. O sorteio, em tese, ameaçava eliminar as linhas de demarcação entre protegidos e desprotegidos²⁴.

A perspectiva da adoção do modelo de conscrição obrigatória gerava expectativas, entre seus defensores, de que o serviço militar viesse a constituir um mecanismo disciplinador. Mais que isto, o serviço militar era visto por muitos como uma possibilidade de resolução dos problemas de organização social. Acima de tudo preocupava a muitos pensadores e formadores de opinião as dificuldades

²² *Idem*, p. 275.

²³ MENDES, Fábio Faria. “A economia moral do recrutamento militar o Brasil Imperial”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 13, n. 38, 1998, p. 83.

²⁴ *Idem*, p. 85.

referentes à constituição de mão-de-obra qualificada e obediente aos patrões, num contexto de princípios de industrialização do país e, consequentemente, de expansão das relações assalariadas de trabalho²⁵. O serviço militar, na visão de intelectuais da estirpe de Olavo Bilac, estava vinculado a valores como disciplinarização, racionalização e individualismo. Muitos, incluindo o próprio Bilac, entendiam que o Exército, através de suas escolas regimentais, deveria funcionar como vetor educacional do povo oferecendo aos recrutas educação elementar obrigatória (ou *instrução* como se dizia à época).

Além disso, esse método de alistamento vigorava em vários países europeus e, por essa razão, era visto como um modelo a ser seguido, pois refletia as visões de mundo de muitos homens letrados, as concepções de modernidade, civilização e progresso, como pode ser observado a partir do excerto subscrito:

O telégrafo trouxe-nos a consoladora notícia de que, em breve, será convertida em lei a obrigatoriedade do serviço militar entre nós. Mal conhecido do povo, o princípio do serviço militar obrigatório tem despertado prevenções e desconfianças; estas, porém, hão de desaparecer logo que a essência de seu princípio fundamental seja amplamente divulgada. *Para galgarmos a culminância que almejamos no concerto das nações mundiais*, não basta tão somente alardearmos a imponência de nossas riquezas naturais; o grande expandir de nossas forças econômicas; a extensão de nosso território; as belezas emocionantes que encerra nosso privilegiado solo, e a bravura e inteligência proverbial de nossos concidadãos. *Para atingirmos o alto grau de respeito e consideração que nos é devido, faz-se mister a demonstração eloquente de um exército moderno, onde o sentir e o poderio de nossa pátria se refitam*. Se a ordem interna e os respeitos às instituições de um país assentam na vigilância dos defensores de seus estatutos básicos, a externa, concretizada a integridade e soberania da pátria, só se pode assentar num exército regular perfeitamente disciplinado e aguerrido, plenamente convencido de sua sublime missão no cenário da vida humana. Para nós o serviço militar obrigatório será uma medida altamente patriótica e benfazeja; dela nos hão de advir os mais caros ensinamentos afetivos, vindo também desenvolver os nossos predicados cívicos de amor à pátria.²⁶

²⁵ Convém mencionar que o debate sobre o uso ou não da disciplina militar para fins de organização do trabalho na sociedade brasileira gerou grande polêmica, que opôs, entre outros, Olavo Bilac e Alberto Torres. Para uma summarização desta polêmica, ver COELHO, Edmundo Campos - Em busca., *Op. cit.* e McCANN, Frank D. *Op. cit.*

²⁶. “O sorteio militar”. *O Brazil*, 29/12/1907, p. 1. Grifos meus. Encontram-se evidências dessas vinculações e concepções em muitos periódicos mato-grossenses de época.

Há registros da existência de organizações disciplinares em várias sociedades e diversos contextos. No entanto, para Foucault, o poder disciplinar surgido na época moderna se distingue em relação ao das demais épocas por ser exercido de forma anônima, em nome da sociedade, embora continuasse sendo sofrido individualmente. É um poder *produtor de individualidades* que provoca, ao mesmo tempo, a emersão de uma multiplicidade de indivíduos. Nesse sentido, vale lembrar que o *insight* original da idéia do *panopticon* de Jeremy Bentham surgiu após observações dos dormitórios da Escola Militar de Paris ainda no século XVIII²⁷. Portanto, o Exército brasileiro afigurava-se como uma daquelas instituições que, na época moderna, passaram a receber a incumbência de efetuar transformações nas personalidades e hábitos dos indivíduos, assim como as prisões, escolas e fábricas.

Esse projeto disciplinar associado às organizações militares ficou bastante visível, no caso brasileiro, com a adoção do sistema de identificação baseado na impressão datiloscópica pelo Exército. Em relatório, apresentado em 1914, a respeito das atividades ministeriais desenvolvidas no ano anterior, o titular da pasta da Guerra afirmava que a execução do sorteio militar estava condicionada à observância de duas providências: 01) cessação dos engajamentos, medida que só poderia ser alcançada “lenta e gradativamente”, e 02) a não admissão, no Exército ativo, de indivíduos que, sendo reservistas, “verificam praça, alegando falsamente alistamento primário, burlando a lei mediante o simples estratagema de uma mudança ou alteração de nome”. No tocante à última providência, o ministro indicava que:

A única providência capaz de obviar esse grave inconveniente que perturba e compromete a organização da nossa defesa, é o estabelecimento no exército de um serviço de identificação, não só destinado a vedar a readmissão de reservistas, como a depurá-lo dos maus elementos constituídos pelos inferiores mentais e morais; a obstar de modo seguro o ingresso daqueles que por perniciosos à disciplina e à moral tenham sido expulsos das suas fileiras; a facilitar a instrução do processo criminal e, finalmente, a permitir a confecção de uma real estatística penal militar, vazada nos hodiernos moldes científicos²⁸.

²⁷ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995, pp. 210-211.

²⁸ MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1914*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914, p. 5.

Como é possível notar, as lideranças burocráticas do Exército procuravam aperfeiçoar os mecanismos de identificação da população masculina para fins disciplinares. As inovações técnicas do momento ampliavam as possibilidades de discriminação dos indivíduos. Esta discriminação potencializava o reforço da capacidade de individuação e de vigilância pelo aparato estatal sobre os indivíduos. Foi, portanto, de um momento de intensificação da capilaridade do poder, que permitiu, entre outras coisas, a classificação desses indivíduos de acordo com a conveniência dos dirigentes civis e militares. Portanto, a introdução do método datiloscópico possibilitava a seleção, dentro do universo dos praças que serviam ao Exército, daqueles que mais se adequassem às especificidades da vida em caserna, eliminando os incompatibilizados e os que já houvessem cumprido algum período anterior de serviço militar, pois estes deveriam constituir a reserva mobilizável das forças terrestres.

A introdução do sorteio implicaria na necessária promoção da circulação anual de jovens no interior das fileiras do Exército por curtos períodos, de 12 a 18 meses, com o fito de receber instrução militar e depois “darem baixa”. Retornando à vida civil, abririam vagas para que outros jovens pudessem receber a mesma instrução no ano seguinte e assim sucessivamente. No longo prazo se esperava constituir uma reserva sempre crescente de homens habilitados no manejo das armas. No novo Exército *moderno* não haveria mais espaço para o chamado *soldado profissional*, indivíduo que permanecia nas fileiras por longos anos e no mesmo posto até a aposentadoria. Seu lugar seria ocupado a partir de então pelo *cidadão-soldado* comprometido com a causa da defesa nacional.

É possível afirmar que, num sentido amplo e profundo, o Exército se apresentou como um vetor de civilização da população brasileira. Os seus métodos peculiares de instrução – que invariavelmente apelam para a infusão de valores e sentimentos de subordinação, restrição emocional, boas maneiras, civilidade e honra – iam ao encontro das necessidades dos dirigentes civis no que diz respeito ao objetivo de disciplinar e pacificar os sentimentos.

Neste particular cabem algumas observações a respeito do opúsculo *Catecismo do Soldado*, publicado por ordem do marechal Hermes da Fonseca, durante a sua passagem pela pasta da Guerra (1906-1909), o qual resultou de compilação encetada pelo segundo-tenente de infantaria Ildefonso Escobar, apresentada para publicação junto à gráfica do Ministério da Guerra em maio de 1908. Seu

propósito era ministrar “educação teórica e moral” aos novos recrutas que ingressariam no Exército após o funcionamento do sorteio militar²⁹.

Não coincidentemente, a primeira tiragem de 3.000 exemplares, em 1908, surgiu exatamente no ano em que se previa que fosse iniciado o funcionamento do mecanismo do sorteio militar. Posteriormente, em novembro e dezembro de 1909, outras tiragens de 3.000 e 2.000 exemplares foram sucessivamente publicadas, seguindo as ordens de outro ministro da Guerra, o general Bernardino Bormann. O autor afirmava que o seu trabalho deveria servir de “guia” para os “jovens sorteados” que brevemente ingressariam nas fileiras³⁰, ou mesmo para os “inferiores combatentes dos Corpos do Exército”³¹. Ao que tudo indica foram remetidos exemplares para todas as regiões militares do país³².

O próprio título é sugestivamente revelador quanto à finalidade do autor. Catecismo pode ser entendido como um “conjunto de instruções sobre os princípios, dogmas e preceitos de [uma] doutrina”, em geral expostas no formato de “perguntas e respostas”, constituindo “objeto de inabalável crença” para alguém³³. Neste caso, expressões como “dogmas”, “preceitos”, “doutrina” e “inabalável crença” evidenciam que se estava tratando de algo equiparado às religiões e não simplesmente às ideologias comuns³⁴. Em suma, a finalidade era catequizar cidadãos-soldado nos valores do “amor à Pátria”, no respeito às leis, às instituições, à história, aos antepassados, aos heróis e às glórias comuns

²⁹ Vale mencionar que o autor recebeu elogio publicado em boletim ministerial por esse trabalho ESCOBAR, Ildefonso. *Catecismo do soldado* (Infantaria). 2^a edição. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1910, p. X.

³⁰ *Idem*, pp. V-VI.

³¹ *Idem*, p. XIII. Inferiores eram os postos das bases das corporações militares como soldados, anspeçadas, cabos e sargentos.

³² *Idem*, p. XI. Região Militar constitui-se numa divisão administrativa implantada após a reforma conduzida pelo ministério Hermes da Fonseca (1906-1909). A área de abrangência das Regiões Militares respeitava os limites políticos dos Estados brasileiros, conquanto alguns, como o Rio Grande do Sul e Mato Grosso, constituísem cada um uma região militar, enquanto outros, como Santa Catarina e Paraná ou Maranhão e Piauí, eram aglutinados para formar uma única região militar.

³³ HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. RJ: Objetiva, 2009.

³⁴ Até onde foi possível conhecer, a analogia do nacionalismo com as religiões foi desenvolvida originalmente por ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 31-32.

do povo brasileiro, pois a “Pátria [...] [é] tudo que nós temos e tudo que nós podemos”³⁵.

Segundo o *Catecismo do Soldado*, o cidadão-soldado brasileiro também deveria se destacar como um cumpridor “perfeito de todos os [...] deveres de soldado”, demonstrando “bravura perante o inimigo” e cultuando a “lealdade e [...] [os] sentimentos generosos”³⁶. Como um cultor dos sentimentos de solidariedade para com a nação, deveria ter na bandeira o símbolo máximo da sua devoção, pois “ela nos faz lembrar daqueles que têm valentemente derramado seu sangue pelo Brasil”, é o “ideal do sentimento que exalta a nobreza e o valor do Brasil; quando ela tremula altiva; o Brasil é grande, respeitado e glorioso”; portanto, ela “deve ser adorada, respeitada e acatada pelo soldado e no combate é um dever sagrado de todo militar garanti-la, defendendo-a sempre, mesmo com risco de vida”³⁷.

Paralelamente, o soldado deveria se distinguir pela disciplina, entendida neste caso como a “submissão aos regulamentos militares e a obediência a todos os superiores”. Conforme *Catecismo do Soldado*, a disciplina não deveria ser encarada como uma arbitrariedade, pois

“cada soldado deve respeitar-se a si mesmo e ter convicção de que a disciplina é uma causa necessária e obrigatória. O Exército não pode existir sem disciplina, do contrário seus componentes não passariam de bandos perigosos, incapazes de chegar a um resultado ou obter um sucesso. A disciplina não está presente apenas no Exército, mas em todas as instituições respeitáveis como a família, o colégio e todas as associações civis que possuem chefia. A diferença é que nele a disciplina deve ser mais sólida do que em qualquer outra corporação.”³⁸.

No Exército a obediência deve ser “imediata, sem exitação nem murmúrio” e o militar deve obediência a “todos os graduados em escala hierárquica”, pois o “superior é o responsável pela ordem que dá”. Finalmente, todos (soldados, oficiais e generais) devem cumprir com os regulamentos militares, pois no Exército “todos obedecem”. Destarte, o soldado “deve executar as ordens recebidas com boa von-

³⁵ ESCOBAR, Ildefonso. *Op. cit*, p. 1.

³⁶ *Idem*, p. 2.

³⁷ *Idem*, pp. 3-4.

³⁸ *Idem*, pp. 6-7.

tade, com gosto e inteligência, a bem do serviço” e mesmo quando se encontrar sem ordens “deve agir de modo a satisfazer as intenções de seu chefe”³⁹.

A formação discursiva supracitada, além de reveladora dos valores a ela subjacentes, também desvela os investimentos sociais depositados num projeto de nação – elaborado por um setor da sociedade que passava por um crescimento numérico e de importância social e política – que tinha como meta a instituição de padrões impessoais de convivência e lealdade. Todavia, e não menos importante, explicitava-se uma estratégia de introjeção de noções de disciplina, ordem e honra vinculadas a esses mesmos padrões impessoais. A ubíqua burocracia militar brasileira dava decisivos passos na direção do desenvolvimento e da acumulação de um saber social muito útil ao exercício do poder disciplinar.

A formação dos grandes Estados europeus da era moderna exigiu esforços semelhantes de seus dirigentes e burocracias. Os seus exércitos não apenas garantiam a “paz civil” e a “defesa externa”, mas também eram detentores de “uma técnica e um saber que podem projetar seu esquema sobre o corpo social”; sendo que o “sonho de uma sociedade perfeita é facilmente atribuído pelos historiadores aos filósofos e juristas do século XVIII; mas há também um sonho militar da sociedade”⁴⁰. Portanto, o ideal e o desenvolvimento de técnicas e mecanismos de controle passam normalmente pela acumulação de experiências sociais verificadas nos grupos armados organizados e institucionalizados.

Max Weber, por sua vez, ao descrever as origens históricas da disciplina militar, chegou a conclusões semelhantes a respeito dos processos que marcaram as transformações das noções de racionalização e burocratização, ao afirmar que “a disciplina do exército deu origem a toda a disciplina (...) Nenhuma prova especial é necessária para mostrar que a disciplina militar é o modelo ideal para a moderna fábrica capitalista (...).⁴¹

Como é possível observar, atribuía-se grande importância às organizações militares no que se refere ao seu potencial para o desenvolvimento das noções de disciplina e individualismo na virada do século XIX para o XX. O Exército brasileiro, nesse sentido, passou a ser visto como fundamental agente no processo

³⁹ *Idem*, 7-8.

⁴⁰ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1987, pp. 151-152.

⁴¹ WEBER, Max. *Op. cit.*, p. 301.

de desenvolvimento e inculcação de valores *modernos*, em meio a uma sociedade ainda imersa em valores tradicionais, considerando aqui como “moderno” a “afirmação de valores e a implementação de práticas vinculadas ao individualismo, à disciplina, à racionalidade, à organização burocrática e ao mérito”⁴².

Olavo Bilac e a Liga de Defesa Nacional, de acordo com a concepção do *cidadão-soldado*, projetavam a idéia de um Exército “educador do povo”. Em outras palavras, o Exército deveria ser, na opinião desse grupo, um instrumento do Estado na difusão de princípios ideológicos de disciplina, ordem e nacionalidade, já que o sistema escolar não demonstrava competência para tal. Os chefes militares mais velhos, de formação positivista, a exemplo do ministro da Guerra, Caetano de Faria (1914-1918), tendiam a ver com maiores simpatias essa tarefa.

Por sua vez, os *jovens turcos*⁴³, mais imbuídos dos valores do profissionalismo militar, viam o serviço militar obrigatório como um instrumento de fortalecimento do Exército e, por extensão, do próprio Estado-nacional. Se possível, inclusive, gostariam de intervir na própria educação primária e secundária a fim de orientá-las no sentido da preparação militar da população desde a mais tenra idade. Estas perspectivas dissonantes revelam, em última instância, profundas discordâncias quanto à própria função do Exército e o seu lugar na sociedade brasileira. Em ambos os casos, no entanto, a perspectiva disciplinar e racionalizadora da expansão do serviço militar não se distanciavam dos horizontes intelectuais.

O sorteio militar em Mato Grosso: os limites da burocracia em uma região periférica

Em Mato Grosso, as décadas iniciais do século XX constituíram um momento de emergência das preocupações referentes à presença do Estado brasilei-

⁴² CASTRO, Celso. *Os militares e a república – um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995, p. 41.

⁴³ Grupo de oficiais subalternos que havia estagiado no Exército alemão entre 1906 e 1912. Ao retornarem ao Brasil se envolveram num movimento pela modernização das forças terrestres brasileiras, engajando-se na defesa da implantação do serviço militar obrigatório através de seu principal veículo de divulgação, a revista *A Defesa Nacional*.

ro na região, na justa medida em que se verificava a possibilidade de secessão da sua porção fronteiriça ou mesmo sua anexação total ou parcial pelas repúblicas vizinhas, particularmente a Argentina. Havia também disputas geopolíticas entre as duas maiores potências sul-americanas que concorriam pela atração econômica e política da Bolívia e do Paraguai, os dois únicos países sul-americanos que não possuíam comunicações litorâneas.

Por essas razões, sucederam-se ações com o fito de demarcar a presença do governo federal na região. A extensão de linhas telegráficas ligando Mato Grosso à Capital Federal e a construção da ferrovia Noroeste do Brasil (NOB), materializavam, nesse sentido, a presença e a intervenção estatal no território mato-grossense. Ao mesmo tempo, procurava-se reforçar a presença militar, sobretudo, através do aumento do número de unidades e efetivos acantonados no Estado, embora as suas condições demográficas e a resistência passiva da população ao recrutamento constituíssem óbices ao fortalecimento do poder central.

A Lei do Sorteio Militar, de janeiro de 1908, não parece ter sofrido grande oposição da imprensa mato-grossense. O mais notável a esse respeito foi a aprovação geral à medida. Os militares do Exército e da Marinha gozavam de grande prestígio naquela sociedade. Ao contrário do que ocorria em boa parte do país, há indícios de que membros de famílias socialmente projetadas acabavam abraçando a carreira das armas⁴⁴. Muitos donos de jornais tinham parentesco com militares ou então aceitavam colaborações de oficiais como articulistas em seus periódicos. No mais, nas condições cronicamente depressivas vividas pela economia mato-grossense, o casamento das filhas de “boas famílias” com oficiais militares não deveria ser algo a se desprezar⁴⁵. Destarte, tudo indica que a sociedade mato-grossense mantivesse uma relação bastante estreita com os destinos dos militares que serviam no seu Estado.

⁴⁴ Cf. PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1952; PÓVOAS, Nilo. *Galeria dos varões ilustres de Mato Grosso*. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1977 e LEAL, Joaquim Ponce. *Os homens e as armas: o conflito campo-cidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1980.

⁴⁵ O líder político mato-grossense Generoso Ponce, por exemplo, casou duas filhas com oficiais do Exército e da Marinha, além de ter sido irmão de um prestigiado oficial. PONCE FILHO, Generoso. *Idem*.

As autoridades locais e estaduais de Mato Grosso, em geral, procuravam manter convivência, no mínimo, cordial com os chefes militares ali aquartelados. Essa precaução se revelava, em certas ocasiões, mais que uma necessidade política, uma questão de sobrevivência. A luta pelo poder político na região normalmente incluía choques armados, que invariavelmente contavam com a participação de membros do Exército.

Em pelo menos uma ocasião a falta de apoio da oficialidade do Exército ali estacionada foi fatal para um presidente de Estado: Antônio Paes de Barros que, em 1906, foi assassinado após ter sido apeado do poder por um movimento golpista que envolveu, além de muitos elementos da plutocracia local, todas as unidades militares federais acantonadas no Estado⁴⁶. Na pior das hipóteses, a presença de corpos do Exército nos municípios mato-grossenses representava um acréscimo para as suas receitas, o que eventualmente gerava disputas entre as lideranças políticas das diferentes regiões pela atração dos quartéis. Exemplo disso foi a mobilização gerada na imprensa e nos dirigentes mato-grossenses por ocasião da dissolução do 39º Batalhão de Infantaria, até então acantonado em Cuiabá, capital de Mato Grosso. Entre as argumentações apresentadas pelo editorial do periódico *O Mato Grosso* para se opor a essa medida do comando do Exército naquele Estado alegou-se que Cuiabá seria

a única capital de Estado que fica privada da força federal, acarretando essa medida, *além de grandes prejuízos para o nosso comércio, grandes dificuldades para o serviço do sorteio militar, com relação à incorporação dos vastíssimos e populosos municípios do Norte*. Estamos certos que o Exmo. Sr. Ministro da Guerra, cuja competência sobre assuntos militares é reconhecida por todos, considerando a melhor situação da nossa capital e da nossa praça tome outras medidas em ordem a evitar que fiquemos de todo privados de uma unidade do Exército nestas longínquas paragens. Estamos informados de que o digno e honrado Presidente do Estado, Exmo. E Revmo. Sr. D. Aquino Corrêa, já dirigiu-se ao Governo da República pedindo reconsideração desse ato. Os esforços empregados pelo ilustrado Presidente, nesse sentido, serão, estamos certos, secundados pelos nossos representantes federais, que ainda ligam algum interesse à causa do Estado que representam.⁴⁷

⁴⁶ BARRETO, Emygdio Dantas. *Expedição a Mato Grosso: a revolução de 1906*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1907.

⁴⁷ *O Mato Grosso*. “Segue para Corumbá o 39º Batalhão” de 06/02/1919, p. 1. (Grifos meus).

Não foi possível determinar com exatidão quais forças políticas foram mobilizadas para que a volta de uma organização militar para dentro dos limites da Capital do Estado fosse ordenada pelo Governo Federal, mas o fato é que, menos de um ano após a saída daquele batalhão de infantaria, outra organização estaria de volta a Cuiabá para não mais sair: o 16º Batalhão de Caçadores. E foi o mesmo *O Mato Grosso* quem tratou de noticiar o regresso da presença militar na Capital mato-grossense, não esquecendo de apontar os seus “*benfeiteiros*”:

“Segundo nos pronunciamos destas colunas, esse acantonamento de força federal em nossa capital constitui uma medida que há muito vinha se impondo, por isso que, incontestavelmente, encerra um valor inestimável para o meio social em que vivemos. Hoje, com se vê, tornou-se ela efetivada, e isto graças à ação patriótica do Exmo. Sr. D. Aquino, que com a sua palavra prestigiosa junto ao honrado governo da República, demonstrou como se fazia preciso a sua perfeita procedência. Assim, pois, coroados de êxito, como se acham, tais esforços despendidos pelo honrado presidente do Estado e que foram secundados eficazmente por aqueles que filiados ao nosso partido representam Mato Grosso no Congresso Nacional, necessário se nos depara agora que a população da nossa capital, representada por todas as classes sociais, demonstrando a sua melhor satisfação por esse justo motivo que ora salientamos, acorra daqui mais algumas horas ao porto de desembarque, a fim de receber condignamente os bravos soldados da nação cuja digna convivência sempre nos é grata”.⁴⁸

No entanto, para os dirigentes locais, as preocupações de ordem defensiva não eram as principais a serem sanadas pela presença militar na fronteira ocidental. Está bastante clara, pelos excertos citados, a relação entre a presença militar e a ordem interna e a atividade comercial nos núcleos populacionais da região. Situação semelhante já havia ocorrido quando o Exército retirou da cidade de Cáceres o 19º Batalhão de Infantaria entre 1908 e 1910. A reação, por parte das autoridades estaduais e federais mato-grossenses, foi imediata e também surtiu efeito: ainda em 1910 o comandante geral da guarnição do Exército no Estado recebeu e cumpriu a ordem de deslocar novamente para aquela cidade uma

⁴⁸ “16 de Caçadores”. *O Mato Grosso*, 05/02/1920, p. 1. Para maiores informações a respeito desse episódio ver *Mensagem (D. Francisco de Aquino Corrêa) dirigida à Assembléia Legislativa do Estado ao Instalar-se a 2º sessão ordinária da 11ª Legislatura em 7 de setembro de 1919*. Cuiabá, Tipografia Oficial, 1919, pp. 22-23.

unidade de infantaria, desta vez o 38º, um dos batalhões do 13º Regimento de Infantaria, que tinha sede na cidade de Corumbá, que também se constituía na sede do comando do Exército na região.⁴⁹

Contudo, a realidade militar em Mato Grosso foi tradicionalmente marcada pela precariedade material e carência de pessoal. Os registros administrativos produzidos pelo comando militar na região constantemente indicavam falta de recursos orçamentários, meios de transportes inadequados e, acima de tudo, diminutos efetivos em termos de praças e oficiais. De modo que as dificuldades estruturais, vivenciadas pelo Exército brasileiro àquela época, eram sentidas de maneira ainda mais dramática pelos corpos instalados em Mato Grosso, em função das avantajadas distâncias que separavam aquele Estado dos centros de decisão e do caráter punitivo e de desterro adquirido pelo serviço militar naquelas plagas⁵⁰. Some-se a isto, o caráter altamente volátil da política estadual naquela quadra, com suas constantes *revoluções*, que invariavelmente enredavam oficiais e praças ao lado das facções em luta.

Esses fatores contribuíam para o acirramento dos ânimos dos componentes dos quadros da hierarquia militar ali presentes, o que se refletia no funcionamento da burocracia militar e no padrão disciplinar da tropa, ademais, altamente violento e conturbado. Por outro lado, se não houve resistência aberta ao sorteio,

⁴⁹ “Batalhão de Caçadores”. *Correio do Estado*, Cuiabá, 09/03/1910, p. 2. Ao que parece os chefes militares em Mato Grosso e na Capital Federal não pareciam satisfeitos com a ordem de remoção de um batalhão de Corumbá para Cáceres, a julgar pelas palavras do ministro da Guerra em seu relatório relativo às atividades de 1911: “O 38º batalhão de infantaria, que faz parte do 13º regimento, foi mandado estacionar em S. Luiz, *apesar de sua estadia ali não corresponder às necessidades do serviço*” MINISTÉRIO DA GUERRA. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo general-de-divisão Antonio Adolfo da Fontoura Mena Barreto, ministro dos Negócios da Guerra em maio de 1912*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1912, p. 54. (Grifos meus).

⁵⁰ Ver a respeito do tema FERREIRA, Bruno Torquato Silva. “Notas acerca da Vida Arregimentada dos Praças nos Corpos do Exército no Antigo Mato Grosso (1909-1916)”. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, disponível em <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/215>. É importante destacar que, antes da instalação da ferrovia ligando o Sul de Mato Grosso a São Paulo (1914), as viagens menos demoradas entre a então Capital Federal (no Rio de Janeiro) e Mato Grosso demandavam em média um mês através de vias marítimas e fluviais, que incluíam escalas nos portos dos países platinos vizinhos, em cidades como Montevidéu, Buenos Aires e Assunção, estuário do Prata acima, até os portos das cidades de Corumbá, Cáceres e Cuiabá QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. “Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX)”, p. 14 (no prelo).

é certo que houve resistência surda ou passiva às ações da burocracia do Exército no sentido de promover o cerco aos cidadãos legalmente sujeitos ao recrutamento. Até porque, de acordo com a legislação vigente, a tarefa do alistamento para a seleção do serviço militar era uma atribuição das intendências municipais. Com efeito, as ações afirmativas do poder militar do Governo Federal na região, esbarravam constantemente nos interesses localistas.

Já foi demonstrado por Max Weber e Norbert Elias, que há relação direta entre o monopólio militar associado ao monopólio fiscal, e o processo de fortalecimento político do Estado moderno. Sabe-se também que a organização militar moderna se faz acompanhar de um profundo esforço de racionalização administrativa no que toca às necessidades de aprovisionamentos técnicos e materiais⁵¹. Com efeito, a presença de organizações militares no antigo Mato Grosso cumpria importante papel estratégico, modernizador e civilizador, no sentido de que atendia aos interesses centralizadores. Nuca é demais destacar que o termo civilizador é tomado aqui no sentido atribuído por Norbert Elias, ou seja, como processo de transformação da personalidade, que implicou no controle dos impulsos violentos (reorganização das estruturas de personalidade) decorrente da centralização política que ensejou a sujeição dos indivíduos ao Estado, através do monopólio fiscal e do uso da violência legítima pelos seus agentes.⁵²

Portanto, um estudo direcionado para a análise das transformações nas práticas de alistamento nas décadas iniciais do século XX, mais especificamente, uma reflexão em torno dos elementos que possibilitam uma maior compreensão acerca da dinâmica altamente conflituosa que envolveu as relações do poder central com os agrupamentos políticos locais no antigo Estado de Mato Grosso, ofereceria importantes contribuições para um entendimento a respeito do papel político desempenhado pelo Exército e pelos militares naquele período, em especial das ações encetadas pelo poder militar com a finalidade de exercer o monopólio do uso legítimo da violência⁵³.

⁵¹ WEBER, Max. *Op. cit.*, pp. 68-73.

⁵² ELIAS, Norbert. *O Processo...*, *op. cit.*, Volume II, 1993.

⁵³ Em algumas ocasiões o comando militar procurou desarmar a população do Sul do Estado, sobretudo os habitantes das regiões de fronteira com a república paraguaia, e geralmente fracassou.

Nesse sentido, uma análise da dinâmica do funcionamento das práticas de recrutamento efetuadas pelo comando do Exército na região permitiria uma maior compreensão acerca de aspectos importantes das relações políticas que estreitavam ou afastavam os chefes militares das lideranças locais e regionais. Também seria importante verificar os limites da atuação do poder central no tocante à mobilização militar na região e o quanto as lideranças regionais, materializadas na folclórica figura do coronel, agiam nesse jogo de poderes. Por essa razão a análise dos eventos em que a mobilização de forças militares na região se tornou mais necessária, ou seja, durante os chamados *ciclos revolucionários*⁵⁴, quando muitas vezes a capacidade de arregimentação dos *coronéis de baraço e cutelo* mostrou-se superior à do próprio governo federal⁵⁵. Daí os constantes apelos aos “batalhões patrióticos” nessas ocasiões.

Portanto, um estudo direcionado para a análise das relações do poder central com os agrupamentos políticos locais, mais especificamente, das transformações nas práticas de alistamento entre 1916 e 1945, ofereceria importantes contribuições para um entendimento a respeito do papel político desempenhado pelo Exército e pelos militares na sociedade mato-grossense no início do século XX.

Considerações finais

A modernização do Exército brasileiro passou necessariamente pelo estabelecimento de uma lei de serviço militar obrigatório, que tinha a finalidade de melhorar a qualidade dos recursos humanos disponíveis (maior nível de educação formal, boas condições físicas, conduta social “adequada” etc). Ao mesmo

⁵⁴ Refiro-me às guerras civis regionais ocorridas nos anos de 1892, 1899, 1901, 1906 e 1916-1918 e à participação das lideranças políticas locais na repressão às forças revoltosas tenentistas entre 1924 e 1927, além dos movimentos de envergadura nacional, como a Revolução de 30 e a Revolução Constitucionalista de 1932. MENDONÇA, Rubens de. *Histórias das revoluções em Mato-Grosso*. Cuiabá: Instituto Histórico de Mato Grosso, 1970.

⁵⁵ A expressão *coronéis de baraço e cutelo* aparece nas obras de Nelson Werneck Sodré, quando o autor se refere à projeção social e ao domínio político exercido pelas notabilidades locais em Mato Grosso nas décadas iniciais do século XX. Ver SODRÉ, Oeste: *ensaio sobre a grande propriedade pastoral*. São Paulo, Livraria José Olympio, 1941; SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 148.

tempo, a conscrição militar obrigatória impôs a necessidade da resolução de problemas relacionados às negociações com os interesses locais e regionais, o que também demandou crescente complexificação dos aparelhos burocráticos governamentais. O regime republicano, como mencionado, contribuiu decisivamente para isso a partir de 1916, ano em que o sorteio militar começou a ser aplicado ininterruptamente no Brasil, em cumprimento à referida lei.

As práticas de recrutamento efetuadas pelo poder público federal no antigo Mato Grosso nas primeiras décadas de vigência da Lei do Sorteio Militar revelarão importantes aspectos estruturais daquela sociedade. Convém destacar também as limitações do poder público federal no tocante ao recrutamento. Desse modo, seria possível supor que as práticas de recrutamento e mobilização militar encetadas pelo poder militar nessa época interferiam nas relações das lideranças militares com as lideranças políticas locais. A observação crítica da dinâmica das mobilizações militares por ocasião dos conflitos localizados no território mato-grossense permitiria melhor compreender as características da capacidade de arregimentação dos coronéis locais e compará-la com os meios de recrutamento das instâncias estatais na região. É possível que daí sejam extraídos elementos para a elaboração de um modelo interpretativo das relações entre civis e militares e do papel desempenhado pelos militares na sociedade mato-grossense.

A preparação para a guerra, o recrutamento, o balizamento das fronteiras, a representação do poder central e sua imposição sobre as forças centrífugas locais faziam parte da agenda funcional do comando militar sediado no antigo Mato Grosso. No desenvolvimento de suas atividades profissionais, os militares integravam com os demais membros da sociedade e favoreciam o desenvolvimento da identidade nacional, principalmente após o início da aplicação da Lei do Sorteio Militar a partir de 1916.

A capacidade de recrutar foi importante fator de determinação do poder estatal desde a época colonial. A partir do início da República observou-se uma crescente ampliação da capacidade estatal de intervenção na vida de seus cidadãos, amparada principalmente no uso das inovações técnicas (telégrafo, navios a vapor, locomotivas etc.), que possibilitaram, muitas vezes através do Exército, uma maior integração geográfica entre as diferentes regiões do Brasil. Com o tempo, graças a esses recursos técnicos, o Estado foi se tornando capaz de, numa

feliz expressão de José Murilo de Carvalho, apertar o cerco ao cidadão visando universalizar o serviço militar⁵⁶.

As análises da trajetória política brasileira durante o século XX geralmente privilegiam os eventos políticos mais superficiais e aparentes. No campo especificamente militar, evidenciaram-se, comumente, eventos altissonantes como as revoltas tenentistas, a Revolução de 30, o Estado Novo e o Golpe Militar de 1964. Entretanto, ainda pouca atenção foi dada a esse aspecto *silencioso* e *subterrâneo* da expansão e projeção do poder militar no Brasil. E é necessário frisar que por aumento do poder militar não se entende apenas o crescimento progressivo de efetivos e reservas, mas também, o potencial disciplinar e racionalizador que uma atividade tão ampla e complexa como essa é capaz de oferecer. A partir do final dos anos 1910 o Exército erigiu uma estrutura burocrática capaz de controlar mínimos aspectos da organização nacional. Cidadãos que até então poderiam ser considerados invisíveis ao Estado, passaram imediatamente a ser alvo dos oficiais e praças do Exército em busca de “material humano” para preencher as fileiras da sua organização.

O Exército, que já vinha esquadinhando o espaço geográfico brasileiro com a organização da *Carta da República*⁵⁷, passou a catalogar a sua população masculina para efeito de mobilização militar e, particularmente, apertar o cinto do controle social sobre o funcionamento do chamado *organismo nacional*. Cabe uma investigação mais pontual que ajude a desvelar como esse fenômeno se desenvolveu no território mato-grossense nas décadas iniciais do século XX. Diante do exposto, é que o presente ensaio apresentou a proposta inicial de contribuir para a ampliação das reflexões em torno da história militar no território corres-

⁵⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.* p. 76.

⁵⁷ A *Carta da República* foi uma iniciativa do Governo Federal no sentido de organizar um mapa detalhado de todo o país. Os trabalhos iniciais ficaram a cargo de uma comissão do Exército especialmente constituída para esse fim, que iniciou seus trabalhos partindo da capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, no ano de 1903. Segundo alguns analistas, o início dos trabalhos pelo Rio Grande do Sul era uma “tendência natural, dadas as necessidades militares” do País. A esse respeito, ver MALAN, General Souto. *Uma escolha um Destino (Vida do Gen Malan d'Angrogne)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1977, p. 105; MARTINS JÚNIOR, Carlos. *Aportamentos para uma leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*. Tese de Doutorado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001, p. 43 e seguintes.

pondente aos atuais Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia e do papel do Exército na construção da identidade regional e nacional através do serviço militar e de suas ações no sentido de fortalecer a presença do Estado naquela antiga unidade federativa.

Migrantes e migrações: entre a história e a literatura

*Luciene Lemos de Campos**

*Luciano Rodrigues***

Migrantes são indivíduos que por necessidade de sobrevivência, imposições — políticas, econômicas, sociais e culturais — ou por opção, convivem com uma realidade sociocultural diversa da sua. O que os caracteriza é o deslocamento no espaço: deixam um território para se fixarem — ou não — em um novo. Esse fluxo populacional contém significados além do simples deslocamento. Os migrantes, na história da humanidade, exerceram, e exercem papel de destaque na formação sócio-cultural de diversas etnias. Neste trabalho, utilizando-nos do método de pesquisa bibliográfica, fazemos estudo interdisciplinar na interface da História com a Literatura. Nossa *corpus* contempla poesias de Manoel de Barros, narrativas de outros literatos e referencial em obras de Abdelmalek Sayd, Pierre Bourdieu, Eric Hobsbawm e Stuart Hall. A partir da História e da ficção, interligamos o factual com o ficcional.

Palavras-chave: História; Fronteira; Literatura Brasileira

Migrants are individuals who by necessity of survival, taxes - political, economic, social

Introdução

Com o surgimento do homem na África e a partir do momento em que teve conhecimento de vários aspectos para interferir na natureza, criaram-se condições para se deslocar para várias regiões da Terra. Nesse sentido, os movimentos populacionais são frequentes e comuns na história da humanidade, sendo responsáveis pelas diversidades étnicas dos elementos culturais e de identificação¹.

Assim, na Antiguidade, a formação da Mesopotâmia deveu-se, entre vários aspectos, à migração e ao povoamento pelos sumérios, assírios, ba-

* Mestre em Estudos Fronteiriços. Professora de língua Portuguesa e Literatura – SED/MS. E-mail: lucienelemos10@yahoo.com.br

** Mestre em Estudos Fronteiriços. Colaborador do Laboratório de Estudos Fronteiriços/CPAN/UFMS. E-mail: luciano01rodrigues@yahoo.com.br

¹ GONÇALVES, Ana Teresa M., ROCHA, Leandro Mendes. Identidades e etnicidades: conceitos e preceitos. In: SILVA, Gilvan Ventura da; NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel (Org.). *As identidades no tempo: ensaio de gênero, etnia e religião*. Vitória, ES: EDUFES, 2006, p. 11.

and cultural - or by choice, live with a diverse socio-cultural reality of its own. What characterizes them is the displacement in space: no longer a territory to settle - or not - into a new one. This population flow has meanings beyond the simple displacement. Migrants in the history of mankind, engaged, and engaged role in the socio-cultural training ethnically diverse. In this work, using the method of literature search, we do inter-

disciplinary study on the interface between History and Literature. Our corpus includes poems by Manoel de Barros, narratives and other literary references in works by Abdelmalek Sayd, Pierre Bourdieu, Eric Hobsbawm and Stuart Hall. From history and fiction, we linked the factual with the fictional.

Key words: History, Frontier, Brazilian Literature

bilônicos e arcádios. Nesse sentido, a formação da civilização grega advém de movimentos migratórios de povos como Jônios, Eólios, Aqueus e Dóricos, os quais colaboraram para a formação de aspectos sociais e culturais dessa civilização. Da mesma forma, a origem histórica de Roma está associada a elementos estrangeiros como latinos, sabinos, etruscos e gregos, povos que influenciaram na cultura e sociedade romana. Assim, a invasão dos povos bárbaros em Roma constituiu novas formas sociais que predominaram na Idade Média, como a economia agropastoril, bem como o *comitatus* e o *beneficium*.

Com a formação do Estado Moderno no século XV, através da unificação das monarquias, o homem passa a ter a consciência e o sentimento de pertencer a uma Nação². As guerras foram elementos essenciais para a construção dos Estados Nacionais; a França, por exemplo, na Guerra dos Cem anos (1334-1453), formou um exército único e fortaleceu o sentimento nacionalista francês. Com o fortalecimento do sentimento de pertença de um Estado ou Nação, a visão sobre os migrantes começa, cada vez mais, a se tornar exótica³.

Evidentemente, não podemos concluir que ao longo desses séculos, o processo de migração tenha sido idêntico, posto que o século XIX, por exemplo, tem outras peculiaridades que, para este estudo, não nos interessa aprofundar.

² MARQUES, Adhemar, BERUTTI, Flávio C., FARIA, Ricardo de Moura. *História através de textos*. São Paulo: Contexto, 1989, p. 13.

³ Conforme homologa Marco Aurélio Machado de Oliveira em seu artigo, Os imigrantes e as fronteiras: armadilhas interpretativas, a palavra **exótico** em seu sentido original é tratada como, fora do lugar comum da visão, estranho. (grifo nosso). In: COSTA, Edgar Aparecido, OLIVEIRA, Marco Aurélio de (Orgs.). *Seminário de estudos fronteiriços*. Campo Grande: UFMS, 2009.

Nos dias correntes, as migrações se processam de forma inversa quanto aos processos burocráticos: migrantes — principalmente de países considerados de terceiro mundo — partem para países europeus de economias mais estáveis, almejando novos contornos sociais e financeiros, e em muitos casos realizam atividades laborais consideradas marginais pelas sociedades receptoras: garçons, diaristas, jardineiros, entre outras⁴. Entretanto, retornam aos seus países de origem.

De acordo com o relatório do Banco Mundial (1995), mais de 125 milhões de pessoas são migrantes no mundo. Para Hobsbaw⁵, dentre os mais diversos motivos que levam o indivíduo ao processo migratório são as guerras, conflitos internos e perseguições políticas. Esse processo se justifica, sobretudo pelas condições sociais e econômicas do indivíduo em seu país de origem. Cabe-nos acrescentar que questões de ordens sociais, morais, religiosas e familiares também fazem parte desse caminho.

Assim, conforme Silva⁶: “Quem migra leva consigo sonhos de uma vida melhor para si e suas famílias, de obter sucesso econômico rápido e de regressar vitorioso, o quanto antes, à sua terra natal, pois o retorno é, segundo Sayad (2000), um elemento constitutivo da condição do imigrante.”

A decisão de migrar parece sempre ancorada em ideias positivas que são construídas sobre o lugar de destino, as quais são veiculadas, em geral, pela imprensa, ou ainda pelos agenciadores de imigrantes no local de partida, estimulando o imaginário dos migrantes. Em outras palavras, o imaginário é o modo pelo qual os historiadores lidam com certa dimensão cultural da história, para dar conta de idéias e representações que, traduzindo-se em imagens, não são explicáveis em termos de uma história *événemmentelle* ou conjuntural porque remetem a conteúdos culturais de outra natureza.

⁴ NETO, H. P. A imagem da imprensa sobre a emigração brasileira. *Estudos Avançados*, n. 20, São Paulo, 2006, p. 25.

⁵ HOBSBAW, Eric J. *A era do capital: 1848 – 1875*. Trad. Luciano Costa Neto. 2^a. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979.

⁶ SILVA, Antonio da S. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. In: *Estudos avançados*, v. 20, n. 57, São Paulo, maio/agosto, 2006, p. 2.

Em consonância com a afirmação de Bourdieu⁷: “O ato da magia social que consiste em tentar trazer à existência a coisa nomeada pode resultar se aquele que o realiza for capaz de fazer reconhecer à sua palavra o poder que ela se arroga por uma usurpação provisória ou definitiva, o de impor uma nova visão a uma nova divisão do mundo social [...]”

Ressaltamos que o fenômeno migratório não é simplesmente processo de deslocamento populacional de um local mais pobre para um mais rico. Em torno do migrante está contida uma áurea de dor, alegria, saudade, esperanças e ilusões. Lembranças do que deixou e sonhos do que pretende conquistar. Ao elaborar constantemente suas expectativas por dias melhores, o migrante leva e traz consigo a mala e a alma. Nesse sentido, o fenômeno migratório é geralmente marcado por tensões e estranhamentos tanto do imigrante que estará submetido a novas ordens e desordens que se difere de seu local de origem para o local receptor, que tende a vê-los através de estereótipos já construídos⁸.

Em sintonia, faz sentido destacar que: “É na ordem das humanidades que se estabelece o imigrante, e não ao contrário. Suas trajetórias pessoais, condutoras de dramas, tragédias e sucessos, são expressões daquilo que não está, necessariamente, materializado.”⁹.

Com efeito, estudos sobre movimentos populacionais revelam características e aspectos culturais, econômicos, sociais e religiosos que somente podem ser compreendidos melhor pela ótica migratória. Dessa maneira, os fluxos migratórios estão associados à formação e à edificação de várias sociedades. O migrante convive com o confronto e a constante tentativa de construção/reconstrução ou constituição de suas representações e identidades, perante os habitantes locais. Nesse contexto social, delicado, a construção da identidade de cada indivíduo, situa-se na representação que ele dá de si mesmo e da credibilidade atribuída ou recusada pelos outros a essa representação. Logo, a identidade não é singular. Em um sentido mais amplo, poder-se-ia dizer que o migrante torna-se “um outro” ampliado.

⁷ BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomáz. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil S/A, 1989, p. 116.

⁸ SILVA, Antonio da S. *Op. cit.*

⁹ OLIVEIRA, Marco A. M. Os imigrantes..., *op. cit.*

1. Migrantes no Brasil: problematizações

No Brasil, o movimento de migração não foi diferente. Os migrantes portugueses que aqui chegaram, desenvolveram suas práticas culturais, religiosas e sociais. Nesse sentido, os migrantes africanos trazidos pelos portugueses, como mão-de-obra escrava, contribuíram sobremaneira para a formação cultural brasileira. Assim, é importante entendermos alguns aspectos da política migratória brasileira e que esta, em seu período imperial, esteve associada aos interesses dos grupos que detinham o poder.

Em 1824, iniciaram-se tentativas de dinamizar fluxos migratórios de europeus para o Brasil. Nesse caso, o marco principal, a colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, constituiu-se como primeira colonização de migrantes não-lusos. Mister que tal política foi bastante criticada pelos latifundiários e, em 15 de novembro de 1830, foi sancionada uma lei que proibia gastos públicos com colonização de grupos estrangeiros¹⁰. Nesse sentido, mesmo com a implantação de várias leis cujo intuito era incentivar a migração estrangeira como: lei número 514, de 28 de outubro de 1848, que concedia terras devolutas às províncias; a lei número 581, de 4 de setembro de 1850, que proibia o tráfico e a entrada de escravos no Brasil, incentivando e estimulando a iniciativa privada a investir em recursos para migração estrangeira; Repartição Geral das Terras Públicas propiciando, assim, o ingresso de estrangeiros para o Brasil.

Apesar de todas essas tentativas, o índice de migrantes estrangeiros no território brasileiro continuava insatisfatório. Já nas últimas décadas do século XIX, os números de estrangeiros para o Brasil começam a aumentar — com destaque à migração de italianos. O início do século XX corresponde ao período de grande fluxo migratório estrangeiro para o Brasil.

Assim, nas palavras de Luiza Horn Lotti¹¹

¹⁰ LOTTI, Horn Luiza. A política imigratória brasileira e sua legislação – 1822 – 1914. In: SILVA, Gilvan Ventura da; NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel (Orgs.). *As identidades no tempo: ensaio de gênero, etnia e religião*. Vitória: Ed. EDUFES, 2006, p. 249.

¹¹ *Idem*, p. 257.

a corrente migratória ganhou novo impulso, atingindo altos níveis em 1911 – 13 para logo depois, declinar em decorrência da guerra que irrompera na Europa, (...) Em 1913, entraram no Brasil 190.333 imigrantes. No ano seguinte este número caiu para 79.232. E, em 1915, para 30.333 imigrantes (...). Em linhas gerais, pode-se verificar que, no Brasil, a colonização oficial antecedeu à particular, caracterizando-se como um projeto intervencionista na sociedade (...).

É pertinente acrescentar, neste estudo, dados do Instituto Brasileiro de Geográfica e Estatística (IBGE) sobre o deslocamento de correntes migratórias de diversos continentes do mundo para o Brasil.

Deslocamento populacional para o Brasil/GERAL – 1940 - 1991

CONTINENTE	1940	1950	1960	1970	1980	1991
AMÉRICA DO SUL	17.216	-	15.673	16.042	6.879	5.565
EUROPA	2.725	-	2.644	2.474	1.745	1.221
ÁSIA	2.221	-	4.526	4.301	2.625	1.529
ÁFRICA	10	-	11	21	49	82
OCEANIA	01	-	07	04	04	-

Fontes: Dados Recenseamento Geral do Brasil - Mato Grosso, pag.10, nº430. *Recenseamento Geral do Brasil*, 1950. Mato Grosso, pag. 01-02, nº 431. *Recenseamento Censo Demográfico Mato Grosso*, 1960, pag. 14, nº 2.177. *Censo Demográfico Mato Grosso*, 1970, pag. 21, nº 515. *Censo Demográfico Mato Grosso do Sul*, 1980, pág 52, nº 523. *Censo Demográfico Mato Grosso do Sul*, 1991, pag. 53, nº 3302

Nesse contexto, a formação do Brasil está associada a indivíduos estrangeiros os quais trouxeram de seus países de origem – Itália, Japão, Espanha, entre outros – características sociais, religiosas, linguísticas, e culturais que muitas vezes são interpretadas de formas diversificadas e, às vezes, enraizadas pela forma do preconceito. Porém, a migração está muito além do preconceito, associada a elementos de conveniência e conduzida pelos grupos detentores do poder político-econômico.

Em 1998, o Presidente Fernando Henrique Cardoso promulgou uma anistia aos estrangeiros em situação irregular no País. Entretanto, se considerarmos os dados estatísticos daquele ano, constataremos que, ao mesmo tempo, houve redução do fluxo de imigrantes e aumento do volume de emigrantes em algumas das regiões brasileiras.

Lembra-nos Sayad¹² de que

Uma das características fundamentais do fenômeno da imigração é que fora algumas situações excepcionais, ele contribui para dissimular a si mesmo sua própria verdade. [...] a imigração condena-se a engendrar uma situação que parece destiná-la a uma dupla contradição: não se sabe mais se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se trata de um estado mais duradouro, mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriade.

A política migratória imposta no Brasil sempre esteve vinculada ao que era conveniente aos grupos dominantes. A conjuntura de cada época, tanto no aspecto político quanto no econômico e no social, tem influenciado o posicionamento desses grupos frente a essa questão.

O geógrafo Rui Leandro Maia afirma que a migração implica fluxos de indivíduos ou grupos que se deslocam entre duas sociedades. Logo, a migração é definida como um processo criador de redes na medida em que os contatos entre o local de origem e destino se tornem mais densos.

Nos dizeres de Maia¹³, “[...] A noção de redes de relações sociais remete-nos para novas leituras sobre os percursos migratórios: permite superar as análises migratórias feitas em exclusivo a partir de um dos espaços a que os migrantes se encontram ligados, o de origem e de acolhimento.”

Dessa maneira, parece-nos de singular pertinência, quando se buscam respostas para os fenômenos migratórios que têm ocorrido no País, analisar tais fenômenos a partir de olhares de variados campos do conhecimento.

2.1. Migrantes: a literatura na interface com a história

O sentido da migração que pretendemos explorar transcende o simples deslocamento entre países, visto que esses deslocamentos não são operados ape-

¹² SAYAD, Abdelmalek. *Imigração*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997, p. 49.

¹³ MAIA, L. Rui. Migrações e redes de relações sociais em meio urbano: um exemplo a partir do Porto. In: *Revista de Demografia Histórica*, XX, I, 2002, segunda época, p. 54.

nas no espaço e tempo manipulados pela racionalidade factual. Não podemos desconsiderar a migração metafórica¹⁴, a dissimulação para si mesmo e para os outros quanto à origem e ao destino do ser migrante.

No espaço da ficção, o migrante parece mais atuante e visível que no espaço factual. Não raro, temos nos deparado com produções literárias nas quais percebemos expressivos traços documentais de diversos tipos de migrações.

Contextualizar o migrante a partir de nossas experiências e entendimentos, é esquecer que esse ser traz consigo um arcabouço de experiências, (in)certezas, sonhos, desejos e ilusões. Assim, nos perguntamos: quem é migrante no final do século XX e início do século XXI? Que busca? De que foge? Por que retorna? Tendo em vista tais inquietações, voltamo-nos para as considerações da estudiosa Karime Amaral Hauaji.

As razões que explicam as migrações foram — e continuam sendo — inúmeras. De acordo com Hauaji¹⁵, sob a ótica da ficção, o ensaísta quebequense Pierre Quellet, na estesia migrante, distingue quatro classes de personagens, todas ligadas a uma forma de “alteropercepção”.

A primeira diz respeito ao estrangeiro, ao exilado ou ao viajante, que dá lugar ao fluxo migratório, construindo o discurso subjetivo. A segunda, aos artistas, escritores e pensadores, permite um tipo de migração metafórica, própria da experiência estética ou cognitiva. A terceira, a do louco ou demente, que nos remete à migração psicológica. Finalmente, a do excluído, marginal ou itinerante, cuja identidade é colocada em cheque pela ausência de um espaço de existência ou de um campo de pertencimento.

O migrante é o indivíduo que, por necessidade de sobrevivência ou mesmo por opção passa a conviver com uma realidade sociocultural diversa. Uma das características desse personagem é o seu deslocamento no espaço, deixa um espaço para, às vezes, se fixar em outro; várias são as razões que o levam a migrar. Assim, o migrante parece assimilar várias identidades, pois que identifica com

¹⁴ Em *Os limites da interpretação*, Eco assinala que a metáfora lida com algo que concerne à nossa experiência interior do mundo, e aos nossos processos emotivos. Cf. ECO, Umberto. *Os limites da interpretação*. São Paulo: Perspectiva, 1995, p. 121.

¹⁵ HAUAJI, Karime Amaral. Estranho familiar: impressões do imigrante em sua relação com a terra, a cultura e a literatura. In: SANTOS, Ana Cristina dos; ALMEIDA, Claudia; BATALHA, Maria Cristina (Orgs.). *Identidades fora de foco*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2009, p. 42.

os lugares por onde passa e dele reproduz algum costume ou comportamento. O migrante tende a ampliar sua identidade de origem e, portanto, a não se identificar com um único território: o “eu” acaba por escapar à vista, dando lugar a um “outro” ampliado.¹⁶

O caráter temporal e a presença limitada do migrante em determinado território, muitas vezes, depende unicamente das condições econômicas ou das condições naturais, como as secas, as enchentes entre outras, as quais podem intensificar ou reduzir o processo migratório em determinados períodos.

Osman¹⁷ proporciona-nos a seguinte reflexão:

Se é necessário rediscutir e reavaliar a importância dos estudos sobre migração, é mais necessário ainda discutir um dos pontos mais produtivos e críticos dessa análise: o tema do retorno, os estudos sobre o tema não podem mais ser negligenciados, fazendo-se necessária a compreensão da magnitude e dinâmica da migração de retorno aos países de origem, nos diferentes cenários nos quais ocorre o retorno.

Vale observar que, a partir das duas últimas décadas do século XIX e com o advento do romance social, a literatura brasileira inicia uma consciência crítica das oposições campo/cidade, imigrante/nacional. Trata-se de uma literatura que traz para a reflexão, dentre outras questões, problemas sociais, a fim de contribuir para possíveis soluções. Nesse sentido, muitas produções literárias, a partir de então, têm abordado o tema da errância, da migração. Para citarmos apenas alguns escritores: Alcântara Machado, Antônio Torres, Bernardo Carvalho, Érico Veríssimo, Graça Aranha, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, João Cabral de Melo Neto, Jorge Amado, José Américo de Almeida, Luiz Ruffato, Luiz Vilela, Manoel de Barros, Marcelino Freire, Milton Hatoum, Moacyr Scliar, Rachel de Queiroz, Raduan Nassar, Taunay entre outros.

A literatura brasileira oferece um número significativo de obras que, dentre diferentes possibilidades de leitura, permitem também identificar a condição do

¹⁶ De acordo com Stuart Hall (2006, p. 69), a situação de migrante acaba por construir identidades híbridas. Cf. HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, 11^a. Ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

¹⁷ OSMAN, Samira Adel. A imigração libanesa para o Brasil e o Projeto de Retorno. In: JARDIM, Denise Fagundes, OLIVEIRA, Marco Aurélio (Orgs.). *Os árabes e suas Américas*. Campo Grande: UFMS, 2008, p. 164.

migrante e as consequências advindas dos movimentos que conduzem essa personagem a novos caminhos: o da partida e o da chegada ou vice-versa.

Estudos recentes sobre movimentos populacionais revelam características e aspectos culturais, econômicos, sociais e religiosos, que talvez possam ser melhores compreendidos pela ótica migratória, pela subjetividade.

Da leitura que fazemos da poesia de Manoel de Barros, parece-nos, emergir um entrelaçamento de cultura, memória e sentimento de pertença no migrante barreano. Não se trata, entretanto, de um testemunho autêntico, espelhamento do que é registrado pelos historiadores. Trata-se de uma concepção subjetiva de enunciador que dá voz a um ser — ainda que inventado — e, ao mesmo tempo, busca sentido para a poesia.

Na obra *O Livro das Ignorâncias*, há uma:

EXPLICAÇÃO DESNECESSÁRIA

Na enchente de 22, a maior de todas as enchentes do Pantanal, canoeiro Apuleio vagou três dias e três noites por cima das águas, sem comer sem dormir — ele teve um delírio frásico. A estórea aconteceu que um dia, remexendo papéis na Biblioteca do Centro de Criadores da Nhecolândia, em Corumbá, dei com um pequeno Caderno de Armazém, onde se anotavam compras fiadas de arroz, feijão, fumo etc. [...]¹⁸

Nessa “Explicação”, notamos que o território descrito é vital à poesia e, ao mesmo tempo, é espaço de deslocamento do outro. Não se trata aqui de evidenciar territorialidades, mas ao focalizar o entorno, a “Nhecolândia, em Corumbá”¹⁹, o poeta faz emergir identidades com as quais, com o passar do tempo, cada vez menos se identifica, visto que o tempo e os constantes deslocamentos entre o centro e a periferia transformaram-no em outro; agora, conotativamente, metamorfozado em migrante, andarilho. Por isso, o eu poético busca, nas suas Memórias Inventadas, re-encontrar o eu primevo.

E, ainda, se analisarmos a biografia de Manoel Wenceslau Leite de Barros, suas idas e vindas de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Bolívia, Peru, Estados Unidos entre outras tantas viagens por ele realizadas, conside-

¹⁸ BARROS, Manoel de. *O livro das ignorâncias*. 10^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 31.

¹⁹ *Idem*.

ramos possível emergirem-se estudos inovadores acerca do poeta migrante em comparação com o eu-lírico migrante. Desse modo, nos questionamos: a poesia barreana transita entre o que foi e o que não foi vivido pelo poeta?

A obra de Manoel de Barros está para aquele que não se limitou ao poder normatizador da poesia, não reduziu sua produção literária a “formas a forma”²⁰, assim como o migrante está para o diferente, o marginalizado, aquele transgride a ordem das fronteiras, pois desestabiliza o “olhar”.

Em *O livro das ignorâncias*, eis um poema, que homologa tal raciocínio:

XIV

De 1940 a 1946 vivi em lugares decadentes onde o
mato e a fome tomavam conta das casas, dos
seus loucos, de suas crianças e de seus bêbados.
Ali me anonimei de árvore.
Me arrastei por beiradas de muros cariados desde
Puerto Suarez, Chiquitos, Oruros e Santa Cruz
de La Sierra, na Bolívia.
[...] Eu precisava de ficar pregado nas coisas vegetalmente
e achar o que não procurava.²¹.

Verificamos, nesse poema, que, ao partir do local de origem, o eu-lírico migrante deixa suas realizações e observa lugares estranhos ao seu “olhar”, de certa forma, possível na poesia, abdica-se de si mesmo, ”Ali me anonimei de árvore”, tornando-se um anônimo, sem nome, sem identidade. Em suma, um estranho a si mesmo.

Ao romper laços de tempo e espaço com sua terra de origem, esse migrante não se encontra em lugar nenhum, já que “precisava achar o que não procurava”²², torna-se, assim, um promotor de integração e de mudanças no território em que se sentir “acolhido”.

Sayad²³ assim se expressa quanto à noção de pertença:

²⁰ Expressão poética de Manuel Bandeira.

²¹ BARROS, Manoel de. *Op. cit.*, p. 101.

²² *Idem*.

²³ SAYAD, Abdelmalek. *O retorno*: elemento constitutivo da condição do migrante. *Travessia*, v. 13, n. especial, jan. 2000, p. 13.

ao tempo, ao espaço, ao grupo, os principais quadros que estruturam a vida social e mesmo toda vida social e mesmo toda existência individual – existir no tempo, no espaço e no interior de um grupo social (é a condição da existência política) – sempre está em causa um pertencimento nacional, um pertencimento nacionalmente definido: o pertencimento a cada um a seu tempo é um pertencimento à história nacional; o pertencimento ao espaço é um pertencimento ao território nacional; o pertencimento ao grupo dos nacionais é um pertencimento à nação e à nacionalidade que lhe são comuns.

A personagem migrante, muitas vezes recorrente no imaginário social, tem seu lugar, desde muito tempo, nas artes plásticas, na Literatura, na Antropologia, na História das civilizações entre outras áreas do conhecimento. O tema da viagem parece atrair o homem em todo tempo e espaço.

O fluxo da migração vem sendo vastamente estudado. Contudo, há poucos anos, têm se tornado objeto de pesquisas historiográficas e literárias nas academias do Brasil. A migração, assim nos parece, é um fenômeno antitético e que precisa ser esclarecido melhor. Caso contrário, tornar-se-á fruto de especulações rasas e estereotipadas.

O artigo *Migração e Literatura*, referenda nossa interpretação: “É entre a migração e a literatura que se esclarece e se faz pensar melhor a condição humana de nossa época e a ressonância e a importância de sua voz, “os seus sons” (são as palavras- conceito empregadas por Leopardi em “Infinito”), que a exprimem e apresentam. A essa voz sazonal ninguém deve responder.”²⁴

Sempre que comparamos um texto ficcional com um texto não-ficcional, emergem discussões relacionadas entre arte e vida. No âmbito dessas discussões, a literatura de ficção produzida no Brasil muito tem contribuído para diluir tais fronteiras.

Cabe-nos observar que, já na Antiguidade, surgiam discussões acerca da distinção entre Literatura e História – não será demais lembrar os ensinamentos de Aristóteles, que, no Capítulo IX da sua Arte Poética, trata da diferença que existe entre a Poesia e a História:

²⁴ GNISCI, Armando. Migração e literatura. Universidade de Roma “La Sapienza”, terad. Shirley de Souza Gomes Carreira. In: *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades*, 2003. Disponível em www.algosobre.com.br/.../migrações-populacionais.html. acesso em 20 abril 2010.

[...] não é ofício de poeta narrar o que aconteceu; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade. Com efeito, não diferem o historiador e o poeta por escreverem verso ou prosa (pois que bem poderiam ser postos em verso as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser história, se fossem em verso o que eram em prosa) — diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder. Por isso a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois refere aquela principalmente o universal, e esta o particular.²⁵

Seguindo o raciocínio aristotélico, a maneira de divisar o factual do ficcional não exclui a possibilidade da articulação do discurso, tanto no texto ficcional quanto no texto não-ficcional. Assim, as narrativas ficcionais e as narrativas factuais são interpretadas pelo leitor tendo em vista o contexto que essas assumem.

A condição do migrante indica aspectos paradoxais tanto no âmbito do real quanto do ficcional. Sabe-se que a movimentação, a errância, a migração, o nomadismo não é característica somente deste século, do território brasileiro, da realidade ou da ficção. É um fenômeno que já atravessou os espaços temporais e geográficos ocupados pela humanidade. Isso pode ser constatado tanto na narrativa histórica quanto na narrativa ficcional. Ao que nos parece, nesse caso, observam-se a conveniência do emissor e também a do receptor.

2.2 Migrantes e identidade

Dentre as diversas migrações, muitos autores assim as conceituam: migração externa, migração interna, êxodo; transumância (ida e volta); migração temporária e migrações diversas (de fim de semana e outras).²⁶

Conforme o estudo A celebração do outro na constituição da identidade do brasileiro,

[...] a migração traz consequências de rejeição e discriminação e que o imaginário dos habitantes das diferentes regiões do país com relação às demais

²⁵ ARISTÓTELES. *Arte poética*. Trad. Eudoro de Souza. São Paulo: Ars Poética, 1993, p. 53-54; trata-se do parágrafo 50, que abre o capítulo IX. (Ed. bilíngue, coleção Ensaio, série Clássica, v. 1).

²⁶ A informação é tão disseminada que se torna ocioso referendá-la com alguma abonação.

funciona de um modo semelhante ao que caracteriza a relação entre os países dos Hemisférios Norte e Sul: o Nordeste para o paulistano é o lugar do repouso, do sonho, da indolência, assim como o Brasil para os europeus; São Paulo para o nordestino é o lugar do trabalho, do futuro, da tecnologia, estereótipos que permanecem na memória discursiva e afloram nas atitudes do dia-a-dia.²⁷

Vale enfatizar que esse é um tema que não deveria ser ignorado pelos pesquisadores que almejam estudar o fenômeno da migração. Da mesma forma, não se devem deixar para um segundo plano as produções literárias que abordam tais questões.

Se para a historiografia o migrante é um ser provisório, *outsider* ou designação outra; em muitas obras de ficção, o migrante é, simultaneamente, o marginalizado, o excluído, o outro ampliado, hibridizado, livre e prisioneiro, herói e anti-herói que, às vezes, consegue vencer as adversidades, encenando diversas máscaras e pertencimentos.

Nesse sentido, a obra *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos – narrativa que se define apenas por dois movimentos: o da partida e o da chegada dos migrantes – emerge reflexões significativas acerca das migrações internas e estigmatização social do ser migrante.

Entretanto, somente uma leitura atenta desses gêneros textuais levará o pesquisador a não se enredar nos discursos do senso comum quanto ao assunto.

Nos dizeres de Elias e Scotson²⁸:

Atualmente, há tendência a discutir o problema da estigmatização social como se ele fosse uma simples questão de pessoas que demonstram, individualmente, um desapreço acentuado por outras pessoas como indivíduos. Um modo conhecido de conceituar esse tipo de observação é classificá-la como preconceito. Entretanto, isso equivale a discernir apenas no plano individual algo que não pode ser entendido sem que se o perceba, ao mesmo tempo, no nível do grupo (...). Portanto, perde-se a chave do problema que costuma ser discutido em categorias com a de “preconceito social” quando ela é exclusivamente bus-

²⁷ COSTA, Ana. A celebração do outro na constituição da identidade do brasileiro. In: CORACINI, Maria José. *A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução*. Campinas: Mercado das Letras, 2007, p. 74.

²⁸ NORBET, Elias, SCOTSON, J. L. *Os estabelecimentos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 23.

cada na estrutura de personalidade dos indivíduos. Ela só pode ser encontrada ao se considerar a figuração formada pelos dois (ou mais) grupos implicados ou, em outras palavras, a natureza de sua interdependência.

E, ainda, conforme afirma Stuart Hall, "[...] a identidade está profundamente envolvida no processo de representação"²⁹. Nesse sentido, o tempo e o espaço simbólicos são também diretrizes fundamentais para a representação, para a recriação poética do migrante, do ex-ótico.

Para homologar nossas considerações, nos dizeres de Oliveira³⁰: "Os outros [...] eram e são vistos como exóticos também em seu sentido original: **ex-ótico**, ou seja, fora do lugar comum da visão, estranho. Os que não eram e não são europeus, mas, fundamentalmente, como seres e lugares a serem apossados por esses valores e essas fronteiras." (grifo do autor).

Apresentar e discutir os diferentes significados que o migrante assume no pensamento social, pode indicar diversos caminhos para novas reflexões acerca das mobilizações que ocorreram no passado e ainda prosseguem no presente. A conquista e a ocupação de terras oferecem uma abrangente retomada na construção da identidade – ou das identidades.

Conclusão

A migração é fenômeno global e, desde a Antiguidade, a presença do migrante traz ecos de sentimentos, (in) diferenças, pertença e pertencer. Há muito, o migrante assume um papel de pioneiro: encontra e amplia novas terras, novas formas de cultura, crenças, linguísticas e saberes. Paradoxalmente, mesmo com essa dinâmica, os migrantes são vistos de formas diversas pelas localidades receptoras, sendo considerados *vilões ou heróis*, de acordo com os interesses dos grupos dominantes.

Observamos que, de acordo com a necessidade e interesse dos grupos dominantes, cria-se sempre um jeito próprio de relacionar com o migrante. Assim foi com a história da migração brasileira, com a homologação da Constituição

²⁹ HALL, Stuart. *Op. cit.*, p. 61.

³⁰ OLIVEIRA, Marco A. M. *Op. cit.*, p. 82.

de 1824 e, parece, não ter mudado tanto. Até quando tal fato será ignorado por certos estudiosos?

Desse modo, constatamos que estudar migrações e migrantes não se limita à verificação de um deslocamento populacional de um local para outro. Em torno desse processo está contida uma série de fatores, também subjetivos: alegrias, dores, saudades, esperanças, ilusões, encantamentos e sonhos. Assim, faz-se necessária uma nova forma de discussão acerca de migrações e migrantes, visando a novas pesquisas a fim de que se “quebrem” paradigmas e conceitos que, em muitos dos casos, estão cristalizados.

Corroboram nosso raciocínio, os dizeres de Oliveira³¹: “[...] Assim, o imigrante foi quem pensou, agiu ou não, antes do pesquisador que se encontra diante daquilo ou daquele que esta sendo analisado. [...] o que o imigrante mais quer é ser representado, espelhado em uma história que também é sua, identificado na imagem analisada e construída pelo investigador.”

Desse modo, para nosso ponto de vista, talvez seja adequado ratificar que, nesse percurso de leitura, as reflexões apresentadas não se configuram como únicas e findas, já que não almejamos exaurir tal assunto neste estudo. Contudo, com esta leitura empírico-reflexiva, constatamos que, enquanto produto humano, a Literatura em interface com a História apresenta-se como importante elemento para os Estudos Fronteiriços ao que se refere a migrantes e migrações. Na obra literária de ficção, à medida que o emissor “dá vida” às personagens, ele vai desvelando aspectos que a historiografia não registrou, por conveniência, ou porque os quis ignorar.

Miroslav Milovic, na obra *Comunidade da diferença*, atenta para o seguinte: “Pensar o ser é uma questão antiga. Agora se deve pensá-lo como algo objetivo à nossa subjetividade?”³².

Com isso, buscar um novo olhar para essas determinações nos remete a novas possibilidades de conhecimento. Paradigmas, hipóteses e resultados cristali-

³¹ OLIVEIRA, Marco A. M. O imigrante: a fronteira feito homem?. In: *Revista Arte & Ciência*, n. 10, abril 2009, p. 4. Disponível em <http://www.arteciencia.com>. Acesso em 14 maio 2008.

³² MILOVIC, Miroslav. *Comunidade da diferença*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Ijuí, RS: Unijuí, 2004, p. 47.

zados, e até mesmo o rigor científico podem nos levar ao encontro de armadilhas que inibem e retardam novas interpretações e conceitos³³.

Ao bebermos de vários estudos publicados acerca de migrantes e migrações e, em especial, ao lermos o conjunto da obra do poeta Manoel de Barros, bem como as dos ficcionistas brasileiros que abordam o tema citado neste estudo, constatamos que, no ponto em que convergem os dois tipos de discurso — o científico e o literário —, se por um lado a Literatura brasileira há muito tem desvelado a migração, em seus diversos aspectos, por outro, a historiografia brasileira, somente no último século, apresenta uma abordagem um tanto desvinculada da visão política imposta às movimentações populacionais.

Entendemos que a conjuntura político-econômico-social de cada época influencia os fluxos migratórios, ora em maior, ora em menor intensidade, visando a interesses, muitas das vezes, alheios aos dos migrantes.

O estudo desse tema remete a um caminho desafiador, para o qual necessitamos de muito mais fôlego e mais conhecimento. Isso nos instiga a novos trabalhos acerca de migrantes e migrações: do factual ao ficcional.

³³ OLIVEIRA, Marco A. M. Os imigrantes..., *op. cit.*



Dossiê

*A cidade como objeto de
reflexão interdisciplinar
2^ª Parte*

Monumento e memória no espaço urbano carioca – o exemplo do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial

*Olga Maira Figueiredo**

A organização do espaço urbano apresenta uma intensa complexidade. A sociedade humana realiza-se sobre uma base material, produzindo, apropriando, construindo formas, atribuindo funções, significados e conduzindo ações no espaço geográfico ao longo de um período que, em meio a tais dinâmicas, forjam significados e expressões de grande vulto. Diante desta perspectiva, a presente comunicação tem como objetivo explorar e traduzir o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, situado à beira-mar no aprazível Parque Brigadeiro Eduardo Gomes, popularmente chamado de Aterro do Flamengo.

Palavras-chave: Monumento – Rio de Janeiro – Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial

The Organization of urban space presents an intense complexity. Human society is on a material basis, producing, grabbing, building shapes, assigning roles, meanings and conducting actions in geographic space over a period which, in the midst of such dynamics, forge

sta comunicação tem como escopo apresentar algumas considerações acerca dos debates e estudos sobre os monumentos, mais especificamente a respeito dos memoriais de guerra. Diante desta perspectiva, o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, situado à beira-mar no aprazível Parque Brigadeiro Eduardo Gomes, popularmente chamado de Aterro do Flamengo, é explorado e traduzido como uma materialidade presente no espaço urbano carioca, responsável por perpetuar a memória de um segmento da sociedade e, mais do que isso, de preservar as lembranças dos eventos relacionados à

* Mestranda em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

meanings and expressions of great shade. On this perspective, this communication aims to explore and translate the national monument to the Dead of the second world war, situated on the seafront in the pleasant Park Brigadeiro

Eduardo Gomes, popularly called Atero do Flamengo.

Key words: Monument – Rio de Janeiro – national monument to the Dead of the second world war

Segunda Grande Guerra, representando a heróica morte militar e o martírio do combate como elementos simbólicos de fortalecimento da nação.

O vocábulo monumento, segundo Martin Auster, deriva da palavra em Latim *monere* que significa instruir, aconselhar e lembrar.¹ Este fixo pode ser compreendido como uma forma espacial que apresenta uma dimensão simbólica, refletindo signos e significados para as gerações futuras, associando, também, idéias de poder, memória e identidade. Neste sentido, em um primeiro momento do texto, reflete-se acerca dos objetos fixos presente no espaço. Logo depois, disserta-se sobre as características dos monumentos e memoriais de guerra, para, finalmente, relatar-se o processo de construção do objeto analisado.

1. As Formas espaciais

As formas espaciais são materializações constituídas por processos históricos e sociais. Ou seja, o espaço produzido é resultado da ação humana em um determinado período, expressando as relações sociais que o originaram.² Ainda conforme este autor, tais formas geográficas revelam a espacialidade de organizações sócio-políticas específicas e se articulam a uma funcionalidade no presente. São produtos da interação de múltiplas variáveis ao longo da história, frações da sociedade, além de duráveis (devido à sua própria condição de existência) e imbuídas de uma finalidade e conteúdo, inicialmente relacionada ao momento ou modo de produção precedente, sendo fortalecidas pelos movimentos sociais.³ Por conseguinte, Antonio Carlos Robert Moraes fundamenta que

¹ AUSTER, Martin. Monument in a landscape: the question of ‘meaning’. *Australian Geographer*, vol. 28 (2), 1997.

² MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias geográficas – espaço, cultura e política no Brasil*. 3^a edição. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

³ SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. 4^a edição. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996; SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado*. 5^a edição. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

por trás dos padrões espaciais, das formas criadas, dos usos do solo, das repartições e distribuições, dos arranjos locacionais, estão concepções, valores e interesses, mentalidades, visões de mundo. Enfim, todo o complexo universo da cultura, da política e das ideologias.⁴

Conforme Mark Gottdiener⁵, as formas espaciais são resultados de uma união dialética entre ação e estrutura, na qual a organização sócio-espacial é uma consequência direta de processos culturais, econômicos e políticos, revelando, desta maneira, um aspecto intrínseco entre tempo e espaço.

Para Milton Santos, as formas representam um testemunho da atual ação incidente sobre o espaço, e é relacionado a tal processo que as formas são dinâmicas, na qual ações realizadas no presente atingem os objetos herdados de estruturas anteriores de acumulação econômica. Logo, as ações, que são próprias da humanidade, resultam de necessidades: naturais, materiais, imateriais, políticas, econômicas, sociais, culturais, afetivas, morais. E isto provoca a criação e o uso das formas geográficas. Concernentemente, sucessivos períodos históricos proporcionam a compreensão da hodierna organização espacial.⁶ A partir desta premissa, o espaço é formado por um sistema de objetos, que é determinado pelo próprio espaço, instalado e utilizado segundo uma lógica originada em diversas escalas e realizada no lugar, mudando ao longo da história.⁷

Vale ressaltar, por se tratar de projeções do homem histórico, social e cultural, as formas espaciais podem se metamorfosear em outras formas quando o conteúdo ou finalidade é modificado.⁸ Entretanto, o modo de produção origina “formas espaciais fixas” que em um período específico pode cessar a sua atuação, mas isso não implica que as formas fixas desapareçam, constituindo, de acordo com Milton Santos (1996), uma rugosidade, o testemunho de um momento, a memória do espaço. Alguns processos se adaptam às formas pre-

⁴ MORAES, Antonio Robert. *Op. cit.*, p. 16.

⁵ GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. 2^a edição. São Paulo: Edusp, 1997.

⁶ SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2^a edição. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997; SANTOS, Milton. *Espaço e método*. 4^a edição. São Paulo: Editora Nobel, 1997.

⁷ SANTOS, Milton. *A Natureza ...*, *op. cit.*

⁸ MORAES, Antonio Carlos Robert. *Op. cit.*; SANTOS, Milton. *Por uma...*, *op. cit.*

existentes, mantendo ou não o seu conteúdo original, enquanto outros criam novas formas.⁹

Neste contexto, as formas espaciais, além de suas funções, são impregnadas de significados e valores (políticos, econômicos, religiosos, culturais, identitários) que se relacionam diretamente com a estrutura social inerente, modificando-se a partir do movimento de transformação da sociedade, da realização da vida.¹⁰ Constituem-se como formas simbólicas espaciais, pois, vinculam-se diretamente ao espaço absoluto, relativo e relacional, apresentando localizações e itinerários, formando, portanto, fixos e fluxos. Essas formas são dotadas de um sentido político, concebidas por seus idealizadores para glorificar ou reconstruir o passado, afirmar a identidade de um grupo religioso, étnico, racial ou social, transmitir valores de um grupo, legar uma memória ou sugerir um futuro.¹¹ Resultam de diferentes interpretações atribuídas pelos indivíduos ou grupos sociais, sendo que estes podem desenvolver laços de afeição ou até mesmo de rejeição a essas formas. Diante do exposto, grandes estátuas, memoriais, colunas e obeliscos constituem-se como exemplos de formas simbólicas espaciais. Neste sentido, no próximo item, discorre-se a respeito do conceito de monumento.

2. Monumento, memória e identidade

De acordo com Roberto Lobato Corrêa, os monumentos, intencionalmente, possuem sentidos políticos, contêm significados, comunicando mensagens referentes à celebração e memorialização para gerações futuras, associando idéias de poder e identidade. Mais do que isso, tratam-se de materializações de momentos do passado correspondentes de processos de transformações políticas, econômicas e sociais, marcando profundamente os espaços onde estão inseridos.¹² Esses

⁹ SANTOS, Milton. *Idem*, p. 138.

¹⁰ SANTOS, Milton. Espaço..., op. cit.; CORRÊA, Roberto Lobato. Formas simbólicas e espaço – algumas considerações. *Aurora – Geography Journal*. Guimarães: Universidade do Minho, ano 1, 2007.

¹¹ CORRÊA, Roberto Lobato. *Idem*.

¹² CORRÊA, Roberto Lobato. Monumento, política e espaço. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Geografia: temas sobre Cultura e Espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

objetos fixos, construídos por grupos sociais ou por instituições que os representam, apresentam potencial de perpetuar e ratificar antigas tradições, crenças e exibir o poder que detêm.

Nestas circunstâncias, os monumentos são marcas espaciais e temporais, impregnados de memória e servindo, ainda, como instrumentos didáticos¹³, uma vez que tais obras, por exemplo, pautadas em figuras heróicas (a maioria do gênero masculino), representando uma população de anônimos, podem associar símbolos, signos e identidades, compondo importantes quadros nos quais políticas locais e nacionais são articuladas com posições culturais.¹⁴ Ou seja, os monumentos, como ações sociais no espaço público, são construídos por grupos com poder suficiente para legar e/ou impor sua edificação, representando e simbolizando específicas narrativas, pessoas, locais e eventos que se desejam imortalizar e/ou enfatizar por um período de longa duração.¹⁵ E a partir de tal premissa, revela-se uma importante característica referente a estes fixos, qual seja, sua durabilidade no espaço.¹⁶ Por se tratarem de expressões visuais concretas para comunicar significados morais, os monumentos “estão congelados no espaço enquanto o tempo move-se ao seu redor”.¹⁷ Devido a sua longevidade, os mesmos têm a qualidade de difundir mensagens pretéritas e hodiernas, na proporção de que elas são (re)significadas no presente.¹⁸ Todavia, os princípios de permanência e poder associados aos monumentos são complexos, na medida em que Siobhan Kattago afirma que os monumentos “como obras de arte, supõem fazer o tempo parar. No entanto, uma vez que o tempo avança e as sociedades mudam, a tentativa de congelar o tempo visualmente no espaço é repleta de dificuldades”.¹⁹ Logo, tanto o monumento quanto o seu significado são construídos em um espaço-

¹³ OSBORNE, Brian S. *Landscapes, memory, monuments, and commemoration: putting identity in its place* (draft). 2001: 1-48. (Disponível em <<http://www.metropolis.net>>)

¹⁴ Ver AUSTER, Martin. *Op. cit.*; OSBORNE, Brian S.. *Op. cit.*; LEIB, Jonathan I. Separate times, shared spaces: Arthur Ashe, Monument Avenue and the politics of Richmond, Virginia's symbolic landscape. *Cultural Geographies*, n.9, 2002.

¹⁵ OSBORNE, Brian S.. *Op. cit.*; LEIB, Jonathan. *Op. cit.*

¹⁶ AUSTER, Martin. *Op. cit.*; KATTAGO, Siobhan. “War memorials and the politics of memory: the Soviet War Memorial in Tallinn”. *Constellations*, vol. 16 (1), 2009.

¹⁷ OSBORNE, Brian S.. *Op. cit.*, p. 19.

¹⁸ AUSTER, Martin. *Op. cit.*

¹⁹ KATTAGO, Siobhan. *Op. cit.*, p. 150.

-tempo particular e contextos políticos, econômicos, culturais e estéticos específicos.²⁰ Vale frisar, a partir das idéias de Jonathan Leib²¹, os conflitos políticos a respeito do modo de memorializar o passado referem-se, significativamente, as forças de poder no presente do que a recordação do passado.

Desta maneira, como sublinhado por Dmitri Sidorov e Jonathan Leib²², a edificação de monumentos nacionais envolve manipulações políticas de seus significados. Porém, cabe ressaltar, tais emblemas oficiais são sujeitos a diversas interpretações, cujos significados podem ser modificados e introjetados por distintos grupos com motivações, interesses e práticas diferentes das impostas originalmente.²³ Em algumas ocasiões, seus significados podem ser achincalhados quando apropriados por outros segmentos sociais através de suas experiências no contexto espacial.²⁴ Isto se justifica na proporção em que o monumento não é apenas uma estrutura no espaço, podendo ser lido como um texto.²⁵

Na realidade, nota-se uma intrínseca relação entre o monumento e a memória como sugerido por Brian Osborne e Benjamin Forest²⁶, na qual o primeiro, uma conexão visual e material com o passado, apóia lembranças coletivas no espaço, sendo responsável por reunir memórias e identidades compartilhadas. Benjamin Forest define a memória pública como “espaços culturais e processos através dos quais uma sociedade comprehende, interpreta e negocia mitos sobre o seu passado; através desses processos, o entendimento cultural dominante de uma ‘nação’ ou ‘povo’ pode ser formado”²⁷. Trata-se de “um processo político que cria e responde às relações de poder e identidades”.²⁸ Dito isto, o Monumen-

²⁰ OSBORNE, Brian S.. *Op. cit.*

²¹ LEIB, Jonathan. *Op. cit.*

²² SIDOROV, Dmitri. National monumentalization and the politics of scale: the resurrection of the Cathedral of Christ the Savior in Moscow. *Annals of the Association of American Geographers*, n. 90 (3), 2000; LEIB, Jonathan. *Op. cit.*

²³ CORRÊA, Roberto Lobato. Monumento..., *op. cit.*

²⁴ FOREST, Benjamin *et all.* Post-totalitarian national identity: public memory in Germany and Russia. *Social & Cultural Geography*, vol. 5 (3), 2004.

²⁵ AUSTER, Martin. *Op. cit.*

²⁶ OSBORNE, Brian S.. *Op. cit.*; FOREST, Benjamin et all. *Op. cit.*

²⁷ FOREST, Benjamin *et all.* *Idem*, p. 358.

²⁸ *Idem*, pp. 362-363.

to Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, uma forma material, representa um evento passado da pátria, constituindo-se em um espaço simbólico e legitimando poder e autoridade. Entretanto, qual o motivo, objetivo de se recordar um momento traumático da sociedade, quer seja uma guerra, especialmente por um país sem tradições bélicas? Faz-se necessário, nas próximas linhas, discorrer, brevemente, acerca das características dos memoriais de guerra.

Segundo Siobhan Kattago, os memoriais de guerra são símbolos culturais que refletem o instinto de agressão humana. Para a autora, estes memoriais concebem a morte militar como uma “morte para determinado fim”, ou seja, o falecimento de tais soldados não foi em vão, mas serviram a um propósito maior – a pátria. É importante compreender que estes monumentos foram erigidos pelos sobreviventes da guerra em homenagem e memória a estes mortos, reforçando exemplos de bravura, liderança e sacrifício.²⁹ Benjamin Forest aponta que através de um evento traumático, a sociedade pode criar símbolos e ícones para lembrar e confrontar injustiças e acontecimentos de outrora na tentativa de imaginar um futuro diferente e que tais momentos anteriores não venham se repetir.³⁰

Desde a Revolução Francesa, a edificação de monumentos tornou-se parte do processo de construção de nação, assim como o “aumento constante dos memoriais de guerra dedicado aos cidadãos comuns mortos em ação”.³¹ Então, utilizando as premissas de Siobhan Kattago, essas formas simbólicas espaciais são “representações visuais de modernidade ligados ao desenvolvimento do Estado-nação moderno”³². Deste modo, os memoriais presentes nos espaços e paisagens urbanas (não somente nos cemitérios) passaram a ter acepções políticas e sociais, além do seu sentido religioso – agora em menor intensidade.³³

A pesquisadora Siobhan Kattago divide em três períodos de tempo os memoriais de guerra no ocidente. O primeiro refere-se aos memoriais construídos

²⁹ Ver a respeito, MAUAD, Ana Maria e NUNES, Daniela Ferreira. Discurso sobre a morte consumada: Monumento aos Pracinhas. In: KNAUSS, Paulo (org.). *Cidade vaidosa – imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999; KATTAGO, Siobhan. *Op. cit.*

³⁰ FOREST, Benjamin et all. *Op. cit.*

³¹ KATTAGO, Siobhan. *Op. cit*, p. 153.

³² *Idem*, p. 150.

³³ KATTAGO, Siobhan. *Idem*.

antes de 1914, os quais exaltavam, apenas, líderes heróicos que morriam em combate, em nome da pátria. O segundo período – após a Primeira Guerra Mundial –, marcou a soberania de vários países e, nesta direção, liberdades civis e constitucionais “do moderno Estado-nação e da memória nacional acompanhados da celebração de soldados comuns – culminando no sepulcro do Soldado Desconhecido como um lugar sagrado de identidade nacional”.³⁴ Na verdade, os números e nomes dos mortos começaram a serem inscritos nos monumentos, diminuindo, desta maneira, as diferenças entre as classes, proporcionando uma democratização da morte, moldado no soldado anônimo (encadeando-se um elo simbólico entre nação e morte individual). A vida de um homem adquire significado em referência a nação. E, finalmente, depois da Segunda Grande Guerra, emergiram monumentos revelando mensagens concernentes a morte militar como uma esmagadora perda, sem postular uma causa maior para legitimá-la, ou seja, celebra-se o genocídio para que as gerações futuras não esqueçam deste acontecimento.³⁵ Neste contexto, cita-se como exemplo os memoriais a respeito do Holocausto. Todavia, o Monumento aos Pracinhas no Rio de Janeiro continua e, até mesmo, depende da importância mítica da morte militar e do martírio como uma heróica construção de identidade e memória nacional.³⁶ No tópico seguinte, apresenta-se o objeto de investigação da pesquisa.

3. A Edificação do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial

No dia 31 de agosto de 1942, o então presidente Getúlio Vargas declara estado de guerra em todo o território nacional. E, dois anos após esta medida, mais precisamente em 2 de julho, parte do Rio de Janeiro em direção à Nápoles, o primeiro escalão da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Somaram-se cerca de 25 mil brasileiros no conflito, dos quais, estimam-se um total de 2 mil mor-

³⁴ *Idem*, pp. 150-151.

³⁵ *Idem*.

³⁶ MAUAD, Ana Maria e NUNES, Daniela Ferreira. *Op. cit.*

tos.³⁷ No Brasil existem, aproximadamente, 109 monumentos em homenagem aos mortos na Segunda Guerra Mundial.³⁸

Na cidade do Rio de Janeiro, antes mesmo do retorno dos sobreviventes da guerra, em março de 1945, pensou-se em erguer um monumento em tributo aos veteranos do combate. Mas, foi somente em 1952, a partir de decreto presidencial que a Comissão de Repatriamento dos Mortos do Cemitério de Pistóia, na Itália, formado, exclusivamente, por militares do Exército e da Aeronáutica, e sob a coordenação do Marechal João Batista Mascarenhas de Moraes (que comandou regimentos na Segunda Grande Guerra), tomou para si a tarefa de construir um monumento para guardar os despojos dos soldados mortos na Itália.³⁹ Dentre as inúmeras reuniões e debates realizados pela comissão, rejeitou-se a adaptação do Panteão Duque de Caxias para abrigar os restos mortais dos soldados e, aprovou-se a construção de um novo monumento, contendo um mausoléu e o Túmulo do Soldado Desconhecido, sendo a criação e disposição arquitetônica de tal obra executada através de um concurso.⁴⁰

A escolha da área destinada à instalação do monumento passou por avaliações e contestações. A Ponta do Calabouço, local sugerido pela Prefeitura, foi refutada pela comissão devido a dificuldades e problemas de infra-estrutura. No ano de 1955, se propôs aos governantes uma seção de terras (onde aconteciam os eventos do Congresso Eucarístico Internacional) em frente à Praça Paris, no Parque Brigadeiro Eduardo Gomes. A troca foi aceita e a doação de terras concretizada. Vale ressaltar, Burle Marx – o mesmo responsável pelo projeto paisagístico do Aterro do Flamengo – integrou o grupo técnico.⁴¹ No ano seguinte, foi considerado vencedor o projeto de autoria dos arquitetos Hélio Ribas Marinho e Marcos Konder Netto, idealizado com a preocupação de integrar o Monumento Nacional ao cenário natural do parque e torná-lo participante da composição urbanístico-arquitetônica planejada para o local. Em meados de 1957, as obras foram iniciadas e, neste mesmo período, a Prefeitura decretou o *non aedificandi*

³⁷ Tal número refere-se aos mortos no conflito armado europeu, bem como as vítimas de afundamentos de navios mercantes.

³⁸ MAUAD, Ana Maria e NUNES, Daniela Ferreira. *Op. cit.*

³⁹ *Idem.*

⁴⁰ *Idem.*

⁴¹ *Idem.*

na área compreendida entre: o mar, a Avenida Sílvio Noronha, a Praça Salgado Filho, a Avenida Beira-Mar e a Avenida Rui Barbosa. Esta medida garantiu visibilidade ao monumento na paisagem. Dito isto, foi inaugurado, em 7 de abril de 1960, o Monumento aos Pracinhas. E, no dia 22 de dezembro do mesmo ano, ocorreu uma solenidade de deposição das 466 urnas (transportadas da necrópole de Pistóia) nos respectivos jazigos no mausoléu, sendo que um dos mortos não foi identificado. Este passou a simbolizar o Soldado Desconhecido, e sua urna foi depositada pelo Presidente Juscelino Kubitschek na base do pórtico do monumento.

O arranjo monumental é dividido em três partes: a plataforma, o mausoléu e o museu. Na plataforma, encontram-se: o Pórtico Monumental, com 31 metros de altura, revestido de granito e simbolizando dois braços levantados aos céus; o Túmulo do Soldado Desconhecido inscrito *O Brasil ao seu soldado desconhecido* e, ainda, uma pira permanentemente acessa; uma escultura metálica de autoria de Júlio Catelli Filho, representando a Força Aérea Brasileira (FAB); o grupo escultórico (de Alfredo Ceschiatti), com 5 metros de altura, homenageando a Marinha, o Exército e a Aeronáutica brasileira; e a Pirâmide com informação a respeito das obras e prestando tributos a Comissão de Repatriamento dos Mortos do Cemitério de Pistóia. No mausoléu estão os despojos dos combatentes, bem como duas lápides em branco, destinadas a receber os restos mortais de dois soldados não encontrados até a presente data. E, finalmente, o museu apresenta objetos pessoais dos pracinhas, armas empregadas durante o combate, além de um acervo iconográfico (quadros, pinturas, gravuras, mapas, cartas e documentos militares). Cabe lembrar, a estrutura contempla também um lago artificial e um jardim interior. O controle e administração do monumento são desempenhados pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEx).

Diante do exposto, o monumento em tela corrobora um discurso militar sobre a morte pautado na solidificação da memória nacional.⁴² Isto denota uma estratégia para inscrição de marcas de expressiva ressonância e a natureza política das formas simbólicas em sua espacialidade.⁴³ Neste contexto, recorda-se a

⁴² *Idem*.

⁴³ BODNAR, John. Public memory in an american city: commemoration in Cleveland. In: GILLS, John R. *Commemorations - the politics of national identity*. Princeton: Princeton University Press, 1994.

perda de vidas na guerra como um sacrifício em nome da nação, fortalecendo, articulando e perpetuando, desta maneira, ideais de hierarquia, disciplina, poder, sentimentos históricos e deveres cívicos e morais (o alistamento nas Forças Armadas é obrigatório). Tal forma simbólica incrustada no conjunto arquitetônico do Aterro do Flamengo, com sua imponência em meio a grandiosidade do referido parque, pode revelar emoções individuais e coletivas, servindo como símbolo de um passado distante, indispensável para as recordações sociais e orgulho cívico, na qual cada pessoa cria laços de afetividade ou rejeição com esta porção do espaço, podendo interpretar e compreender os significados concernentes a este memorial de acordo com tais vínculos tecidos para reverenciar o heroísmo nacional.

Considerações finais

A organização do espaço urbano apresenta uma intensa complexidade. A sociedade humana realiza-se sobre uma base material, produzindo, apropriando, construindo formas, atribuindo funções, significados e conduzindo ações no espaço geográfico ao longo de um período que, em meio a tais dinâmicas, forjam significados e expressões de grande vulto. Os motivos e agentes responsáveis pela edificação e localização de um monumento variam, bem como a razão de sua celebração, as narrativas históricas, signos e símbolos refletidos, e sua utilização e interpretação pelos grupos na sociedade.

Ao compartilhar o pensamento de que o passado pode ser entendido como um mapa no qual as experiências históricas são captadas através de formas espaciais, como, por exemplo, museus, monumentos, memoriais, entre outros, sugere-se que o passado compreende um espaço de experiências. Concernentemente, o futuro conceitualiza-se como um horizonte de expectativa, na medida em que é desconhecido e ainda não experenciado. Isto ajuda a perceber o sentido do Monumento aos Pracinhas. Trata-se de um símbolo espacial construído para relembrar os acontecimentos referentes a Segunda Guerra Mundial na tentativa de imaginar um futuro diferente e que tais horrores e perdas de vida em combate não se repitam. Evocando, ao mesmo tempo, a morte heróica como necessária à pátria, uma prova de cidadania.

Algunas considerações geográficas sobre monumentos

Melissa Anjos*

A geografia, enquanto campo científico, se preocupa com a descrição dos fenômenos da Terra. No âmbito da organização do espaço, os homens imprimem diversas marcas que se tornarão objeto da referida ciência. Neste particular, os monumentos, entendidos como formas simbólicas, são as representações materiais dos eventos pretéritos que fazem parte do espaço construído e compõe, de maneira marcante, as paisagens de determinados espaços públicos da urbe, bem como constituem artefatos de grande relevância para o poder público ao perpetuarem empreendedores inscrevendo e eternizando, ao seu modo, relevantes nomes da história, da religião, da política e das artes. Este artigo procura apresentar uma discussão sobre a relação paisagem e monumento, uma vez que estes fazem parte do cenário urbano, além de instigar o pensamento sobre a (possível?) carga simbólica contida nas estátuas.

Palavras-chave: Paisagem, Monumentos, Espaço Urbano

Geography while scientific field cares for the description of the phenomena of the Earth. Within the framework of the Organization of

Introdução

A racionalidade científica construiu uma representação do mundo que privilegia alguns aspectos. O modo de pensamento próprio do Ocidente – tanto em suas modalidades lógicas como em seus hábitos e referências culturais – impõe obstáculos à apreensão ou à abordagem de outros significados do mundo. A razão tornou-se soberana do homem, delimitou seus limites e, desta forma, criou uma autoconsciência a qual ela não tem acesso. É preciso, agora, abrir novos horizontes, avançar e ultrapassar as fronteiras da razão e, para além do pensar, também o sentir¹. É essa expansão de significado do mundo que a

* NeghaRIO (Núcleo de Estudos em Geografia Humanística, Artes e Cidade do Rio de Janeiro); PPGE (Programa de Pós-Graduação – Mestranda em Geografia-UERJ). E-mail: melgodinho@yahoo.com.br

¹ SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

space, men print different brands that will become object of that science. In particular, the monuments, understood as symbolic shapes, materials are representations of past events that are part of the space constructed and equipped so striking, landscapes of certain public spaces of the *urbe*, as well as constitute artifacts of great relevance for public authorities to perpetuate entrepreneurs subscribing and goes to

his way, relevant names of history, religion, politics and the arts. This article seeks to introduce a discussion about the relationship landscape and monument, since these are part of the urban landscape, and instigate thought about (possible?) symbolic contained in statues.

Key words: Landscapes, monuments, urban space

geografia cultural busca: compreendê-lo além da camada rasa da objetividade, difundida pelo paradigma moderno-clássico.

Para esta jornada, utilizaremos os monumentos, pois estes fazem parte da paisagem urbana e podem ser interpretados geograficamente. Apropriando-nos das palavras de Corrêa² e Mello³ ao parafrasearem Cosgrove⁴, os símbolos e os monumentos estão em toda parte. São, simultaneamente, marca e matriz⁵. Desta forma, além de reconhecer o processo de monumentalização como uma categoria de interpretação, esta comunicação inicia uma discussão acerca da relação paisagem e monumento, uma vez que estes fazem parte do cenário urbano, além de refletir sobre a (possível?) carga simbólica contida nas estátuas.

Os monumentos, “entendidos como formas simbólicas”, são “representações materiais de eventos passados” que “integram o meio ambiente construído, compondo, de modo marcante, a paisagem de determinados espaços públicos da cidade”⁶. Para Corrêa “os monumentos não são apenas objetos estéticos. São intencionalmente dotados de sentido político”⁷, ganhando, ao longo do tempo, significados de aderência ou de rejeição.

² CORRÊA, Roberto Lobato. Monumento, política e espaço. In: ROSENDALH, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Geografia: temas sobre cultura e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

³ MELLO, João Baptista Ferreira de. Símbolos dos lugares, dos espaços e dos “deslugares”. In: *Espaço e Cultura*, n. 16. Rio de Janeiro: UERJ/NEPEC, 2003.

⁴ COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDALH, Zeny (Orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. 2^a ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004..

⁵ BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDALH, Zeny (Orgs.). *Paisagem...*, *op. cit.*

⁶ CORRÊA, Roberto Lobato. *Op. cit.*, p. 9.

⁷ *Idem, ibidem*, p. 11.

Nesse primeiro momento, dissertaremos, brevemente, acerca do conceito de paisagem, na visão Ocidental, uma vez que as estátuas integram e, ao mesmo tempo, contribuem para a formação do imaginário do lugar, estabelecido a partir de seu cenário. Após, discutiremos as relações entre monumento (memória) e monumentalidade para sugerir uma possível carga simbólica presente nos monumentos.

Por fim, vale repetir, como escreveu Cosgrove⁸ “a geografia está em toda parte” e, da mesma maneira, nos monumentos erguidos nos espaços das cidades. Nossa tarefa é, portanto, desvelá-los, interpretá-los e diferenciá-los, colaborando, assim, para a perpetuação dessas virtuosas, seja da política ou das artes brasileiras, na memória individual/coletiva.

1. A construção da paisagem

De acordo com os léxicos, por paisagem entende-se um determinado espaço de terreno que se abrange em um lance de vista e/ou uma pintura, gravura ou desenho que representa uma paisagem. No entanto, a paisagem é mais que isso. Podemos considerá-la como resultado material de todos os processos – naturais e sociais – que ocorrem em um determinado sítio. Desta forma, ela é construída a partir da síntese de todos os elementos presentes neste local e sua apreensão se verifica pela imagem resultante dela. Em outra definição, comprehende-se a paisagem como um sistema complexo e dinâmico onde diferentes fatores naturais e culturais interagem e evoluem em conjunto. Neste contexto, discorreremos, sucintamente, acerca do conceito de paisagem no Ocidente.

1.1 A paisagem no ocidente

O termo paisagem foi empregado pela primeira vez no século XVI, na Bélgica, designando as cenas de trechos de uma região. No entanto, sua raiz remonta ao século XV, com as línguas saxônicas, tais quais *landskap*, *landschaft*,

⁸ COSGROVE, Denis. *Op. cit.*, p. 93.

landscape e, finalmente, nas línguas latinas, a saber: paesaggio, paysage, paisaje e paisagem⁹.

No Ocidente a paisagem surge dentro de um contexto de transformações sociais e culturais, a modernidade, na qual se destaca a ascensão da burguesia, a laicização da cultura e a autonomia da Arte – e a invenção da *janela* (assim denominada pelos historiadores da arte), que mostra o mundo e nos situa dentro e fora de sua cena, indicando um novo modo de ver e de se relacionar com o mundo, promovendo, assim, o distanciamento necessário para sua visualização¹⁰. É o início, portanto, do mundo como experiência visual e como tal, a paisagem estaria associada, indubitavelmente, ao ato de ver, marcado pela cisão “*entre o que vemos (...) e o que nos olha*”¹¹. Cisão esta que caracteriza a modernidade e a invenção da paisagem no Ocidente.

Neste sentido, e sendo a aparência a representação da paisagem, é inevitável sua descrição. Porém, ela não deve se reduzir às configurações espaciais, às morfologias e ao arranjo dos ambientes, ou seja, ao visível. No entanto e durante um longo tempo – quase quatro séculos (incluindo a institucionalização das ciências, no século XIX) até a mudança de paradigma mundial, em 1970, com a emergência da imaterialidade como fator importante na leitura das culturas – foi dessa maneira que a paisagem foi tratada. Destarte, faz-se necessário breves apontamentos do conceito de paisagem. De acordo com Freitas *et all*¹²,

hoje, este conceito está presente na ciência, nas artes, no turismo, até mesmo em atividades comerciais, como a venda de imóveis (onde equivale às “amenidades” conferidas a um lugar), enfim, numa série de temas, matérias e atividades. Foi a Geografia, porém, que deu ao conceito um uso científico, elegendo-o como eixo de toda uma teoria de investigação.

Dito isto, a seguir faremos, resumidamente, algumas considerações acerca da paisagem na geografia cultural, uma vez que esta corrente tomou para si aquele conceito matricial.

⁹ CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

¹⁰ *Idem*.

¹¹ DIDI-HABERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora 34, 1998, p. 77.

¹² FREITAS, Inês Aguiar de; et all. A janela de Hitler. In: *Revista GeoUERJ*, n. 2. Rio de Janeiro: UERJ, 1999, p. 30.

1.2 A paisagem na geografia: a abordagem cultural

Na geografia cultural tradicional, tanto alemã quanto americana, do início da sistematização da ciência até meados do século XX, o objeto de estudo era a paisagem e suas pesquisas estavam pautadas na descrição da natureza do *locus* em questão¹³. Isto significa dizer, segundo Freitas *et all*¹⁴, que “toda paisagem apresenta-se ao estudioso dotada de uma certa fisionomia. Entre seus distintos aspectos encontram-se elementos, tanto visíveis quanto invisíveis, que estabelecem relações entre si”. Neste sentido, temos em Sauer¹⁵ a legitimação, através da prática do arrolamento, capaz de realizar um dos objetivos gerais da geografia, qual seja: a compreensão e diferenciamento do Planeta. Desta forma, a paisagem seria, para Sauer¹⁶,

o equivalente em inglês para o termo que os geógrafos alemães estão usando amplamente, e tem estritamente o mesmo significado: uma forma da Terra na qual o processo de modelagem não é de modo algum imaginado como simplesmente físico. Ela pode ser, portanto, definida como uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais.

Para Tuan¹⁷, “uma vez o conceito formulado e aceito, rende-se a uma experiência anterior, largamente obsoleta, desde que o conceito, mais do que a experiência anterior, irá guiar a recepção das novas impressões”. Ou seja, para a geografia cultural tradicional alcançar essas metas e, ao mesmo tempo, “manter-se como uma ciência objetiva da Terra, a paisagem era compreendida como uma verdadeira fotografia: “tudo” que os olhos pudessem abarcar objetivamente deveria ser catalogado”¹⁸.

¹³ CLAVAL, Paul. A geografia cultural: o estado da arte. In: ROSENDALH, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

¹⁴ FREITAS, Inês Aguiar de; et all. *Op. cit.*, p. 30.

¹⁵ SAUER, Carl. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDALH, Zeny (Orgs.). *Paisagem...*, *op. cit.*

¹⁶ *Idem*, p. 14.

¹⁷ TUAN, Yi-Fu. Ambiguidades nas atitudes para com o meio ambiente. In: *Revista Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, v. 33, n. 245, 1975, p. 8.

¹⁸ LOPES, Patrícia Frangelli Bugallo. *A construção do Lugar de Memória (Lieu de Mémoire) em São Cristóvão*: os mitos no Solar da Marques. Monografia (graduação em Geografia). Rio de Janeiro: UERJ/IGEO, 2007, p. 24.

Desta maneira, o entendimento da paisagem na geografia se remete ao sentido da visão, pois é ela quem capta todas as nuances existentes neste recorte da natureza. Porém, sem o auxílio da mente, que comprehende e interpreta esse recorte, não o distinguiríamos. É óbvio que isso depende do estoque de conhecimentos e valores, adquiridos ao longo dos anos, pelo homem¹⁹. Segundo Schama²⁰,

se a visão que uma criança tem da natureza já pode comportar lembranças, mitos e significados complexos, muito mais elaborada é a moldura através da qual nossos olhos adultos contemplam a paisagem. Pois, conquanto estejamos habituados a situar a natureza e a percepção humana em dois campos distintos, na verdade elas são inseparáveis. Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas. (...)

É evidente que o próprio ato de identificar (para não dizer fotografar) o local pressupõe nossa presença e, conosco, toda a pesada bagagem cultural que carregamos.

Com a mudança de paradigma, pautada na emergência cultural de novas (e/ou outras) aceitações, a partir da década de 1970, ocorreu uma (re)significação do conceito de paisagem, que adquiria “mais do que a realidade objetiva capta-va”, isto é, o mundo vivido perdia seu foco de destaque, uma vez que agora o mesmo “complementa a análise acerca das representações simbólicas, estas que hoje ganham terreno perante a complexidade da era pós-moderna”, ou seja, esta análise recai sobre “os processos culturais que a envolvem e os valores embutidos nela”²¹.

Nesta esteira, a paisagem, lida através dos processos culturais, das representações e dos valores, é nomeada como paisagem cultural. Neste contexto, a paisagem, de acordo com Patrícia Lopes²², “ao mesmo tempo em que instrui

¹⁹ MELLO, João Baptista Ferreira de. *O Rio de janeiro dos compositores da música popular brasileira – 1928/1991 – uma introdução à Geografia Humanística*. Dissertação (mestrado em Geografia). Rio de Janeiro: UFRJ/PPG GEO, 1991; MELLO, João Baptista Ferreira de. A geografia da grande Tijuca na oralidade, no ritmo das canções e nos lugares centrais. In: *GEOgraphia*. Niterói: UFF/EGG, ano IV, n. 7, 2002.

²⁰ SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 16/17.

²¹ LOPES, Patrícia Frangelli Bugallo. *Op. cit.*, p. 24/25.

²² *Idem*, p. 25-26.

sobre a maneira que se deve orientar segundo o *status quo* ou o grupo que a construiu ou a repele (...) ela descontina o observador que a olha revelando-o em sua própria análise". Assim, a paisagem não é estática, pois cada indivíduo é capaz de remodelá-la.

Cabe ressaltar, a paisagem transpõe a materialidade a que se propõe ao fazer emergir um significado singular aos mundos interior e exterior do indivíduo. É o mesmo que dizer que o significado simbólico pertencente à vida de relações da sociedade no tempo e no espaço é estabelecido a partir das trocas incessantes entre as unidades culturais e o seu próprio meio. Portanto, a dimensão simbólica da paisagem está subordinada as diferentes interpretações e representações²³.

Nestas circunstâncias, a paisagem constitui uma construção e uma concepção do mundo. A imagem das cidades, construídas ao longo do tempo, está associada com sua natureza. No caso particular da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, esta natureza pode ser exemplificada através das montanhas – do Pão-de-Açúcar e do Corcovado –, das áreas verdes – Mandanha e Floresta da Tijuca –, do mar – através da sinuosidade das praias e das baías –, bem como, os artefatos – as estátuas, torres e templos. Afinal, a arte da paisagem se coloca como um meio de pensar as formas urbanas. A identidade carioca – utilizando-se livremente as concepções de Schama²⁴ – “perderia muito de seu fascínio feroz sem a mística de uma tradição paisagística particular”, sendo, desta maneira, manifestação das múltiplas relações dos homens com o meio, bem como valores e atitudes mesclados por mitos, utopias e visões de mundo que direcionam o olhar sobre a paisagem. Além disso, as “paisagens podem ser conscientemente concebidas para expressar as virtudes de uma determinada comunidade política ou social”²⁵.

Destarte, é importante pensar na análise e compreensão da relação cidade-paisagem, apreendida em sua múltipla dinâmica, através dos seus vários significados, pois a paisagem expande o horizonte do conhecimento de tal modo que as “coisas”, ao serem nomeadas e representadas (os monumentos, por exemplo), assumem valores e sentidos em contínuo processo de transformação. Ou, como

²³ *Idem*.

²⁴ SCHAMA, Simon. *Op. cit.*, p. 26.

²⁵ *Idem, ibidem*.

sugere Freitas *et all*²⁶, “representa uma tentativa de conectar o solo com a História, o espaço com a herança cultural de uma nação, a escolha de um caminho a ser seguido”. Seguindo este raciocínio, discutiremos, resumidamente, as relações entre monumento (memória) e monumentalidade – conceitos e categorias analíticas abarcadas neste artigo.

2. Monumento (memória) e monumentalidade (símbolo)

O saber geográfico está preocupado com a descrição dos fenômenos da Terra. Grafo, etimologicamente, significa escrita, traço, marca. Mello²⁷ nos lembra que “no bojo da reorganização do espaço várias obras construídas – de acordo com os empreendedores das políticas públicas” são marcas impressas pelo homem que se tornam objeto da referida ciência. Neste particular, os monumentos constituem artefatos de grande relevância para o poder público, na medida em que perpetuam grandes personalidades inscrevendo e eternizando, ao seu modo, relevantes nomes da história, da religião, da política e das artes.

Por monumento, de acordo com os dicionários, entende-se obra ou construção destinada a transmitir à posteridade a memória seja de um fato ou pessoa notável, alguma obra notória, memória, recordação ou lembrança. Isto é, em seu próprio significado, a palavra monumento guarda as raízes que, mais tarde, a geografia se utilizaria a fim de elevá-lo a categoria analítica espacial.

Todavia, o conceito de monumento não se limita às obras arquitetônicas ou esculturais tal como percebidas pelo senso comum. Além destas, são consideradas as obras de arte, os diversos tipos de documentos escritos e iconográficos e todo e qualquer objeto ou elemento que expresse a atividade e o pensamento de uma época²⁸. Entretanto, seja como obra ou documento, o “monumento serve

²⁶ FREITAS, Inês Aguiar de; et all. *Op. cit.*, p. 34.

²⁷ MELLO, João Baptista Ferreira de. A humanização da natureza – uma odisséia para a (re)conquista do paraíso. In: SILVA, S. T.; MESQUITA, O. V. (Orgs.). *Geografia e questão ambiental*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993, p. 39.

²⁸ RODRIGUES, Cristiane Moreira. Cidade, monumentalidade e pôde. In: *GEOgrafia*. Niterói: UFF/EGG, ano III, n. 6, 2002.

de testemunho do poder. Poder esse que deseja ser legado à memória coletiva a fim de tentar perpetuar-se”²⁹, de modo que as gerações futuras se recordem (ou saibam) de sua existência e de sua força. O pensamento de Rodrigues³⁰ é seguido da definição de tal conceito. Segundo a autora (citando RIEGL³¹),

por monumento, no sentido mais antigo e verdadeiramente original do termo, entende-se uma obra criada pela mão do homem e edificada dentro de fim preciso de conservar sempre presente e vivo na consciência das gerações futuras a lembrança de tal ação ou tal vida (ou as combinações de uma e de outra).

Desta forma, os monumentos podem ser entendidos como fixos plenos de significados/valores simbólicos que fazem parte da organização do espaço, dispostos ao longo do espaço público em temporalidades distintas. São intencionalmente dotados de sentido político e são capazes de condensar complexos significados em torno de valores e práticas, fazendo sobreviver na memória alguma coisa significativa para alguém ou para um grupo social³².

Ao citarmos os valores simbólicos, faz-se necessário uma breve discussão a respeito dos símbolos. Estes desempenham papel importante na vida das pessoas. O caráter simbólico dos lugares descortina-se ao ser humano como algo que precede a linguagem e a razão discursiva, enfatizando a relação entre o símbolo e o lugar, uma vez que apresenta determinados aspectos do mundo vivido³³. Nas palavras de Mello³⁴,

os lugares são repletos de símbolos transitórios ou imorredouros. Assim defendem os geógrafos do horizonte humanístico. A simbologia não está restrita aos centros de afetividade, despojamento ou experiência. Os espaços vastos, estranhos, desconhecidos e distantes, bem como os “deslugares” monótonos e repetitivos reúnem, igualmente, símbolos de grandezas variadas.

²⁹ *Idem, ibidem*, p. 59.

³⁰ *Idem, ibidem*.

³¹ *Idem*, p. 60

³² CORRÊA, Roberto Lobato. Monumento..., *op. cit.*; CORRÊA, Roberto Lobato. Uma sistematização da análise de monumentos na geografia. In: *Revista Terra Plural*. Ponta Grossa: Ed.UEPG, 2007; LEÃO, Rodrigo Fernandes. O Maracá é nosso! Espaço-tempo de celebração de identidades no Rio de Janeiro. Monografia (graduação em Geografia). Rio de Janeiro: UERJ/EGEO, 2005.

³³ COSTA, Otávio. Memória e paisagem: em busca do simbólico dos lugares. In: *Espaço e Cultura*, n. 15. Rio de Janeiro: UERJ/NEPEC, 2003.

³⁴ MELLO, João Baptista Ferreira de. Simbolos..., *Op. cit.*, p. 64.

Os lugares/símbolos podem ser entendidos de diversas maneiras, sendo compartilhados e forjados por meio de edificantes significados³⁵. Dentro da vertente humanística, os símbolos são entendidos como repositórios de significados erigidos a partir de experiências profundas, construídas ao longo do tempo, envolvendo o homem e o lugar³⁶.

“Os lugares podem estar repletos de símbolos, ou mesmo se transformarem em símbolos”³⁷. De acordo com Tuan³⁸, o símbolo “é uma parte, que tem o poder de sugerir o todo”, superando sua forma material e sugerindo “uma sucessão de fenômenos que estão relacionados entre si, analógica ou metaforicamente”. A partir dos significados obtidos ao longo do tempo por laços emocionais³⁹, os símbolos são investidos de querência e afeto, tornando-se parte do mundo vivido das pessoas. Orientados pela cultura, os símbolos “carregam o sentido que um indivíduo ou grupo lhe atribuem”⁴⁰. Por outro lado, os símbolos podem ser rejeitados ou mesmo carregados de repulsa, pavor e ódio⁴¹. Estes integram os espaços infernais, se recorrermos às noções judaico-cristãs, bem repletos de indiferença, dor ou desilusão⁴².

O símbolo contém ou contempla algo de maior expressão e, uma vez que seu significado é atribuído pelo indivíduo ou grupo social, “qualquer elemento da natureza, artefato criado pelo homem, algo concebido no imaginário ou mesmo a cidade e a pátria podem se revestir de valores simbólicos”⁴³. Assim,

³⁵ *Idem*.

³⁶ TUAN, Yi-Fu. *Topofilia*. São Paulo: Difel, 1980; MELLO, João Baptista Ferreira. Símbolos..., *op. cit.*; GUIMARÃES, Ana Carolina Viana. *Alegorias, requebros, memória e construção dos lugares do carnaval carioca*. Dissertação (mestrado em geografia). Rio de Janeiro: UERJ/PPGG, 2007.

³⁷ GUIMARÃES, Ana Carolina Viana. *Op. cit.*, p. 53.

³⁸ TUAN, Yi-Fu. *Topofilia...*, *op. cit.*, p. 26.

³⁹ MELLO, João Baptista Ferreira de. *A geografia...*, *op. cit.*

⁴⁰ GUIMARÃES, Ana Carolina Viana. *Op. cit.*, p. 53, citando Monnet.

⁴¹ MELLO, João Baptista Ferreira de. *A geografia...*, *op. cit.*; MELLO, João Baptista Ferreira de. Símbolos..., *op. cit.*

⁴² ANJOS, Melissa. (Re)conhecendo os símbolos do candomblé em busca de (re)construção da África perdida. In: *Revista Eletrônica África e Africanidades*, v. 1, 2008; MELLO, João Baptista Ferreira de. O Rio de Janeiro..., *op. cit.*

⁴³ SILVA, Michel Vieira de Liam e. *Desconstruindo e descortinando símbolos na Cidade de Deus*. Monografia (graduação em geografia). Rio de Janeiro: UERJ/Departamento de Geografia, 2005, p. 45.

pode-se indagar: os monumentos distribuídos pela cidade possuem uma carga simbólica atribuída pela sociedade? Ou essas estátuas foram impostas às pessoas ou grupos por determinados segmentos sociais, ou quem sabe pelo Poder Público como meio de preservação da memória cultural?

Dito isto, podemos concluir que o monumento é um legado à memória coletiva, erigido para carregar consigo toda uma “carga de concepções que o farão símbolo de uma mensagem que quis ser passada, de um aviso ou de uma instrução que se desejou transmitir”⁴⁴. Na contramão do significado do monumento enquanto afirmação de poder, Choay⁴⁵ defende que, ao monumento, não cabe

dar uma informação neutra, mas tocar, pela emoção, uma memória viva. Nesse sentido primeiro, chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorarem ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente.

Aqui, cabe um adendo sobre a memória individual/coletiva. Como sabemos, a memória é uma categoria biológica/psicológica referente à capacidade de armazenamento e conservação de informações⁴⁶. Todavia, a seguir, o sentido em que nos reportaremos é na discussão da memória enquanto elemento de permanência da história/geografia de um lugar.

Nestes termos, convém pontuar, “toda memória está localizada no espaço e no tempo. Nesse contexto, podemos inserir o lugar como parte da memória dos indivíduos e grupos sociais”⁴⁷. Através da memória, o lugar do passado ganha

⁴⁴ RODRIGUES, Cristiane Moreira. *Monumentalidade e poder na construção das cidades: um estudo sobre projetos urbanos não realizados no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX*. Dissertação (mestrado em geografia). Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 2000. p. 9.

⁴⁵ CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; Ed. UNESP, 2001, p. 18.

⁴⁶ ABREU, Maurício. Sobre a memória das cidades. In: *Revista Território*. Rio de Janeiro: LAG-ET/UFRJ, ano III, n. 4, 1998.

⁴⁷ GUIMARÃES, Ana Carolina Viana. *Op. cit.*, p. 276/277.

⁴⁸ MELLO, João Baptista Ferreira de. O Rio de Janeiro..., *op. cit.*; MELLO João Baptista Ferreira de. A geografia..., *op. cit.*

permanência, superando a sua forma material e eternizando-se⁴⁸. “Tal relação está intimamente envolvida com a idéia de identidade, uma vez que para sabermos quem somos e nos identificarmos, precisamos ter referências sobre o passado”⁴⁹. Isto é, “o tempo da memória só se concretiza quando encontra a resistência de um espaço”⁵⁰.

De acordo com Halbwachs⁵¹, “não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial”. Uma vez que o espaço é uma realidade concreta, não seria possível retomar o passado se ele não estivesse “conservado no ambiente material que nos circunda” (*ibid.*). Assim, a memória é um pensamento contínuo, pois só retém do passado o que ainda está “vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que o mantém”⁵². Logo, a memória é a “reconstrução do passado no presente vivido”⁵³, ou seja, é assim que podemos defini-lo, pois “somente o espaço é estável o bastante para durar sem envelhecer e sem perder nenhuma de suas partes”⁵⁴.

Desta maneira, o estudo da memória coletiva não deve abarcar apenas o esclarecimento dos fatos de conservação e esquecimento, mas também a explicação da metamorfose das lembranças coletivas⁵⁵, em particular, o dos monumentos, compreendidos que estão na corrente da consciência individual ou de grupo.

Voltemos, agora, ao ponto inicial de nossa discussão.

As formas simbólicas são articuladas entre si participando de uma batalha de símbolos e alegorias, parte integrante da disputa ideológica e política no contexto nacional. Como afirma Le Goff⁵⁶, o indicador da memória coletiva é a perpetuação do poder das sociedades históricas.

⁴⁸ GUIMARÃES, Ana Carolina Viana. *Op. cit.*, p. 277.

⁵⁰ ABREU, Maurício. *Op. cit.*, p. 12.

⁵¹ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro Ed., 2006, p. 170.

⁵² *Idem*, *ibidem*, p. 102.

⁵³ SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Entre a destruição e a preservação: notas para o debate. In: SCHIAVO, Cléia; ZETTEL, Jayme (Coords.). *Memória, cidade e cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1997, p.19.

⁵⁴ HALBWACHS, Maurice. *Op. cit.*, p. 189.

⁵⁵ FREITAG, Bárbara. Berlim: memória literária e futuro poético. In: SCHIAVO, Cléia; ZETTEL, Jayme (Coords.). *Op. cit.*

⁵⁶ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *Encyclopédia Einaudi*. Porto: imprensa Nacional; Casa da Moeda, v. 1, 1985.

Leão⁵⁷ nos lembra que tempo e espaço são fundamentais nos estudos geográficos acerca dos monumentos. De acordo com Corrêa⁵⁸,

por meio da necessária espacialidade que têm, implicando em localizações fixas, dotadas de longa permanência, os monumentos são poderosos meios de comunicar valores, crenças e utopias e afirmar o poder daqueles que os construíram. Dotados de alcance espacial limitado (...) os monumentos têm, no entanto, um papel fundamental na criação e permanência de determinadas paisagens urbanas, impregnando lugares de valores estéticos e simbólicos.

Seja intencional ou não, ou com apelo “memorial distinto do original, o fato é que a presença física do monumento guarda sua capacidade de expressar-se para além do conteúdo aparente do objeto”⁵⁹. Mais do que isso, ao transcenderem sua condição, transmutando-se em signos⁶⁰ metamorfoseados em imagem e, com a devida divulgação da mesma, ocorre o que Choay⁶¹ chama de “semantização do monumento-sinal”, ou seja, “pela mediação de sua imagem, por sua circulação e difusão, na imprensa, na televisão e no cinema, esses sinais se dirigem às sociedades contemporâneas”. Na esteira de Choay⁶², Rodrigues⁶³ afirma que os monumentos se “constituem em instrumentos de comunicação (de idéias, valores, *status social...*), fazendo parte, assim, da produção simbólica de uma sociedade”.

Diante do exposto, o conceito de monumento “configura-se como fundamental e útil para alcançarmos uma definição e um entendimento maior sobre a monumentalidade”⁶⁴, onde está “implícita uma carga ideológica, uma carga de

⁵⁷ LEÃO, Rodrigo Fernandes. *Op. cit.*

⁵⁸ CORRÊA, Roberto Lobato. Monumento..., *op. cit.*, p. 15.

⁵⁹ FERNANDES, Ulisses da Silva. *A natureza monumental do Copacabana Palace Hotel: a antevisão de uma paisagem*. Dissertação (mestrado em geografia). Rio de Janeiro: UERJ/PPGG, 2006., p. 119.

⁶⁰ EPSTEIN, Isaac. *O signo*. 7^a ed. São Paulo: Ed. Ática, 2001.

⁶¹ CHOAY, Françoise. *Op. cit.*, p. 22.

⁶² *Idem, ibidem.*

⁶³ RODRIGUES, Cristiane Moreira. O Rio de Janeiro no século XIX: a busca pela cidade-monumento brasileira. In: ABREU, Mauricio de Almeida (Org.). *Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações – estudos de geografia histórica carioca*. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação, 2005, p. 128.

⁶⁴ RIBEIRO, Miguel Ângelo. Categorias analíticas do espaço e turismo: o exemplo da Fortaleza de Santa Cruz, Niterói/RJ. In: *GEOgraphia*. Niterói: UFF/EGG, ano VIII, n. 16, 2006, p. 91.

poder⁶⁵, uma vez que ele encerra em si uma monumentalidade a qual, por seu turno, é transcendente, pois ela não é só mais um objeto presente na urbe. Ao contrário, para Rodrigues⁶⁶ ela é

objetivo simbolizado em objeto-símbolo (...) Os monumentos diversos (esculturas: homenageando pessoas e fatos históricos, ou arquitetônicos: edifícios, praças, avenidas e planos urbanísticos inteiros) são a própria espacialização de uma idéia, de uma concepção de mundo que procura tanto sua auto-afirmação quanto a subjugação de outras idéias e concepções destoantes.

Desta forma, o monumento e a monumentalidade são elementos destinados, tanto à memória preservacionista, quanto ser o símbolo de um poder e, portanto, como assinala Rodrigues⁶⁷, “mantenedores e simbolizadores de idéias e valores impressos no espaço, muitos dos quais têm sido marcados pela vontade de atravessar o tempo”. Assim, a monumentalidade faz-se documento das ciências humanas de uma sociedade, simbolizando o poder e aquilo que este seleciona/impõe para ser transmitido hodiernamente e no futuro. Para Rodrigues⁶⁸, a força da monumentalidade não se limita ao controle daqueles a ela diretamente subordinados, “uma vez que ela será idéia e imagem transpostas ao espaço”.

Neste contexto, podemos elucubrar: o monumento é o ponto para o qual convergem os esforços coletivos e simbólicos de uma comunidade para se afirmar tanto para si quanto para os outros⁶⁹. Fundar um passado através da construção de um monumento no presente é também caminhar em direção a um futuro onde se encontram os valores forjados no passado. Logo, como nos lembra Corrêa⁷⁰, “nos monumentos, estão inscritas as representações que os homens fazem da história e da geografia. São eles, portanto, parte da temporalidade e da espacialidade – complexas e variáveis – que caracterizam a ação humana”.

⁶⁵ FERNANDES, Ulisses da Silva. *Op.cit*, p. 123.

⁶⁶ RODRIGUES, Cristiane Moreira. *Op. cit.*, p. 9.

⁶⁷ RODRIGUES, Cristiane Moreira. Cidade, monumentalidade e poder. In: *GEOgraphia*. Niterói: UFF/EGG, ano III, n. 6, 2002, p. 65.

⁶⁸ *Idem, ibidem*, p. 69.

⁶⁹ BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. Monumentalidade e cotidiano: a função pública da arquitetura. In: *Mdc Mínimo Denominador Comum Revista de Arquitetura e Urbanismo*. Belo Horizonte, v. 3, n. 3, 2006.

⁷⁰ CORRÊA, Roberto Lobato. Monumento..., *op. cit.*, p. 39.

Para não concluir...

A organização do espaço urbano apresenta uma intensa complexidade. Este trabalho procurou iniciar uma discussão acerca da relação entre paisagem/monumento/símbolo. Neste ponto, cabe inicialmente realçar: no passado as estátuas sobressaiam nas grandes praças públicas em pedestais gigantescos com os heróis, fossem eles políticos, militares, religiosos ou membros da classe dominante em flagrante destaque ou sumtuosamente sentados sobre cavalos afirmando grandiosidade e poder. Nos últimos tempos, contudo, os monumentos são voltados para personalidades artísticas. Mais do que isso, as esculturas estão ao nível dos passantes que podem interagir com as celebridades retratadas e se sentir parte integrante da história e da cultura do local que compõe a paisagem urbana. A sugestão inicial sobre uma possível carga simbólica se mantém no ar. Porém, estamos diante de uma questão geográfica, mas difícil de ser estudada porque os símbolos variam de pessoa para pessoa ou mesmo para este ou aquele grupo. Esta questão que ora se apresenta fica para estudos posteriores.

Etnografia da “Cidade Prisional”: Por uma análise das “Favelas

*Helmano de Andrade Ramos**

*Rosilene Dias Montenegro***

O presente estudo descreve e se insere, não apenas sobre a estrutura arquitetônica da favela da ‘Penitenciaria Regional do Serrotão’, mas também sobre a origem individual, de quem transforma o interior das prisões em suas cidades, de quem o resignifica do seu imaginário externo, e de quem o reorganiza sob as diferentes regras de moradias.

Palavras -chave: Favelas, Imaginário, Prisões.

The present study aims at describing and deeply interpreting not only the architectural structure that backs the slum of the ‘Penitenciária Regional do Serrotão’, but also the origins of the individuals, who transform that prison into another city, who return to their external liberty imaginary, and who recognize the difference in living rules.

Key words: Slum, Imaginary, Prisons.

Teoricamente, concebemos como Clifford Geertz, que “a etnografia é uma descrição densa”, de fazer natural em todos seus níveis, através de um “estranho desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos escrito não com os sinais convencionais do som¹”, que mais fundamentalmente podem ser considerados “exemplos transitórios de comportamentos modelados” e que finalmente podem ser analisados, descobertos e explicados dentro de uma metodologia interdisciplinar.²

* Mestrando em Desenvolvimento Regional (UEPB); Licenciado e Bacharel em Historia (UFCG); Professor da rede Estadual de Ensino. E-mail: helmanoandrade@yahoo.com.br

** Doutora em Historia (UNICAMP); Diretora do Centro de Humanidades (UFCG); Professora da U-AHG/UFCG; Membro dos Programas de Pós-Graduação em História (UFCG) e em Desenvolvimento Regional (UEPB).

¹ Constantes referências aos sons dos medos e das mortes, bem como de rebeliões, sob fatos que como marcantes são relembrados e esquecidos por parte dos presos.

² GEERTZ, Cliford. *Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1989, p. 20.

Através de um esforço intelectual para descrição densa, de acordo e para revelar “um código público”, socialmente estabelecido, por meio de “partícula de comportamento, um sinal de cultura e - *voilà* – um gesto” e que, via- de- regra, também revela resultados diferentes do que espera, mas que vê a realidade como própria, sem direção determinada e seguindo suas próprias criações e imaginações.³

Pois além de conter uma estrutura “semiótica”⁴, tem por ponto principal uma abordagem da cultura, e a tensão entre penetrar na ação simbólica do objeto e as exigências técnicas pelo aprender, a analisar “quanto mais longe vai o desenvolvimento teórico, mais profunda se torna a tensão”⁵. Sendo assim, essencial escolher um significado e amarrá-los na teia através da análise experimental e interpretativa para a busca do significado por nós mesmos tecidos.

É nesse sentido que “não há qualquer razão para que seja menos formidável na estrutura conceptual de uma interpretação cultural”, exceto a frequente necessidade de teoria em que “pequenos vôos de raciocínios tendem a ser efetivo em antropologia”.⁶

Abre os pavilhões 7hs da manhã, o cara vai jogar bola, o cara tira a cadeia dele todinha meu irmão, sabe, nesse lance de jogar bola, passa 10/15 anos meu irmão o cara inda sonhando em ser um craque o cara sai de lá com a mente do tamanho da mente de um rato.⁷

É sobre os apenados da “Favela”, sobretudo de quem “Raminho” nos fala que os identificando e ao mesmo tempo, colocando-os em um lugar de alienação a que seus destinos passam a ser ligados no momento em que integram as estatísticas institucionais do sistema carcerário que aqui, cabe-nos tratar.

“Favela” é a resignificação dada pelos apenados da “Penitenciária Regional do Serrotão” e utilizadas comumente em todo ambiente interno do presídio para indicar o espaço dos detentos do regime fechado, e que trazidos do imaginário

³ *Idem*, p. 16.

⁴ *Idem*, p. 15.

⁵ *Idem*, p. 35.

⁶ *Idem*, p. 34.

⁷ Trecho de entrevista realizada, em agosto de 2007, com Severino dos Ramos Lima, “Raminho”, apenado em regime de Albergado, ou seja, do sistema semi-aberto. Nessa modalidade de cumprimento da pena o apenado passa o dia fora da Penitenciária e retorna à noite.

externo, torna a cadeia a composição de cidade, e nesse sentido relaciona; o pátio, área entre os pavilhões, aos bairros, e as celas às casas.

De forma que, embora o imaginário dos detentos reflita as estruturas vividas externamente, logo expõem e se identificam à realidade e as normas desta nova e específica cidade. Sendo assim, em consonância com a expressão de seus códigos éticos e de conduta no interior de tal área e nos valendo especialmente dos dias de visitas e do contato com detentos, iretores a agentes a possibilitarem tais relatos, obtivemos tais níveis de informação.

Que contam e que têm sua relevância em termos científicos, justamente por estarem na ordem das práticas cotidianas e ordinárias, se tomarmos como referência as discussões sobre a história oral, bem como acentuarmos sua legitimidade em termos historiográficos, etnográfico, antropológico ou sociológico⁸. Para que os próprios detentos entre suas histórias, memórias, esquecimentos, desvios e intenções, contem partes de suas experiências internas no interior de tal instituição, revelando com isso práticas mais densamente disseminadas no interior de tal presídio⁹.

Espaço onde seus participantes são flutuantes, a atividade que as provoca é discreta - um processo particularizado, a partir da situação que as congrega e do local onde estão situadas “todavia trata-se de uma forma e uma forma articulada”, através de preocupações culturais que se elevam até “a celebração da rivalidade status - que não apenas especificam o enfoque, mas o colocam em primeiro plano”¹⁰. Por entidades sociológicas que Goffman chama de “reunião concentrada procurando o nome de algo insuficientemente consistente para ser chamado de grupo, e insuficientemente desestruturado para ser chamado de multidão¹¹ - um conjunto de pessoas absorvidas num fluxo de atividade comum e se relacionando uma com as outras em termos desse fluxo”.¹²

⁸ Nascimento da sociologia pela necessidade de se investigar temas “excêntricos”

⁹ E que pode alterar de acordo com os determinados tipos de sistema, mas que de certa forma, traz na situação da penitenciária agrícola do “Serrotão” uma análise condizente com uma realidade existente em temos mais abrangentes.

¹⁰ GEERTZ, Cliford. *Op. cit.* p. 34.

¹¹ GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

¹² GEERTZ, Cliford.. *Op. cit.* p. 290.

É no passar da história das estruturas, para a história das representações práticas, que a historiografia multiplicou as questões em debate, tentando identificar os vários discursos conflitantes, escolhas, compromissos, proximidade da história e ficção, mas que nunca questionou¹³, sua busca pelo verdadeiro Paul Ricoeur¹⁴ e Michel Certeau¹⁵, tempo presente e presença da história.

“A dimensão onde os ramos da história e da memória se entrelaçam é a historia oral, a história da diversidade produzindo influências do passado e rememorando sobre o presente”.¹⁶ Sob o poder de uma memória coletiva que trata das manipulações do poder em todos os seus níveis¹⁷.

Olhando o local, sem buscar o geral¹⁸, mas principalmente sem hierarquização das fontes, já que “os achados não são privilegiados, apenas particulares”¹⁹, fornecendo a mente material de especificidade complexa na localidade e circunstancialidade, através do “peneiramento” qualitativo de participantes confinados, sob o qual o geral se flexibiliza.

Não se questiona especificamente o caso de se fazer história com apenados, nem muito menos o fato de se confiar plenamente neste tipo de fonte, contudo aqui todos valem igualmente, o documento e a interpretação, o esquecimento e a desconfiança ou burla das verdades²⁰.

Essa foi à forma que a história oral se forneceu, por “arquivos provocados”²¹, recordação, memória, lembranças transformadas, a justificar suas posições, então a historia oral busca essas categorias, passando a palavra aos esquecidos. Para que aqui, estes descrevam os espaços que habitam cotidianamente, mas

¹³ Talvez a exceção seja a escola nominalística ou pós-estruturalista.

¹⁴ RICOEUR, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento*. Campinas, Unicamp, 2007.

¹⁵ CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano*. 2^a ed. Petrópolis. 1994.

¹⁶ AMADO, Janaína(org). *Usos e Abusos da História Oral*. 8^a ed. Rio de Janeiro: FGV editora. 2006.

¹⁷ Em linguagem Foucaultiana, disseminada por todas as camadas da pirâmide.

¹⁸ Embora não deixe de se interessar por este e o referenciar.

¹⁹ GEERTZ, Cliford.. *Op. cit*, p. 33.

²⁰ Para Carlo Ginzburg, o falso também explica práticas efetivas

²¹ AMADO, Janaína(org).. *Op. cit.*, p. 28.

também trazendo à tona entre os fatos, práticas²² culturais que contam e explicam formas de dominação entre os poderes, saberes e ressignificações principalmente simbólicas, esse é o caso específico da favela.

De longe alem das montanhas por trás das luzes pra lá também do infinito existe uma cidade que pra falar a verdade foi pelo mundo esquecida, as casas dessas cidades são chamadas de pavilhões em cada um, mora cem presos que sem sabedoria nem visão ficam distante da realidade e foi morar em uma cida-de aonde não existe perdão.²³

Marcos, ao referenciar a “favela” como uma “cidade sem perdão”, traz a tona um sentido específico de suas regras cotidianas, mas que apenas nas visitas cede lugar a um ambiente propício a comunicações e a principal fonte de saber sobre os poderes vigentes no interior de tais instituições, pois se torna possível, a ida a cada local entre pátio, pavilhões e celas individuais e coletivas do seguro e da favela²⁴, sendo este o objetivo mais específico do trabalho, a descrição interna de cada compartimento que compõe o espaço designado pelos apenados como a favela²⁵, por meio das referências vigentes nas memórias destes sobre tais compartimentos.

No “Serrotão”, a favela tem seu inicio na cozinha dos apenados²⁶, referendada da seguinte forma,

Então essa historia de dizer que a cozinha, pelo menos... Pelo menos aqui no estado da Paraíba, é o lugar que é o coração da cadeia, não é, é o lugar de pessoas que subiram por coisas erradas né cara, ou por dívidas ou por cabuetagem (sic).²⁷

Por tal motivo a referenciada estrutura se identifica à parte segura do presídio, são detentos de confiança no manuseio de objetos perigosos e que

²² Inúmeras formas de substituições, para fabricação de artefatos pelos apenados utilizados em diversos níveis.

²³ Trecho de entrevista realizada, em agosto de 2007, com Marcos Tatoo, tatuador da penitenciaria, à época habitante do individual 1, na parte segura do presídio

²⁴ A despeito do seguro, do isolado e reconhecimento, apenas violados em caso de distúrbios internos Rebellões e assassinatos de detentos recém chegados.

²⁵ Termo disseminado entre as penitenciarias de uma forma geral

²⁶ No “Serrotão”, existem duas cozinhas; uma para a direção e visitantes, outra para os detentos.

²⁷ Trecho de entrevista realizada, em agosto de 2007, com Severino dos Ramos Lima, “Raminho”.

como os demais detentos do seguro²⁸ trocam seus dias de trabalho por remissões de pena e renda mensal²⁹. Todos esses aspectos a torna uma parte integrada ao presídio, embora seja a favela que o represente, em meio às lembranças de quem por lá, passou e que faz do seguro um lugar tranquilo se morar, quando preso³⁰.

Já a favela se forma por meio de uma grade de segurança estendida, a partir da cozinha formando um grande portão, utilizado para tal divisão entre os sistemas e controle do fluxo de presos entre as áreas em dias de visita, também possibilita tal divisão de sistemas.

Ao ultrapassá-la inicia-se o trânsito por entre os pátios, pavilhões, celas e campo de futebol³¹, observando o motivo de sua representação como favela por estarem ambas³², diretamente relacionada a todos os aspectos da vida do detento, uma em sua origem externa, outra internamente é espaço mais utilizado pelos detentos durante o dia, destinado ao banho de sol e recolhimento apenas para os finais de tarde para que passem a noite nos seus pavilhões e celas.

O que traz a possibilidade diária de se estabelecer interações, em termos que muitos vão jogar baralho, dominó, apostar corridas, escutar som, assistir televisão (principalmente desenhos e DVD), usar drogas (craque, maconha, cigarro, haxixe, bebida industrial). “Sempre entra no sistema de todo o Brasil, pode entrar uma bebidinha”.³³

Além de ser o local onde os detentos passam a maior parte do seu tempo é, geralmente, nos pátios, ou campos que acontecem as visitas³⁴ que como foi dito, de maior importância para o detento, e que possibilitou tais níveis de abordagens,

²⁸ Exceto alguns enfermos

²⁹ Cada três dias trabalhados, abatimento de um dia de pena e no caso da remuneração são 50 R\$ por mês, ambos direitos também concedidos aos chefes de pavilhões das favelas.

³⁰ Exceções no caso de transferências do seguro para a favela e as violentas consequências disto.

³¹ Área devoluta atrás do ultimo pavilhão da favela, frequentemente destinado bate bola e comunicados gerais.

³² A favela externa lugar de nascimento e habitat de suas famílias, e a interna ambiente que marca a vida de qualquer detento ou mesmo de policiais, diretores, agentes e pesquisadores.

³³ Trecho de entrevista realizada, em agosto de 2007, com Aldo Riccelli, apenado da citada Penitenciaria.

³⁴ Quartas feiras e domingos, as quartas com inicio às 14 hs e aos domingos 07 hs, sempre com termino as 16 hs.

dentro de um contexto de visibilidade única³⁵, pois segue uma disciplina pré-estabelecida, devendo-se respeitar as regras impostas pelos detentos que exercem poder, liderança ou comando em meio aos demais. Acerca do “dia de visita” nos fala “Raminho”:

Para o preso o único que existe é a quarta e o domingo, dias de visitas tipo Quarta e Domingos o cara não pode falar certas coisas na presença da visita, ele não pode tá olhando demais, pra mulher de Sicrano , mulher de fulano, o cara tem que baixar a cabeça, fingir que não tá vendo, coisa e tal desbaratinar, não pode brigar, discutir, - Durante o horário de visita o cara não pode tá fazendo isso, porque depois ele vai ser chamado a ordem, quando for feita a ordem ele vai ter que pagar por aquele vacilo grande que ele deu.³⁶

Isso porque a visita é um momento que se rege e se “define” por “certo estatuto” culturalmente e oralmente transmitido que diz que “nada pode ser feito em sua presença, ou contra ela”, já que se trata de parentes que por solidariedade às causas pessoais de cada um, estão ali presente, o que acaba por isentá-los de qualquer inclinação agressiva, pois geraria, represálias após o término das visitas, quando “ele vai ser chamado a ordem” (Severino dos Ramos Lima, “Raminho”, 2007).

Nesses dias são montadas tendas, onde ocorrem os encontros e contatos entre apenados, familiares e amigos, o que no seu em torno possibilita a comercialização de diversos produtos, principalmente alimentícios, sob concessão da direção³⁷. Os presos podem comercializar alguns lanches, sucos, refrigerantes, balas e doces para as crianças, artesanato (bolsas, bolas, carteiras), artigos produzidos no próprio interior da Penitenciária. Cada preso se reúne em grupo com seus familiares, para passar algumas horas juntos.

Fato é que o “dia de visita” faz fervilhar o interior do pátio, são movimentações e expectativas variadas que aí se encontram ou defrontam, mas que em última instância constituem dias ambíguos. Isso porque são dias de real “glória” para detentos que não possuem dívidas, são respeitados e queridos por detentos e familiares, que se juntam para fazer refeições juntos, brincar, saber de

³⁵ Abordagem através da descrição semiótica de Clifford Geertz.

³⁶ Trecho de entrevista realizada, em agosto de 2007, com Severino dos Ramos Lima, “Raminho”.

³⁷ Oficialização do comércio interno.

notícias destes e de pessoas próximas, em momentos de alegria em meio a um cotidiano tenso.

Então o “dia de visita” é um dia bom para as pessoas que “não possuem” dívidas, mas, para muitos, o fim da visita é o início de imensa pressão e neurose psíquica, agravadas a cada instante pelo fato de representar o momento do cumprimento dos “acordos das cadeias”³⁸ e das “cobranças” de dívida. Sobre essa situação, em articulação com o poder exercido pelas lideranças, “Raminho” comenta: “Quando os líderes, o pessoal que tá à frente, ele não tem o pulso forte, ele tem alguma coisa encardida lá no passado, quem tem furo vai morrer rapaz, morre mesmo, eles matam, matam mesmo, num querem nem saber”.³⁹

Então, para que todo o fim de visita não conte a o início de diversas mortes, para que os detentos tenham voz junto à direção, para regular a limpeza e as regras próprias das Penitenciárias, é necessário, como enfatizado por “Raminho”, um comando que se faça respeitado perante os demais apenados. O comando precisa estar com pessoas que tenham “nome” em meio à criminalidade e que exerçam seu poder como derivação do medo dos demais através de suas potencialidades criminosas, fazendo valer as regras próprias ao interior institucionais.

O comando é formado por presos antigos, conhecidos e que mantém contato com apenados e agentes oficiais, possuindo alguns benefícios oficiais pela posição de “chefe de pavilhão”, o que acaba por articular uma forma de fonte de renda oficial, dentre a gama de possibilidades marginais, via- de- regra, ligadas ao tráfico⁴⁰. Tornam-se credor de dinheiro e de produtos a juros, de pessoas que sempre devem⁴¹, estão no *hall* das pessoas que seja como for dependem dos líderes das cadeias⁴².

E que se tornam alvos das “cobranças”, efetuadas pela força física e espancamento⁴³, em casos, seguido de expulsão das celas e pavilhões (morte

³⁸ Compra ou empréstimos de dinheiro e produtos sob aluguel a serem pagos nos dias de visitas.

³⁹ Trecho de entrevista realizada, em agosto de 2007, com Severino dos Ramos Lima, “Raminho”.

⁴⁰ Drogas, armas e influência.

⁴¹ Palavra bastante comum no cárcere

⁴² Chefes de celas e de pavilhões, também conhecido por donos ou faxina por sua ligação com a limpeza de cada compartimento

⁴³ Chamados bois de cadeia, castigo.

em casos elevados, em se tratando de vingança) e do circuito de assassinatos internos que se instauram, em virtude de mortes de protegidos dos comandos⁴⁴.

Contudo, embora as visitas ocorram semanalmente e em dois dias (quartas-feiras e domingos), podem ser suspensas em algumas ocasiões, de acordo com a vontade da direção, geralmente em virtude de fugas ou assassinatos, que tanto burlam quanto fazem o sistema funcionar por dentro de outra lógica, a dos apenados e que são legitimados pelas atitudes da direção, que também se apropriam dessa outra lógica punitiva no interior institucional⁴⁵.

Os parentes se distanciam e o detento só conta consigo, recolhem-se as estruturas para o recebimento dos parentes, os detentos são recontados pelos oficiais, antes de fecharem-se os portões dos pavilhões, iniciando uma nova forma de e chamado, o da lista dos endividados. A cada pagamento um alívio, a cada acordo descumprido, violência e espancamentos, renovação de acordos sob pagamento de juros, expulsão de pavilhões e mortes em casos – aqueles que não têm renda ou não contam com a ajuda de parentes que os libere das dívidas adquiridas⁴⁶, Raminho ironicamente expressa: “Vem aquele... Vem aquela verdadeira síndrome do pânico, ele pensa que as pessoas lá tão querendo matá-lo porque ele ta devendo”.⁴⁷

Portanto, as visitas tanto acolhem um código que a rege, as isentando dos apenados, quanto apressa a vigência do código diário interno, em que as regras são de conhecimento dos apenados e sobre as quais não adianta fugir, visto que vão ser postas em xeque as atitudes dos detentos quanto ao respeito ou não das regras pré-estabelecidas, nesse sentido, os pavilhões são espaços em que a pressão psíquica pós-visitas se faz sentir diretamente.

Em resumo transformando a imagem do cárcere em uma cidade sem perdão⁴⁸.

⁴⁴ Referencia a chefes de pavilhões, reconhecido como tais entre os apenados.

⁴⁵ Eis os casos de mortes de estupradores e o retorno do espetáculo punitivo do medievo

⁴⁶ Pedidos para habitação na parte segura da cadeia.

⁴⁷ Trecho de entrevista realizada, em agosto de 2007, com Severino dos Ramos Lima, “Raminho”.

⁴⁸ Marcos tatuagem “as artes do fazer no cárcere”

Emergente de tal imaginário e expresso em suas falas tendo a estrutura como cidade, contemplando os bairros e mini-ruas que são os entre pavilhões que por sua vez funciona como bloco ou quarteirão de suas celas ou casas, comandadas pelos mesmos comandantes dos pavilhões, onde o comércio lícito⁴⁹ se une ao ilícito e ao tráfico como formas de negócios corriqueiros. Daí a maior propensão no trabalho de em acreditar que o comando e as decisões no universo apenado se fazem por traficantes, assinalando-se/identificando-se perante a massa que transita e compõe os espaços da favela.

É fundamentalmente nesse setor, quando do fim de uma rebelião ou fuga, em que todos os detentos são postos nus, sentados e com as mãos na nuca, para em seguida ser dado início a contagem. Momento em que as tensões se elevam, pois são chamados todos os nomes dos apenados e os respectivos pavilhões as que pertencem.

Ocasião em que quem matou policial, quem já é conhecido pela polícia - “manjado”⁵⁰ - comandantes de rebelião, fugitivos em fugas frustradas, ficam à parte, algemados e sendo espancados, até que todos os internos entrem em seus pavilhões. Depois disso as sessões de espancamento continuam, agora no interior dos pavilhões, onde os principais colaboradores para o motim, identificados por “investigação” ou conhecimento do histórico na prisão.

Eles agrediam o cara, o cara corria pra dentro da cela, - Individual três - Todo mundo mão na parede, o cara encostava lá, tinha um cara que matou polícia, no meio ou um cara muito “manjado”, o cara já ficava de fora sendo agredido né, os outros iam pro pavilhão e o cara ficava de fora sendo agredido.⁵¹

Ainda os pátios são utilizados como esconderijos para armas como - facas industriais e/ou fabricadas artesanalmente – bebidas (que são enterradas⁵²), drogas (geralmente em menores quantidades⁵³) e associado ao código de

⁴⁹ Comercio de alguns produtos oficializados internamente

⁵⁰ Pessoas muito conhecidas nos meios marginais e oficiais pelos atos que cometem e que se tornou de conhecimento mais amplo.

⁵¹ Trecho de entrevista realizada, em agosto de 2007, com Severino dos Ramos Lima, “Raminho”.

⁵² Para fermentação e fabricação de uma bebida alcoólica “Maria Loca”

⁵³ Maior parte nas celas dos comandos, a evitar roubos nos pátios.

solidariedade interna – o que também ocorre no interior das celas, local preferido para as reuniões de cúpula.

Donde resulta que o Pátio, juntamente, com pavilhões e celas são estruturas que mais que cidade, como observados pelos relatos de Marcos, funcionam como fábricas, que formatam uma identidade bandida de cúpula, sob a qual orbitam outras, massificadas no interior do presídio⁵⁴. Sobre estas se identifica claramente, que se trata da maioria da população carcerária, condenados por pequenos roubos, furtos, latrocínios etc. em casos seguidos de vícios.

E que internamente, se destinam a ampliar sua tentacularização no sentido do crime, por meio das relações internas e externas com outras forças criminosas e/ou oficiais que se subornam por entre os pontos de controle interno.

Isso porque na parte que divide o pátio dos pavilhões existem as calçadas que embora seja o local de repouso e conversa entre os internos, serve de pedra para confecção e afiamento dos espetos “Naifes”, a partir de restos de construções e de grades que são retirados com pedaços de serras de canos e até lâminas de barbear, para em seguida serem amolados nas próprias calçadas dos pavilhões, já que há um trânsito livre dos detentos entre os pátios e as celas, é sobre este fabrico que Raminho explica,

Então quando tem um pedaço de ferro o cara serrou aquilo ali, aquele pedaço lá de ferro, fez um espeto, fez 2, fez 3 e ele faz quantos ele quiser, desde que tenha..., tem as calçadas lá pra amolar, as calçadas, depois enterra e guarda quando precisa vai lá desenterra, quando ele precisa.⁵⁵

Em meio a toda inversão da vigilância sob os detentos e tendo a favela como a localidade onde esta menos atua em favor dos códigos internos, se tem e como em todos os presídios a vigilância freqüente⁵⁶, a se tornar um ponto também estratégico em termos oficiais entre agentes em terra e policiais em suas guaritas observando os movimentos, a fim de impedir ações suspeitas e que acaba por se particularizar no conhecimento dos “comandantes marginais pelos nomes”, daí Raminho esclarecer a relação detentos-diretores: “Tem diretores que no começo, começam brabos (sic), atiram nos detentos, mas com o passar do tempo cara,

⁵⁴ Chamados “maloqueiros”

⁵⁵ Trecho de entrevista realizada, em agosto de 2007, com Severino dos Ramos Lima, “Raminho”.

⁵⁶ Não constante

passam a ter ate certa amizade com alguns apenados e através desses apenados ele vai entender o que é o dia-dia do preso, o que é a realidade de um presídio”.⁵⁷

Tal nomeação a partir da classificação individual, passa a refletir a índole do apenado, para que seja reconhecido pelo nome e pela sua posição no interior de celas e pavilhões tanto por agentes e oficiais quanto pelos detentos.

O que em movimento contrário ao imaginado em âmbito teórico⁵⁸, acaba por impor identidades e práticas, porque vincula indivíduos e suas periculosidades às celas e pavilhões, produzindo seu “nome”⁵⁹, popularizado em consonância ao seu pavilhão, cela e histórico como nos foi informado: “pavilhão três mãos na parede”⁶⁰.

Sendo assim é no interior do pavilhão de maior força é que são efetuadas ou validadas as regras próprias ao interior carcerário. Decretadas e/ou efetuadas pelo comando, que habita o interior destes, acerca dessa questão comenta “Raminho”: “São diversos pavilhões e cada pavilhão tem uma pessoa que representa”⁶¹.

Assim, temos que os apenados dividem-se hierarquicamente entre pavilhões e celas individuais, regidas por um único código, fazer cumprir as leis próprias do cárcere desde o acordar até ao adormecer, para isso ganham tanto benefícios oficiais, quanto não oficiais⁶². Porém, para ser escolhido como representante de pavilhão é preciso ser reconhecido como liderança pelos demais.

Três pavilhões individuais, ou seja, você tem mais privacidade, você pode ficar mais a vontade com a visita, você tem uma TV, um som, e, tem a questão se você for um preso velho, você vem a muitos anos dentro da sua cela, o cara tá chegando hoje da rua por um motivo ou outro o cara tá vendendo a cela dele. Eu acredito que ele tá fazendo o certo, porque ele também comprou, ele vai querer tirar o dinheiro que foi empregado, na cela a... um preso novo que tá chegando recentemente, que tem uma condição financeira melhor do

⁵⁷ Trecho de entrevista realizada, em agosto de 2007, com Severino dos Ramos Lima, “Raminho”.

⁵⁸ Pela modernidade gestora da instituição carcerária.

⁵⁹ Aqui a identificação do indivíduo se dá pelo uso do nome próprio ou um apelido que se tornou marca e que o tornou respeitado internamente, tanto pela massa dos apenados como pela direção.

⁶⁰ Severino dos Ramos Lima, “Raminho”, 2007.

⁶¹ *Idem.*

⁶² No primeiro caso remissão de pena, no segundo possibilidade de aquisição financeira e material.

que ele, ele tá precisando do dinheiro, ele vendeu ao cara, porque ele também comprou.⁶³

Quanto aos pavilhões⁶⁴ na favela existem 9 (nove) cada um contendo 21 (vinte e uma) celas, onde, de acordo com a disposição arquitetônica, são distribuídos em: pavilhões coletivos 2/3 (dois/três) ou “especial”, 4/5 (quatro/cinco), 6 (seis), especulativamente pavilhão próprio dos assaltantes de banco⁶⁵ e individuais; 7 (sete), 8 (oito) e 9 (nove). O primeiro pavilhão é o especial⁶⁶. “Pavilhão especial que de especial só tem o nome,... Que de especial só tem o nome lá mora um pessoal que ta no purgatório, ta entre o céu e o inferno”.⁶⁷

Destina-se a detentos mal vistos ou que estão próximo de serem executados pelos demais ou que no mínimo sofrem ameaças diárias sofrem e mitigações para além de suas penas oficiais. Neste setor o detento encontra-se no “Purgatório”, pois nem pode subir, no sentido arquitetônico e cultural, para a área segura, próxima a direção, seja por falta de trabalho ou opção da mesma, muito menos descer, nos mesmos sentidos, ao convívio maior com a massa apenada.

Pessoas que não são aceitas entre os demais apenados, que em seus casos mínimos foram expulsas de seus pavilhões, contudo em termos capitais é para onde vão as pessoas condenadas por estupros⁶⁸. Assassínados em suas esquinas e mini-ruas onde se dão o espetáculo da morte, que de acordo com o código interno vigente, morre “Tarados”, assim comenta Aldo Riccelli: “Pra tarado não tem boi não, tarado na cadeia morre...”.⁶⁹

Descendo em sentido arquitetônico e cultural ao maior convívio dos apenados, se tem os pavilhões coletivos, em que os detentos convivem em conjunto com os demais, são parentes, ou pessoas conhecidas e próximas, no sentido interno e externo à cadeia. Nesses funcionam questões de bairrismos, detentos protegem

⁶³ Trecho de entrevista realizada, em agosto de 2007, com Severino dos Ramos Lima, “Raminho”.

⁶⁴ Utilizando a numeração total e que fica escrita nestes

⁶⁵ Aspecto não comprovado

⁶⁶ Coletivo 2

⁶⁷ Trecho de entrevista realizada, em agosto de 2007, com Severino dos Ramos Lima, “Raminho”.

⁶⁸ Em sendo prisão de custodia abriga apenas detentos com sentenças determinadas

⁶⁹ Trecho de entrevista realizada, em agosto de 2007, com Aldo Riccelli. Castigos de cadeias são chamados no Serrotão de bois.

outros mais próximos e dividem os objetos lícitos, ou não, no interior das celas, também, coletivas, que são abertas durante todo o tempo, e de pavilhões, que são abertos das 7hs (sete horas) até às 17h30min (dezessete horas e trinta minutos), após o jantar para recontagem e recolhimento até o dia seguinte.

São pavilhões que têm maior propensão a roubos internos e ao desvio do estatuto específico dos detentos, em virtude da quantidade de integrantes que variam para cada pavilhão, tendo sua estabilidade mantida pelos laços de parentescos e/ou amizade entre esses integrantes e, fundamentalmente, pelo controle dos “Chefes” de disciplina que nesse setor, geralmente, são em número de dois, um para cada bloco, todos os pavilhões têm controle de detentos, em menor grau no pavilhão “especial”, em grau intermediário nos pavilhões coletivos e em maior grau nos pavilhões individuais.

Quando do dia de visita íntima, especialmente nos pavilhões coletivos, são separadas as celas por divisórias internas, elaboradas com lençóis ou colchões para que o apenado possa gozar de uma maior privacidade com sua visita, divisórias improvisadas,⁷⁰ ou se decisão de uso de tais celas por vez entre os apenados, fazendo com que os outros esperem sua vez para utilizar as celas coletivas com suas visitas no pátio.

Já o pavilhão 6 (seis), embora coletivo, carrega a mística de ser de uso exclusivo de assaltantes de banco, tendo um funcionamento mais tranquilo pela homogeneização dos seus integrantes, que passa a funcionar sob regras vigentes para pavilhões individuais.

Ou seja, são celas adquiridas no interior desses pavilhões, geralmente compradas ou alugadas a detentos mais antigos, e que proporciona uma maior privacidade no que diz respeito ao cotidiano, já que os detentos têm a possibilidade de trancar suas celas, evitando invasões e roubos, mantendo seus objetos intactos.

Esses pavilhões individuais comportam, em sua maioria, detentos mais ligados ao mundo do crime e que retiram da própria Penitenciária, ou de ações burlatinas, possibilidades de se manterem em termos materiais e simbólicos, já que tanto os pavilhões, quanto as celas trazem ao detento uma carga simbólica,

⁷⁰ Chamados de Quixós.

que o faz reconhecido no interior carcerário. Em termos estigmativos os habitantes do pavilhão “especial” se destacam, já em termos de influência são os habitantes dos pavilhões com celas individuais, geralmente sob comando de 1 (um) único detento, que retira deste compartimento, seu “nome”, fazendo-se reconhecido dos agentes oficiais e marginais que fazem cumprir as regras.

Hierarquicamente (em sentido arquitetônico e cultural) a habitação nos pavilhões individuais 7 (sete), 8 (oito) e principalmente 9 (nove), assumem maior importância por manter uma considerável distância da parte segura (sistema seguro) e da direção, localizando-se ao lado do campo de futebol, por onde fluem os mais diversos assuntos de interesse apenado e que tem na cela 10 (dez), uma composição simbólica, no sentido do imaginário apenado do futebol⁷¹ e, no sentido prático, pela proximidade do lugar em que são debatidos os assuntos de interesse da maioria, sendo, muitas vezes, daí que resultam rebeliões e reivindicações, sob liderança de chefes de pavilhões.

As vinte e uma celas que compõem cada pavilhão da Penitenciária Regional do Serrotão têm uma importância vital para o preso, não só porque é o local em que dorme, ficando determinado que a partir das 10hs (dez horas) entra em vigor a “lei do silêncio”, cabendo penas de espancamentos, por meio de rodas e becos formados entre os apenados para a agressão do transgressor da regra, expulsão de celas, impedimentos de realização das refeições, sendo proibido o incômodo a um companheiro de cela.

Assim, o pavilhão e a cela fazem parte do processo de homogeneização do apenado, onde este se torna conhecido, inclusive, por participações em pavilhões “especiais”, no caso o seguro, o isolado e reconhecimentos, em conjunto como alguns dos mais frequentes atos punitivos das “Faxinas das cadeias”⁷², e como funciona a associação entre apenados que fazem ser cumpridas as regras culturais destas, “lavagem de cérebro”.⁷³

Por meio de decisões próprias das categorias prisionais, que partem do Pavilhão de maior força e de acordo com as informações dos entrevistados, é

⁷¹ O meio campo, camisa 10 (dez).

⁷² Referencia tanto aos chefes de pavilhões quanto a dias de execução de detentos mal visto

⁷³ GOOFMAN, Erving. *Op. cit.*, p. 104.

aquela em que existe um indivíduo mais articulado no crime, externamente, e/ou no interior carcerário, fazendo e se fazendo reconhecido por sua articulação e tráfico. São indivíduos que sabem e fazem exercer em todas as suas práticas determinados tipos de saberes específicos e próprios da instituição prisional.

Fechadas as portas dos pavilhões, impedindo o contato entre pavilhões e pátios, evitando o desencadear de disputas nas madrugadas, mas não entre celas de um mesmo pavilhão, o que acaba fazendo com que as celas da penitenciária, simbolicamente, se estruturem como casas próprias ou alugadas, coletivas ou individuais, o pátio esteja para o imaginário apenado como constituído por miniruas, com suas esquinas, e a “Favela” simbolize a cidade em que o apenado habita.

Portanto, ocorrem por entre celas, pavilhões e pátio uma identificação que se faz disseminada e adquirida pelas práticas cotidianas e imposição de suas regras de manutenção cotidiana.

Nesse sentido, os principais métodos utilizados para a sobrevivência no interior das celas são levados a cabo por via tática, exercidos por entre as falhas dos mecanismos de vigilância oficial e/ou fora deste, em sentido que se alastra das celas ao pavilhão, menos vigiadas diariamente, e pelos pátios, tomando corpo prático em toda a “favela”, tendo as substituições, a confecção e o desvio como fins dados à matéria prima conseguida internamente.

Ao lado do campo e de suas místicas, cujas celas do pavilhão individual 9 (nove) de maior comando arquitetônico e cultural, tem visão privilegiada, encontra-se cercando todo o perímetro arquitetônico, um muro de segurança, contendo cercas farpadas e elétricas a evitar fugas, bem como, guaritas em pontos estratégicos para vigilância e controle de apenados em certos casos. Em seu sentido superior, tendo por referência o próprio campo ou os pavilhões, existem dois muros de segurança, o que serve como criadouros de ovelhas e pasto em favor da direção, sob funcionalidade apenada, o que ao passo em que impede fugas, quando da dificuldade de escalá-los, impede também a visibilidade de detentos no interior dos pastos e de possíveis buracos feito nos “pés” do muro.

A memória como objeto de estudo histórico não é objeto inovador, contudo apenas com os historiadores social e cultural, a historia oral surge sob forma inovadora, com visão mais ampla associando linguagens e artefatos em situações

onde a “historia subverteu a memória e a memória subverteu a historia”, sendo assim fez uma memória que subverte a história oral, mas que possibilita a memória converter-se em objeto e que ao contrário da defesa nominalista, explica mais, quanto menos se engasta entre os discursos sobre.

Atuando “(quando atua) desarrumando os contextos semânticos” e “como as possuindo realmente”⁷⁴, revestindo de significados que normalmente possuem outros referentes, justamente a partir das percepções do fazer, em uma forma de transferência, “que é ao mesmo tempo descrição e julgamento”, necessários para se compreender a cadeia, misturando outras analogias ao ato discursivo, bem como um transito entre essas dependentes da “competência comunicativa” e de sua “arqueologia do conhecimento”, formando textos híbridos.⁷⁵

Fontes

1. Entrevista realizada com Severino dos Ramos Lima, “Raminho”, em agosto de 2007.
2. Entrevista realizada com Aldo Riccelli, em agosto de 2007.
3. Entrevista realizada com Marcos Antonio dos Santos (Marco Tatoo), em Agosto de 2007
4. Entrevista realizada com o diretor do presídio em agosto de 2007.

⁷⁴ GEERTZ, Cliford. *Op. cit*, p. 315.

⁷⁵ GEERTZ, Clifford. *O saber local: ensaios em Antropologia interpretativa*, Petrópolis: Vozes, 1998, p. 54.

(Re)Pensando os diversos usos do Campo de Santana em tempos pretéritos

Ivo Veneroti*

O artigo preocupa-se em analisar os diversos usos evidenciados no Campo de Santana, entre 1735 e 1889. Neste período, evidenciamos as mais variadas utilizações, de caráter popular e oficial, que conferiram diferentes centralidades ao domínio em questão, com impactos de diversas ordens. A interpretação dessas variadas apropriações permite compreender parte do desenvolvimento da Área Central do Rio de Janeiro elucidando o processo de ocupação de uma porção da urbe carioca.

Palavras-chave: Campo de Santana, uso popular, uso oficial.

The article focuses on analyzing the various uses shown in the Campo de Santana, between 1735 and 1889. During this period, we observed the most varied uses of popular and official character, which gave different centralities the field concerned with the impacts of different orders. The interpretation of such varied appropriation allows us to understand part of the development of the Central Area of Rio de Janeiro elucidating the process of occupying this portion of the town of Rio.

Key words: Campo de Santana, popular use, official use.

Muito embora o Campo de Santana¹ só receba esse topônimo em 1735, quando da edificação da capela dedicada à Santa Avó de Jesus, a história de devoção à Santa é anterior a esse período. O desenvolvimento do Campo de Santana se confunde com a formação do que chamamos hoje de periferia da Área Central do Rio de Janeiro. Resgatemos, então, os momentos anteriores da construção do templo, bem como os antecedentes de ocupação do lugar. Para a compreensão de diversas apropriações, utilizamos como categoria de análise uso popular e uso oficial. Por uso popular entendemos os pulsares e festejos intrinsecamente conectados ao sagrado, ou ainda, ao lazer e ao trabalho e até mesmo manifestações políticas, mas

* Mestrando em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. E-mail: ivo.venerotti@gmail.com

¹ Apesar de receber várias denominações ao longo do tempo, este artigo utiliza o termo Campo de Santana para se referir ao parque e ao seu entorno no período estudado nesta comunicação.

não as ordenadas/organizadas pela Coroa. Em contrapartida, o uso oficial compreende a convergência do Campo em centro político-militar pela Monarquia, ao longo do século XIX, e pode envolver, igualmente, a participação popular, incluída em uma celebração de caráter expressivo para os governantes, Rei e Imperadores. Dito isto, este artigo será dividido em duas partes, sendo a primeira voltada para o uso popular religioso e a segunda, para os usos populares não-religiosos e oficiais do Campo.

Campo de Santana: a construção do templo dedicado à Avó de Jesus e os impactos urbanísticos empreendidos por D. José Luís de Castro, o Conde de Resende

Para melhor compreensão desta parte faz-se necessário situar a cidade do Rio de Janeiro no período de construção do templo, bem como os primórdios da ocupação do Campo de Santana. A cidade encontrava-se, praticamente limitada, vale repetir, entre quatro elevações, quais sejam: Castelo, São Bento, Conceição e Santo Antônio. Fundada em 1565, entre os morros Cara de Cão e Pão de Açúcar, em 1567, por questões geopolíticas, esta foi transferida para o Morro do Castelo e já no ano seguinte ocupava sua várzea. Além da parca mobilidade espacial, pois não havia transportes públicos, a urbe situava-se entre os quatro morros também por questões de segurança e praticidade, posto que o Rio de Janeiro era repleto de pântanos, mangues, brejos, lagos e lagoas. O tratamento urbanístico dessas áreas era muito dispendioso, por isso a ocupação em localidades já aterradas, ou próximas a estas, era mais prática. Dito isto, a urbe limitava-se até a Rua da Vala – Uruguaiana, como hoje conhecemos. Após esse limite, —desdobrava-se um vasto descampado, planura semeada por charcos, brejos e alagados.² Este perímetro era cortado pelo tortuoso caminho de Capue-ruçu, que ligava a Rua Direita (atual Rua Primeiro de Março), ao Caminho do

² COARACY, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*. 2008, p. 41.

Mata Porcos. Este equivalente a Rua Frei Caneca dos dias atuais, prolongava-se até São Cristóvão, interligando a cidade aos engenhos dos jesuítas. Este domínio fora das extremas da cidade compreendia uma extensa área, — indivisa e contínua, que se estendia — desde o mar às encostas do Morro do Desterro ([atual] Santa Tereza) e encontrava suas fronteiras no mangal de São Diogo, área correspondente ao que conhecemos como Cidade Nova. Era a boca do sertão, como escreve Vivaldo Coaracy, conhecido inicialmente por Campo da Cidade, onde a população deixava o seu gado para pastar. Em meados do século XVII, essa imensa área foi arrendada para criação de gado destinado ao abastecimento do matadouro da cidade. O arrendatário deveria executar, em troca, as obras de aterramento convertendo a área em pastagem. Deste modo, o Campo permaneceu desabitado, até o fim século XVII.³

No início do século XVIII, a cidade se expandiu pelo litoral na direção sul, alcançando o atual bairro do Flamengo. Junto à área urbana, o Campo da Cidade permanecia desabitado, por conta do seu terreno alagadiço. A população, então, começou a requerer à Câmara concessão de terras nesse espaço desvalorizado. Desse período data o pedido de terra para a edificação da Capela de São Domingos. Esta Irmandade mantinha a imagem de seu santo de devoção na Sé, localizada no alto do Morro do Castelo. Por desentendimentos em decorrência de questões raciais, os devotos de São Domingos encontravam dificuldades em manifestar sua fé. Cabe, neste ponto, uma ressalva. Inaugurada em 1583, a Igreja Matriz de São Sebastião foi uma das poucas a aceitar irmandades de negros e pardos. Isto posto, ao longo do século XVII organizaram-se quatro devoções, as de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito, de São Domingos e de Nossa Senhora da Conceição, constituindo-se em Irmandades no mesmo século. As duas primeiras uniram-se em uma só Irmandade: a dos Homens Pretos. Também de Homens Pretos era a de São Domingos. Já a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição era dos Homens Pardos. A partir de 1700, começaram a ser erigidos alguns templos, como pode ser evidenciado pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, em terreno doado, por uma senhora portuguesa, justo na desabitada Rua da Vala, fora das fronteiras da urbe e finalizada em 1725. Na realidade, as irmandades deixaram a Igreja Matriz de São Sebastião devido às reclamações referentes ao modo como eram manifestadas suas devoções repletas

³ *Idem*, p. 42.

de ritmos e cruzamentos das religiosidades católica e do sincretismo derivado dos afro-rituais em uma sociedade escravocrata. Outra Irmandade que iniciou a construção de sua igreja no mesmo ano foi a de São Domingos, cuja edificação, mais modesta por ser tratar de uma fraternidade com menos recursos, ficou pronta em 1706⁴. Por ser esta a primeira construção nesses domínios, a capela cedeu o seu nome à área, que passou a ser conhecida como Campo de São Domingos. Vale ressaltar, essa denominação, no século XVIII, não se aplicava mais a toda área fora da cidade, quase sem delimitação, como era o Campo da Cidade, mas passou a designar uma espécie de bairro, dividido em chácaras e com ruas traçadas, tendo seu limiar entre a Rua da Vala, o mangue de São Diogo e o pantanal de Pedro Dias (correspondente à Rua do Senado e entorno).⁵

A cidade avançava vagarosamente sobre esse espaço. O que continha de mais distante, em termos de ocupação era, exatamente, a capela de São Domingos. Nesta igreja, passaram a conviver, a partir de 1710, duas Irmandades – São Domingos e Santana. Foi neste ano que os devotos da Mãe de Maria passaram a manter sua imagem, trazida de Portugal, em um altar do santuário. Com o passar do tempo, a convivência entre as duas Irmandades tornou-se conflituosa, por motivos, segundo Gerson (2000), de ordem social e de cor. De acordo com Vivaldo Coaracy, desavieram-se entre si os pretos de São Domingos e os crioulos de Sant'Ana⁶. Não admitiam os primeiros que os outros quisessem mandar na casa que era sua⁷. Sendo assim, citando Brasil Gerson,

⁴ Nas igrejas dessas Irmandades outrora instaladas na Sé, principalmente, foram organizadas outras devoções e constituídas outras Irmandades de pretos e pardos. Algumas chegam a se separar das que a originaram ou abrigaram, construindo seus próprios templos. Cita-se, como exemplo, a devoção à Lampadosa, originada na Igreja de Nossa Senhora do Rosário, e a Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, criada na Capela de São Domingos. Ver SOARES, Mariza de Carvalho. *O Império de Santo Elesbão na cidade do Rio de Janeiro, no século XVIII*. Topoi, 2002 (disponível em <http://www.revistatopoi.org> – acessado em 3.3.2010)

⁵ O Campo de São Domingos foi desmembrado em porções menores, ao longo do século XVIII, como o que viriam a ser o Largo de São Francisco, a Praça Tiradentes (à época Largo do Rocio), o Largo de São Domingos, em frente à igreja homônima e o próprio Campo de Santana, afora outros largos e praças. Ver GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000 e COARACY, Vivaldo. *Op. cit.*

⁶ COARACY, Vivaldo. *Op. cit.*, p. 88.

⁷ Uma vez instaladas na colônia do Brasil, as irmandades de pretos se organizam regulamentando a entrada de seus membros segundo a cor (pretos e pardos) e também segundo as nações africanas

em 1735 [...] os santanistas lançavam os alicerces de sua própria capela um pouco mais longe, num vasto chão que lhes dera o Cônego Antônio Pereira da Cunha, proprietário de uma chácara no campo arenoso que de Sant'Ana, por tão lógico motivo, passou a ser denominado.⁸

Até meados do século XVIII, é interessante observar, as igrejas que congregavam Irmandades negras ou pardas foram erguidas nos espaços ligmítrofes da cidade. Podemos exemplificar, além de Rosário e Benedito, São Domingos e Santana, as igrejas de Lampadosa e Santa Efigênia. Como consta nos escritos de Marta Abreu⁹, tal direcionamento foi motivado, provavelmente, pelo preço da terra e/ou pela maior liberdade de culto propiciada pelo distanciamento do núcleo urbano. Ao lado disso, sublinhamos doações que conduziram à fixação de igrejas neste ou aquele local. No que diz respeito à Santana, sua ermida foi erigida sobre um campo arenoso, coberto de vegetação rasteira e de cajueiros, em terreno aplainado para tal destinação. O Campo, propriamente dito, não foi saneado devido ao dispendioso custo de execução, o que demandaria o empenho da Câmara, ou mesmo da Corte, cujos recursos eram necessários para que se efetuassem as intervenções urbanas da época, como aterros de lagoas.

Por sua distância e subutilização, parte do Campo de Santana passou a ser utilizado como depósito de lixo e esgoto, mesmo depois da edificação do templo, em meados do século XVIII. Podemos notar o estado precário do local através de relato de Vivaldo Coaracy:

[...] era um vasto areal, entremeado dalguns charcos, vestido de flora característica das restingas, em que se destacavam pitangueiras e cajueiros. Tão deserto e abandonado era o Campo de Sant'Ana nos meados do século XVIII, que foi escolhido para despejo de detritos e imundícies. [...] No Campo de Sant'Ana, por ser lugar desabitado e distante mandava a Câmara abrir

(angola, mina e outras). Além da cor e procedência, eram também motivos de conflitos as questões de administração dos bens dessas igrejas, que passavam a atrair um crescente contingente de fieis, além de membros com maiores posses. SOARES, Mariza de Carvalho. *Op. cit.*, p. 61.

⁸ GERSON, Brasil. *Op. cit.*, p. 188

⁹ ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

grandes fossos ou valas onde os tigres⁵ despejavam os barris do asqueroso conteúdo.¹⁰

Esses elementos, que incluem desde a salubridade do campo até a dificuldade de acesso ao local, nos levam a crer que a igreja, bem como suas festas, não deveriam atrair uma grande quantidade de fiéis.¹¹ Este quadro se alterou no fim do século XVIII, quando do saneamento do Campo, efetivado sob as ordens do vice-rei, no período de 1790-1801, D. José Luís de Casto, o Conde de Resende. Podemos dizer que este nobre acelerou o processo de ocupação deste setor de expansão da urbe que sofria pressão tanto do adensamento da urbe propriamente dita quanto dos engenhos dos jesuítas nos arredores de São Cristóvão, cujas demandas já tinham levado a construção de uma via com pontes e de traçado reto sobre o mangue de São Diogo, cortando o Campo de Santana.¹²

¹⁰ COARACY, Vivaldo. *Op. cit.*, p. 88. Os tigres, segundo Mariza de Carvalho Soares, estavam no patamar mais baixo da hierarquia dos escravos. Cabia a eles recolher os dejetos da população, com recipientes na cabeça ou presos em suas costas. Os excrementos eram removidos nas residências ou mesmo lançados de seus próprios sobrados, geralmente à noite. Há várias versões do porque desses escravos serem conhecidos por tigres. Eram escravos temidos e causavam repulsa por sua aparência e odor, em decorrência de sua função, e, justamente por conta disso, Vivaldo Coaracy explica sua denominação naturalmente pelo pavor que infundiam, afugentando quem de noite andasse pelas ruas, não só pelo terror dalgum perigoso esbarro, como pelos eflúvios, como um rastro, deixados, à sua passagem. O memorialista nos esclarece, ainda, que o nome acaba por se estender, posteriormente, às vasilhas que carregavam. Mariza de Carvalho Soares acredita que o povo os chamava assim numa alusão à necessidade de se evitá-los, tal como as feras homônimas, quando alguém os encontrava pelo caminho. Para Luiz Felipe de Alencastro, esses escravos recebiam esse nome muito provavelmente por causa da cor tigrada com que a matéria fecal sujava o seu corpo. Para Clóvis Moura, tigre era o recipiente que o escravo carregava. O responsável por esvaziar os barris chamava-se, para o autor, tigreiro. Recorrendo novamente a Mariza Soares, esses escravos não tinham somente essa função específica, desempenhando outras tarefas no momento em que não estivessem exercendo essa tarefa. Outros pesquisadores corroboram com essa idéia, dentre eles Angela Alonso, que explica serem os tigres os mesmos responsáveis por distribuir a água pela cidade. No seu retorno eles levariam os barris com os dejetos para serem descartados. Havia, ainda, outros tipos de escravos urbanos no Rio de Janeiro, como os domésticos e os de ganho. O sistema de tigres perdurou até meados do século XIX, quando a capital do Império foi dotada de uma rede de esgotos. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando A., ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Orgs.). *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. ALONSO, Angela. *Joaquim Nabuco: os salões e a rua*. São Paulo: Cia das Letras, 2007. MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004. SOARES, Mariza de Carvalho. *Op. cit.*. COARACY, Vivaldo. *Op. cit.*

¹¹ ABREU, Martha. *Op. cit.*

¹² CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.

Sob as ordens do vice-rei D. José Luís de Castro foi realizado o aterramento completo do Campo de Santana. Como mencionado, essas iniciativas de saneamento demandavam grandes recursos. Sendo assim, a série de medidas para urbanizar o Campo só foi possível com a contribuição, ou mesmo tributação, dos moradores e proprietários dos terrenos vizinhos. Além da drenagem de todo Campo, realizou-se o arruamento dos caminhos que convergiam para o Campo e que dele se irradiavam. O lugar foi retalhado em chácaras, tendo o vice-rei definido suas dimensões oficiais. Essas iniciativas terminaram com a charneca imunda substituída pelo mais amplo logradouro público¹³, propiciando o surgimento de construções no entorno, incorporando, efetivamente, essa área ao espaço urbano. Vale dizer, a administração do Conde promoveu, igualmente, a drenagem, o aterramento e a abertura de ruas dos espaços contíguos ao Campo, entregando à população as Ruas dos Arcos, do Lavradio, dos Inválidos, do Resende e Conde da Cunha (atual Visconde de Rio Branco). Iniciou, também, a ocupação do que viria a ser a Cidade Nova, com a abertura da Rua Nova de São Pedro (destruída com a abertura da Avenida Presidente Vargas, na década de 1940), e das Travessas Formosa (atual Rua General Caldwell) e das Flores (atual Rua de Santana). Segundo Martha Abreu, somente no final do século XVIII o Campo passou a reunir as condições para que se desenrolassem as grandes festas e demais comemorações religiosas.¹⁴

Nesse período consta o registro da doação de uma porção da chácara vizinha à igreja, para que se construísse o que se chamava de império que, de acordo com Vivaldo Coaracy, tratava-se de um pavilhão de pedra e cal, com uma capelinha ao fundo e tendo na frente a plataforma ou terraço onde, em seu trono, o Imperador do Divino recebia, por ocasião das festas, o preito e homenagem de seus súditos.¹⁵

Cabe, neste ponto, uma explicação. Muito embora a tradição de coroar reis e rainhas possa ser associada aos diversos grupos africanos, Mariza Soares nos esclarece que essa prática vem de Lisboa, com o intuito de reproduzir a sociedade estamental portuguesa no interior de uma Irmandade. Assim, nas palavras de Mariza Soares,

¹³ COARACY, Vivaldo. *Op. cit*, p. 89.

¹⁴ ABREU, Martha. *Op. cit*.

¹⁵ COARACY, Vivaldo. *Op. cit*, p. 92.

a associação dos reinados das folias aos soberanos africanos deve ser buscada não numa referência imediata ao passado individual dos grupos, mas ao modo como já em Portugal esses reinos pagãos foram legitimados no interior do universo cristão. A diferença [entre Portugal e Brasil] é que aqui [...] os reis encabeçam agremiações étnicas [ao invés de reproduzir a sociedade estamental portuguesa], denominadas reinados¹⁶, estados imperiais¹⁷ ou simplesmente folias¹⁸. Essas folias, assim como as devoções a que estão associadas, constituem verdadeiras linhagens religiosas que se espalham pela cidade. A folia da Lampadosa, inicialmente instalada na Igreja do Rosário — famosa pelas festas do rei congo elege também reis e rainhas. Já as folias de Santana e de Santo Elesbão, ambas alojadas na Igreja de São Domingos, elegem imperadores e imperatrizes. A Irmandade de Santana funda o Império do Divino Espírito Santo e a Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia o Império de Santo Elesbão.¹⁹

A respeito da periodicidade dessa manifestação, a mesma autora sublinha que,

a folia pode sair às ruas várias vezes ao ano, de acordo com os recursos e a vontade dos reis, mas seu principal compromisso é o comparecimento à festa dos oragos da igreja. A folia se apresenta em trajes especiais cabendo ao rei manto, coroa, cetro e guarda-sol.¹⁷

Esse ritual era um grande acontecimento na cidade, sendo o mais expressivo o do Império do Divino Espírito Santo, promovido pela Irmandade de Santana, considerada a festa religiosa mais importante da época, estendendo-se, em algumas oportunidades, por três meses, de maio a julho.¹⁸ Não podemos deixar de citar as comemorações dedicadas à Santana, que

atraíam grande afluxo de fiéis e de curiosos ao Campo, em concorrência com as festas do Espírito Santo que na mesma região se celebravam. Data daí talvez o hábito, que subsistiu até fins do século XIX entre os cariocas, de comemorar o dia de Sant‘Ana, a 26 de julho, com as mesmas festividades com que, no mês anterior, eram saudados Santo Antônio, São João e São Pedro: fogueiras, fogos de artifício, reuniões familiares, ladinhas e muita alegria.¹⁹

¹⁶ SOARES, Mariza de Carvalho.. *Op. cit.*, p. 68.

¹⁷ SOARES, Mariza de Carvalho. *Op. cit*, p. 80.

¹⁸ Para uma análise mais aprofundada sobre o Império do Divino Espírito Santo, ver ABREU, Martha. *Op. cit.*

¹⁹ COARACY, Vivaldo. *Op. cit*, p. 89.

A Festa do Divino bem como as outras celebrações religiosas que se des-
cortinavam no Campo de Santana o constituíam como espaço privilegiado de
sociabilidade, não só em fins do século XVIII, mas durante praticamente todo
o século XIX. Neste período verificamos, também, os mais diferentes usos no
entorno e no objeto estudado.²⁰

O ato de coroação do Imperador do Divino contava, por vezes, com a pre-
sença dos vice-reis. Devemos frisar, contudo, que só a partir das intervenções
urbanísticas empreendidas sob o vice-reinado do Conde de Resende, o Campo
passou a reunir – as mínimas condições de sediar uma das festas de maior fre-
qüência, já naquele período.²¹

Durante o fim do século XVIII e início do século XIX, permanece no Cam-
po de Santana, praticamente de forma exclusiva, o uso popular religioso. Suas
festas, no entanto, passariam a conviver com outras apropriações desse espaço,
justamente por conta da chegada da Corte Portuguesa. Durante todo o século
XIX a Família Real Portuguesa converteu o Campo em palco privilegiado de
suas comemorações, além de serem instalados fixos de suporte à administração
monárquica, como veremos a seguir.

A chegada da Corte Portuguesa (1808): seus impactos sobre o Campo

Com a perspectiva de invasão das tropas napoleônicas à Lisboa ocorreu à
transferência da Família Real Portuguesa para a sua colônia mais próspera: o
Brasil.²² A Corte vem escoltada pela Inglaterra a partir de negociações estabele-

²⁰ ABREU, Martha. *Op. cit.*; COARACY, Vivaldo. *Op. cit.*

²¹ ABREU, Martha. *Op. cit.*, p. 177.

²² Em seu profundo estudo, o pesquisador Nireu Cavalcanti constatou a chegada de 450 a 500 pes-
soas, entre 1808 e 1822, entre eles 60 membros da alta nobreza. Esse número contrasta com o que
foi consagrado pela historiografia, que considera terem chegado entre 15 mil e 20 mil pessoas no
período, correspondente a 25% da população do Rio de Janeiro e a 8% da população de Lisboa na
época. Recomenda-se a leitura de sua obra, ainda, para que se tenha conhecimento dos impactos
urbanísticos, econômicos e culturais da chegada da Família Real sobre toda a cidade. CAVAL-
CANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.

cidas pelas Coroas lusa e britânica. Desta maneira, tratados foram assegurados entre o Príncipe Regente D. João e o Rei George III, a exemplo da Abertura dos Portos, em janeiro de 1808, bem como os Tratados de 1810 quer sejam o de Comércio e Navegação e o de Aliança e Amizade. Nas palavras de Nireu Cavalcanti,

sem sombra de dúvida, nenhum outro fato de tamanha magnitude política até então ocorreria que pudesse se responsabilizar por tantas e rápidas mudanças nos âmbitos econômico, cultura e urbanístico daquela cidade quanto a decisão estratégica de se transplantar a metrópole²³ para a colônia. [...] A vinda da Corte assegurava o domínio da parte mais rica do império luso – o Brasil – e, sobretudo, salvava o Reino e a monarquia portuguesa.²³

Em meio a agitação da chegada da Corte impactos de diversas naturezas foram sentidos tais como o estabelecimento da Imprensa Régia (uma espécie de Diário Oficial da época), a fundação do Banco Real, hoje Brasil, a criação do Jardim da Aclimatação (atual Jardim Botânico), da Real Academia Militar, da Biblioteca Nacional (acervo trazido da Biblioteca de Lisboa) e da Intendência Geral da Polícia da Corte, com atribuições correspondentes a de uma prefeitura. Foram permitidas a edição de livros, implantação de manufaturas e, até mesmo, a construção de uma fábrica de pólvora, atividades essas outrora proibidas na Colônia. A cidade do Rio de Janeiro foi cartografada e passou a ser cobrada a décima urbana, além de serem obrigados os proprietários das casas e prédios a retirar de suas janelas as rótulas, um tipo de treliça que impedia quem estivesse do lado de fora enxergar quem estivesse do lado de dentro, dificultando a entrada de luz e a circulação de ar, tornando o ambiente insalubre. Afora isto, a Corte deveria ser vista e reverenciada quando passasse pelos logradouros públicos e isto poderia ocorrer a qualquer momento. Para alojar um número expressivo de nobres várias edificações foram marcadas pela inscrição P.R. (Príncipe Regente) que o carioca, criativamente, apelidou de “Ponha-se na Rua”, na medida em que os residentes tinham que ceder as casas ou mesmo prisões e conventos para atender a esta imposição de D. João. Toda uma estrutura com base nos princípios civilizatórios europeus foi criada para que o Rio de Janeiro se tornasse a capital do Reino português, única cidade das Américas ou de qualquer Colônia a exibir tal condição.²⁴

²³ *Idem*, p. 95.

²⁴ ABREU, Martha. *Op. cit.*; CAVALCANTI, Nireu. *Op. cit.*

Particularmente no Campo de Santana, os reflexos da chegada da Corte foram inicialmente sentidos quando o Conde de Linhares, Ministro Real responsável pela nova organização do Exército, o escolheu para a instalação do Quartel do Regimento da Tropa, considerado espaço ideal para exercícios e manobras militares. A transladação da Monarquia trouxe alguns regimentos da tropa de linha, para aumentar a guarnição da cidade.²⁵

Sem espaço para o seu alojamento, instalaram-se no Mosteiro de São Bento e em algumas residências requisitadas para esse fim. Posteriormente, o terreno escolhido para a instalação da guarda ocupava parte da face norte do Campo, consistindo na junção de uma chácara doada e dois terrenos desapropriados para esse uso. Entre esses estava terreno pertencente ao Império da Irmandade de Santana, demolido para tal destinação. O processo não foi tranquilo, visto que a Irmandade resistia à destruição do palacete de pedra e cal, recusando, inclusive, a edificação da construção em terreno anexo à igreja. A Irmandade passaria, a partir desse momento, a construir um Império provisório sempre que ocorresse a festa do Divino. Iniciada em 1811, o novo quartel só foi finalizado em 1818, embora já estivesse em condições de alojamento desde 1814.

Outra medida que alterou substancialmente a rotina do Campo foi a construção do chafariz público, com águas canalizadas do Rio Maracanã. O abastecimento de água era um problema permanente na cidade, pois a mesma não contava com água encanada, tendo as bicas e os chafarizes, ambos espalhados pela urbe ao longo do tempo, um fator de amenização dessa situação. Cabia aos escravos encher as latas de água que seriam entregues aos seus senhores. Havia, ainda, os vendedores de água, um comércio cada vez mais lucrativo na cidade. A obra do chafariz foi iniciada em 1801, durante o vice-reinado de D. José Fernando de Portugal, prolongando-se por mais de dez anos, sendo entregue de maneira provisória, uma construção de madeira. Somente em 1818 foi destinada à população a benfeitoria definitiva, de pedra e cal, cuja inauguração contou com a presença do Rei D. João VI e do Intendente Geral da Polícia, Paulo Fernandes Vianna. Com o chafariz, o Campo atraiu um significativo fluxo de pessoas. Era constante a presença de lavadeiras, de escravos, de vendedores de água (que enchiam as suas carroças no chafariz), além dos estudantes quando, ao cair da

²⁵ COARACY, Vivaldo. *Op. cit*, p. 92.

noite, refrescavam-se nas águas do Chafariz das Lavadeiras, assim denominado pela marcante presença das mesmas, que ainda utilizavam os arbustos do Campo para estender suas roupas e lençóis lavados.²⁶

Pelas mãos do Intendente Geral da Polícia, Paulo Fernandes Vianna, uma porção do Campo teve suas feições modificadas. Houve a idéia de se implementar a indústria da seda no país e Vianna ficou encarregado de plantar as amoreiras para a criação de casulos. Aproveitando-se da oportunidade, ornamentou o Campo com plantas tropicais e com outras trazidas da Europa, cercando-o também com gradil de madeira, e —assim transformou o vasto cercado em formoso e atraente jardim.²⁷ O Intendente era muito bem relacionado com o Rei D. João VI, mas não concordava com o modo de vida levado pelo Príncipe D. Pedro, seguindo uma orientação política que não agradava o filho do Rei. Em um ato de vingança, o jardim foi vandalizado e totalmente destruído em 1821, sob as ordens de D. Pedro, que se aproveitava do retorno de D. João VI a Portugal.²⁸

Ao longo do século XIX, o Campo teve a sua borda ocupada por edifícios da nobreza e do poder. No início do século mencionado habitavam, entre outras personalidades, João Rodrigues de Almeida, futuro Barão de Ubá, além de D. Marcos de Noronha, o Conde dos Arcos, vice-rei do Brasil entre 1806 e 1808, e o Intendente Geral da Polícia da Corte, Paulo Fernandes Vianna, afora o próprio edifício do órgão. A residência do primeiro converteu-se em Museu Real, inaugurado em 1820, e do segundo, em Senado do Império, cujos trabalhos iniciaram-se em 1824. Ainda nesse período, observamos a instalação de vários fixos expressivos no seu entorno, como importantes prédios públicos, como o Senado da Câmara (1825), a Casa da Moeda (1859) e o Quartel Central do Corpo de Bombeiros da Corte (1862), bem como edifícios voltados à instrução e erudição, como o já citado Museu Real (1820), hoje Nacional e transferido para a antiga residência da Família Real, na Quinta da Boa Vista, e de uma Escola Pública da Freguesia de Santana (por volta de 1870), atualmente Escola Municipal Rivadávia Corrêa.²⁹ Junto a isso, no período próximo da Proclamação da República, o

²⁶ *Idem.*

²⁷ *Idem*, p. 104.

²⁸ *Idem.*

²⁹ GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. 5^a Edição. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000; COARACY, Vivaldo. *Op. cit.*

Campo de Santana contava com um dos hotéis mais freqüentados na cidade, o Grande Hotel Giorelli, —que dava café pela manhã, almoço, jantar às 4 e meia e café ou chá com pão e manteiga à noite, tudo por cinco mil réis [imaginamos ser uma quantia razoável], em quarto de solteiro.³⁰ Ainda nesse período, o Império possuía cinco ministérios, dois localizavam-se no Campo de Santana: o Ministério da Guerra e o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.³¹

Outra construção relevante é a Estação Dom Pedro II (atual Gare da Central do Brasil), inaugurada em 1858, inicialmente voltada para o transporte de mercadorias rurais. Para tal empreendimento, a igreja de Santana foi arrasada em 1855, conferindo um outro uso para o Campo. Tratava-se da principal estação ferroviária do novo meio de transporte que ligaria o Rio de Janeiro ao cafeeiro Vale do Paraíba. A igreja, doravante, seria instalada na Rua das Flores, templo alocado em terreno governamental aproveitando as fundações do que seria a cadeia nova. Nestas circunstâncias, a igreja passou a ter, definitivamente, um novo endereço, derramando seu topônimo para o logradouro que passou a ser Rua de Santana.³²

Ao longo do tempo, convém repetir, em seu expressivo rol de eventos, repleto de festas juninas, coroação do Imperador do Divino, louvores à Santana, afora a ressonância emitida pelo batuque dos negros que veneravam a avó de Jesus, passou a conviver com 11 manifestações oficiais da Corte e do Império. Dentre eles citam-se as comemorações do casamento de D. Pedro I com D. Leopoldina de Habsburgo, em 1818, e mais tarde, com D. Amélia de Leuchtenberg, em 1829, além das aclamações populares de D. João VI em 1818, como Rei do Brasil, Portugal e Algarves, e de D. Pedro I em 1822 e D. Pedro II em 1841, como Imperadores do Brasil. O Campo converteu-se em arena privilegiada das comemorações monárquicas. Estes fatos contribuíram para que o imenso logradouro passasse, oficialmente, a ter denominações como Praça da Aclamação e Campo da Honra. No entanto, o povo insistia em veicular a nomenclatura anterior, qual seja: a de Campo de Santana.³³

³⁰ *Idem*, p. 196.

³¹ *Idem*.

³² *Idem*; ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*., 3^a edição. RJ: IPP, 2006.

³³ ABREU, Martha. *Op. cit.*; GERSON, Brasil. *Op. cit.*; COARACY, Vivaldo. *Op. cit.*

O Campo de Santana recebeu, também, outra importante construção, qual seja o Teatro Provisório, depois Lírico Fluminense. Por conta do incêndio ocorrido em 1851 no mais importante teatro da cidade, o São Pedro de Alcântara, decidiu-se construir um edifício que abrigasse não só os grandes espetáculos dramáticos, mas também os de ópera da cidade. Em poucos meses foi erigido o Teatro Provisório, inaugurado em 1852. Como sugeria o nome, foi erguido para durar três anos, durante as obras de reconstrução do Teatro São Pedro. Este, já pronto com um ano e meio de antecedência, passou a concorrer com o seu substituto. Pensaram em tornar o Teatro Lírico Fluminense, em caráter definitivo, permanecendo, contudo, até 1875, quando foi demolido sob ameaça de desabamento.³⁴

O Campo de Santana sofreu significativa transformação quando, por conta do paisagismo inglês capitaneado por Auguste François Marie Glaziou, passou a ostentar grutas, alamedas, lagos, arbustos, árvores frondosas, cotias, gansos, marracos, além da implantação de melhoramentos aprontados entre 1873 e 1880, inaugurado neste ano com a presença do Imperador D. Pedro II. Posterior a isso, foi no Campo que ocorreram importantes efemérides nacionais, quais sejam: a assinatura da Lei Áurea realizada pela Princesa Isabel no Senado do Império onde, hoje, se encontra a Faculdade de Direito da UFRJ, e outro registro que mudou a História do Brasil, isto é, a Proclamação da República, em 1889, realizada por Marechal Deodoro da Fonseca, que residia em frente ao Campo de Santana.³⁵

A Proclamação da República encerra o uso oficial monárquico alterando, inclusive, o seu topônimo, qual seja o de Campo da Aclamação para Praça da República. O uso popular religioso do espaço já vinha sendo paulatinamente enfraquecido, desde a demolição do Império do Divino, em 1811 e da própria igreja de Santana em 1855, passando pelo tratamento paisagístico do Campo, quando se dificultam, ou mesmo proíbem, práticas religiosas e culturais populares em seu espaço.³⁶ A República praticamente 12 terminou com o uso popular religioso do Campo por conta das novas diretrizes impostas pela ordem e o progresso na capital do País e a sua perseguição às manifestações populares.³⁷

³⁴ COARACY, Vivaldo. *Op. cit.*

³⁵ COARACY, Vivaldo. *Idem.*

³⁶ ABREU, Martha. *Op. cit.*

³⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi.* 3^a edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Considerações finais

Pudemos observar nas páginas anteriores um aspecto que nos remete à expressão de uma memória simbólica evidenciada, sobretudo, pela consonância do topônimo do logradouro nascido por conta da igreja em honra à mãe da Virgem Maria. O Campo foi batizado como de Santana em 1735, denominação que persistiu, oficialmente, até 1822. A partir de então, por conta da aclamação do Imperador do Brasil, D. Pedro I, o Campo passou a ser da Aclamação. Na ocasião de sua abdicação, em 1831, nomearam-no Campo da Honra, para ser mais uma vez da Aclamação em 1841. Na ocasião das comemorações pela vitória conquistada na Guerra do Paraguai em 1870, cogitou-se a mudança do nome para Campo de Marte, o que não ocorreu. Mesmo com todos esses fatos e mudanças de denominações ao longo do tempo, o Campo continuou a ser de Santana no entendimento popular, ainda que a demolição da igreja tenha ocorrido em 1855. Neste ponto, cabe ressaltar, a existência de um nicho dedicado à Santana nos dias atuais, localizado na Estação Central do Brasil. Seja como for, por vontade popular e de conhecimento de todos convivem dois endereços que aparentemente seria um único: Campo de Santana e, no entorno, Praça da República.

Quanto aos usos propriamente dito, podemos evidenciar o uso popular do Campo de Santana desde a edificação do templo dedicado à Santana, em 1735, até fins do século XIX. No decorrer do tempo, os usos populares, sobretudo o religioso, passaram a ser enfraquecidos com a demolição de fixos de apelo popular – Igreja de Santana, Império do Divino, Chafariz das Lavadeiras, Teatro Provisório/Lírico Fluminense. Em seguida, a relação cerceamento/ tolerância com as manifestações culturais negras, o tratamento paisagístico do campo e a posterior proibição da presença das tradicionais barracas que vendiam de tudo em oportunidades festivas religiosas contribuíram para perda de seus usos de outrora. Posteriormente, ao longo do século XIX o uso oficial do Campo emergiu e instalaram-se residências da nobreza e edifícios do poder, tanto políticos como culturais, como o Quartel General do Regimento, Intendência Geral da Polícia da Corte, Museu Real, Senado da Câmara, Senado do Império, Estação Ferroviária D. Pedro II, Casa da Moeda, Quartel Central do Corpo de Bombeiros da Corte e a Escola Pública da Freguesia de Santana. Junto a isso está 13 a escolha do Campo para as comemorações da Corte. Convivem então, lado a lado, as lavadeiras junto ao chafariz, populares buscando se refrescar e espetáculos tea-

trais com celebrações monárquicas, persistindo, por um tempo e cada vez mais timidamente, o uso popular religioso. Notamos, portanto, que o uso popular e o oficial convivem, a partir do século XIX, de forma desigual, embora se complementem, em certos momentos. Essa diferença se torna insuportável ao passo de um uso afastar o outro, ajustando o espaço a um ideal urbanístico e civilizatório.³⁸ As centralidades nos Oitocentos acumularam-se, complementaram-se, contrastaram-se e disputaram entre si.

É possível apontar três momentos que impactaram, sobremaneira, o Campo de Santana. A edificação da igreja forneceu o nome ao local e já provocou um afluxo aos seus domínios. Foi a intervenção urbana capitaneada pelo Conde de Resende, no entanto, que viabilizou o desenvolvimento da área, possibilitando um fluxo maior de fiéis e pessoas diversas ao local e conferiu ao perímetro um uso pertinente ao caráter religioso. Vale ressaltar, os melhoramentos urbanísticos do Conde de Resende propiciaram, anos mais tarde, os diferentes usos que seguiriam. Devemos considerar o fato de que o Campo esteve pressionado por dois eixos de crescimento da cidade, o urbano e rural – o caminho para o engenho dos Jesuítas, por exemplo, cortava o campo – colaborando, sobremaneira, para a sua posterior ocupação.

Outro marco que deve ser citado diz respeito à chegada da Família Real Portuguesa em 1808, que imprimiu suas marcas através da edificação de fixos que davam suporte à administração Real, além dos demais ligados à erudição e à cultura, relativos aos princípios civilizatórios europeus, afora a utilização do Campo, a partir desse momento, como palco das comemorações oficiais. Por último, a Proclamação da República encerrou o uso monárquico e cerceou as manifestações populares, sobretudo as negras, dando fim ao uso popular-religioso do Campo de Santana.³⁹

³⁸ ABREU, Martha. Festas Religiosas no Rio De Janeiro: perspectivas de controle e tolerância no século XIX. *Estudos Históricos*, RJ, vol. 7, n. 14, 1994 (Disponível em <http://virtualbib.fgv.br> – acessado em 15.1.2010); ABREU, Martha. O Império ..., *Op. cit.*

³⁹ ABREU, Martha. O Império ..., *Op. cit.*

Embates discursivos: a modernidade no Recife na primeira metade do século XX

*Marcos Alexandre Arraes**

Este artigo procura analisar a Modernidade e sua discursividade no Recife durante as primeiras décadas do século XX, demonstrando quais as vinculações destes discursos com a cultura francesa e/ou estadunidense. A idéia central é mostrar que o discurso de Modernidade no Recife durante esse período possui vínculos mais fortes com os modos de ver, fazer e pensar franceses, em oposição a uma nova modernidade que irá se mostrar no Recife nas décadas seguintes, pautadas, dessa vez, no *american way of life*.

Palavras-chave: modernidade, tradição, discurso.

This article intent to analyze the Modernity and its discursivity in Recife during the first decades of 20th Century, demonstrating which connections these discourses have with the French and/or American culture. The central idea is to show that the discourse of Modernity in Recife during this period has stronger connections with the French ways to see, to make and to think, in opposition to a new modernity that will take place in Recife in the following decades, based, this time, on the american way of life.

Key words: modernity, tradition, discourse.

Um sentimento de perplexidade pairava sobre a cidade do Recife durante as primeiras décadas do século XX, período em que o mundo passou por rápidas e decisivas transformações. Diante das mudanças tecnológicas, novas relações de trabalho e produção e outras formas de sociabilidade proporcionadas pela nova conjuntura sócio-político-cultural que teve na Primeira Guerra Mundial o marco decisivo de um novo tempo que nascia, a capital pernambucana, então ainda uma cidade provinciana e reconhecidamente tradicionalista, via-se paralisada diante de tamanhos abalos e, principalmente, da rapidez com que aconteciam.

[No Recife], a Década de 20 começaria ainda sob o rumor da grande greve ge-

* Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor de História - Rede particular de ensino de Florianópolis- SC. E-mail: maarraes@gmail.com

ral do ano de 1919, com a repercussão dos acontecimentos europeus, com os reflexos da revolução de outubro na Rússia, que se alastrava em movimentos paralelos por toda a Europa e que, mesmo sem a profundezas das alterações de estrutura, tinha mesmo entre nós [...] uma conotação inteiramente nova. Mesmo no Brasil, estes reflexos contra os padrões da época se produziam pelas aspirações de redução de horas de trabalho, aumento de salários e, no plano político, eleições livres, liberdade sindical, etc.¹

O mundo havia passado por grandes transformações e as velhas formas de perceber e posicionar-se diante do mundo não mais se coadunavam. Havia novas conjunturas que exigiam novas diretrizes e novos paradigmas. No entanto, onde buscá-los? Que sentimentos foram despertados diante dessas novidades, numa cidade que sempre foi representada e apresentada por suas tradições e a defesa intransigente de seu passado? O Recife das sinhás, dos bondes com tração animal e o Recife saudosista dos tempos da infância, tão cantado em versos por Manuel Bandeira e em prosa por Mario Sette, sendo este último, um dos escritores ícones do tradicionalismo na cidade, encontrava-se agora em estado letárgico.

Aqui chegamos a um importante ponto de inflexão. Não entendo o tradicionalismo e o provincianismo de que falei acima enquanto fatores naturais da cidade, como que intrínsecos à sua aura urbana, mas sim enquanto formações discursivas, uma construção através de imagens e dizeres que visam a essa significação. Em outras palavras, o tradicionalismo recifense “acontece na ordem do discurso”. E entendo esses acontecimentos como sendo aqueles que dão significação e sentido à cidade. A cidade não é feita apenas pelo espaço físico enquanto tal, bastando a si mesmo. Mas também de um espaço enquanto receptáculo de sentidos, imagens e discursos atribuídos pelos seus moradores, e a esse espaço é que nomeio de cidade.

O acontecer do tradicionalismo no Recife está dentro de um jogo de embates e disputas bastante amplo, não sendo processo meramente endógeno. No caso em foco, ele toma corpo no início do século XX com a emergência da modernidade em todo o Brasil e que se reveste de nova roupagem no Recife. Nesse momento, as capitais do centro-sul do País começavam a despontar como grandes centros capitalistas, nos quais ia se construindo os espaços da modernidade, do progresso e da civilização aos moldes da modernidade européia – a *belle époque*

¹ BARROS, Souza. *A década de 20 em Pernambuco*. Rio de Janeiro, 1972, p. 224.

–, que tinha na Paris de Haussman seu maior ideal. Cidades como Rio de Janeiro e São Paulo transformavam-se e adquiriam uma nova imagem, mais limpa e eficiente. No entanto, não apenas o ardil estético movia o espírito reformista. Adequar-se aos novos tempos, atingir os ideais de civilização, ordem e progresso do momento requeria também novos instrumentos de controle. Para tanto, entra em cena a medicina social com o discurso higienista, construindo novas redes de esgotos, ditando normas e padrões sanitários e expurgando das grandes centros urbanos instalações inadequadas à saúde e ao bem-estar. Estética, higiene e controle: esses enunciados não são singulares e não funcionam fora da configuração discursiva que tem seu acontecimento no que estamos descrevendo. Agem todos de forma imbricada, de modo a dar sentido às imagens e dizeres de modernidade então vigente.

Dentro desse processo, o norte e nordeste do país, menos favorecidos economicamente, passavam a ser constituídos como locais do atraso e o Rio de Janeiro como a referência por excelência para as demais cidades, tal como Paris foi para o mundo ocidental. É no bojo dessa formação da subjetividade capitalística no Brasil e das relações de poder a ela relacionadas, que emergiram os dizeres constitutivos das regiões e suas especificidades. O Nordeste começou a ser dito e visto, sendo reconhecido como uma região de fortes laços arcaicos e atrasados, o que passou a fazer parte também dos discursos dos próprios “nordestinos”.

O recorte espacial que toma forma no redesenho da economia e do poder nas primeiras décadas do século XX, é concomitante ao investimento simbólico realizado pelos intelectuais, os de Pernambuco muito particularmente, que resultará num conjunto geográfico, chamado **Nordeste**, dentro do qual serão fixados os elementos identitários reunidos pelos modernistas-tradicionalistas liderados por Gilberto Freyre. Eles darão forma e cor a esse recorte espacial argamassado nas relações oligárquicas do mundo tradicional, apontando sua oposição identitária em relação ao conjunto à frente do qual se encontrava São Paulo [...]. O **Nordeste** foi, de fato, uma grande criação na qual laboraram decisivamente os modernistas-tradicionalistas do Recife².

Os intelectuais recifenses, então, começam a ressignificar os seus elementos tradicionais, recheando-os de poesia e positividade. Tal intento, contudo, não

² ARRAIS, Raimundo. *A capital da saudade*: destruição e reconstrução do Recife em Freyre, Bandeira, Cardoso e Austragésilo. Recife: Ed. Bagaço, 2006, p. 20/21.

teria a mesma substância não fosse o importante papel desempenhado pelos intelectuais no momento em questão, não apenas no Recife, como em todo o Brasil. Falo da segunda e terceiras décadas do século XX, quando o rádio e outros meios de comunicação de massa modernos ainda não haviam se consolidado no país. Os jornais e a literatura, portanto, constituíam os principais meios de (in)formação da cultura e sociedade. Acrescenta-se a isto o papel desempenhado pelos intelectuais como porta-vozes do Estado. Destarte, como nos demonstra Teixeira,

É certo que a força e importância que o intelectual assume nesse processo de tomada de decisões políticas não se deve apenas ao poder de convencimento e sedução que sua verve exerce sobre o conjunto dos agentes sociais, mas também à proximidade e quase promiscuidade com que se relaciona com o Estado – tanto mais quanto se pensa no caso do intelectual brasileiro. Todavia, ainda agora, no momento em que se aproxima do Estado, no momento em que passa a atuar do interior de suas instâncias deliberativas, o único poder do intelectual é o de produtor cultural, é o de convencer da validade e justeza de suas idéias³.

Esses enunciadores, gozando então de um importante papel sócio-cultural além de certo prestígio na sociedade, participaram ativamente da constituição da modernidade brasileira, no geral, e recifense, em particular, atuando, assim, enquanto “agentes da modernidade”. Atividade esta de grande importância para a (re)construção da cidade, não apenas a nível simbólico, ao construir “as imagens que em grande medida foram sendo transmitidas aos sentidos daqueles que percorreram e percorrem as ruas orientados pela literatura vigorosa”⁴ de seus escritores, mas também a nível físico, na medida em que deram sentido e visibilidade às intervenções político-estratégicas no seu espaço físico. Na verdade, esses dois níveis formam um só na constituição daquilo que chamamos de cidade.

O poder público também atuou nessa formação discursiva, não apenas como receptáculo dos efeitos discursivos, mas também como partícipe mesmo desse processo. É nesse sentido que ele passa a agir para “salvar” o Recife do atraso em que se encontrava e enquadra-lo aos mecanismos e exigências dos novos tempos. E nenhum lugar melhor para começar a modernização que a principal porta de entrada da cidade: o cais do porto.

³ TEIXEIRA, Flávio Weinstein. *As cidades enquanto palco da modernidade. O Recife de princípios do século*. 1994. 193 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas- Universidade Federal de Pernambuco/Recife, p. 25.

⁴ ARRAIS, Raimundo. *Op. cit.*, p. 15.

Desde 1887 já se vinha discutindo as reformas do porto da cidade, que não acompanhava as mudanças que vinham ocorrendo no setor de navegações, com o aparecimento de navios mais modernos e pesados e que, portanto, não podiam atracar no porto do Recife sem o risco de encalhar. Esses navios atraçavam em pleno oceano, numa localidade chamada Lamarão. Os tripulantes e as cargas eram desembarcados por uma cesta suspensa por um guindaste, o que causava uma situação constrangedora que provocava risadas nos transeuntes⁵.

As obras de reforma do porto do Recife são iniciadas em 1910 e finalmente concluídas em 1924, na administração de Sérgio Loreto (1922-1926), governador que se destacou no período por suas iniciativas modernizadoras da cidade.

Ainda sob o mandato deste último, foram construídos, com a mesma velocidade dos automóveis que espantava a todos, novas ruas, avenidas, praças e parques. Esse ímpeto reformista que atingia o centro e a periferia da cidade possuía o duplo objetivo de dar passagem aos automóveis particulares e transformar em vias de concreto os antigos mangues e alagadiços, tão prejudiciais à saúde pública segundo o ideal higienista.

E, segundo Azevedo, “essa nova realidade que se esboçava pedia, do ponto de vista cultural, novas formas de manifestação, e do ponto de vista artístico, novas formas de representação, o que não deixa de significar uma abertura para a propagação de idéias novas”⁶. Assim, em 1922, ano em que a cena artística paulistana é sacudida pela Semana de Arte Moderna de 1922, o Recife vivia uma tensão política relacionada à sucessão do governo do Estado, o que, de certa forma, tirava as atenções das renovações culturais que aconteciam no sudeste. Soma-se a isso, a perplexidade que ainda se fazia presente. Se os novos acontecimentos e conjunturas instauraram um sentimento de paralisia nas primeiras décadas do século, agora o choque era com a moderna cidade em que foi transformado o Recife através das políticas nesse sentido. A fala tradicionalista ainda soava mais alto. No entanto, segundo Rezende, algumas pessoas já se entregavam à modernidade:

⁵ ARRAES, Marcos A. M. S. O Recife e as lógicas modernizantes na segunda metade do século XX: cultura de consumo nas cidades. In: *Revista Cadernos de Olinda*, ano 01, v. 2, Recife, 2004, p. 12.

⁶ AZEVÉDO, Neroaldo Pontes. *Modernismo e regionalismo (os anos 20 em Pernambuco)*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984, p. 22.

As coisas ganham uma urgência, os anos parecem passar mais rapidamente, a população cresce e o Recife já não é a cidade onde todos imaginam se conhecer. As suas distâncias, os seus ruídos, os seus ritmos, as suas trilhas, as suas cores, os seus esquecimentos, as suas lembranças, mudam ou parecem mudar com mais velocidade. As pessoas vão se sentindo, aos poucos, aprisionadas por um cotidiano mais largado do passado, com os olhos fascinados ou intimidados pelo novo. Algumas resistem, outras assumem a tensão e deixam-se seduzir pelas representações do moderno⁷.

Como que num processo autogestado, o imagético-discursivo cria novos espaços e, estes, demandam novos conceitos, novas palavras no plano cultural.

Todo este processo irá, de certo modo, culminar na década dos 20. Seus contemporâneos foram quem mais fortemente sentiram o impacto destas transformações. Tanto mais se se considera que muitas destas mudanças tinham uma dimensão comportamental, implicando, por vezes, em fundas alterações nos hábitos sociais, nas tradicionais maneiras como as pessoas se relacionavam entre si e com a cidade. As reformas urbanas, em resumo, não deixavam de trazer em seu bojo uma reforma cultural⁸.

É nesse período que o então jornalista e estudante de Direito Joaquim Inojosa, envolvido com o movimento estudantil, vai ao Rio de Janeiro para o 1º Congresso Internacional de Estudantes e estende sua viagem a São Paulo. Nessa cidade, Inojosa entrou em contato com os ícones do “novo credo” artístico e, encantado com o que via, encarou como missão a divulgação do modernismo e sua liberdade criativa no Nordeste.

No retorno à sua cidade, Inojosa obteve a primeira oportunidade de divulgar as novidades que trazia de São Paulo, quando Farias Neves Sobrinho escreveu um artigo no *Diário de Pernambuco* sobre o pintor Torquato Bassi, criticando com veemência os “‘cubistas’, ‘dadaístas’, ‘futuristas’ e todos os demais ‘istas’ gerados pelo desequilíbrio mental da hora presente, que ousam considerar ‘fora de moda’ a pintura de Bassi”⁹. O embaixador do modernismo em Recife, então, respondeu com um artigo intitulado *Que é Futurismo*, publicado no jornal

⁷ REZENDE, Antonio Paulo. *(Des)encontros modernos. História da cidade do Recife na década de vinte*. Recife: FUNDARPE/CEPE, 1997, p. 72.

⁸ TEIXEIRA, Flávio Weinstein. *O movimento e a linha. Presença do Teatro do Estudante e d’O Gráfico Amador no Recife (1946-1964)*. Recife: Ed.UFPE, 2007, p. 26.

⁹ BARROS, Souza. *Op. cit.*, p. 224.

A Tarde, ensaiando uma definição do futurismo, citando nomes dos modernistas do sudeste e defendendo as vanguardas criticadas no artigo de Neves Sobrinho. A partir daí, seriam frequentes os artigos de apresentação dos “novos” de São Paulo e suas vanguardas ao público recifense.

Iniciava-se, desse modo, na imprensa pernambucana, um embate entre “passadistas”, como eram chamados os defensores da tradição por Inojosa e seus seguidores posteriores, e “futuristas”, como, com certa confusão de conceitos, ficaram conhecidos os adeptos do modernismo no país até meados da década de 20. Por certo período, Inojosa seria o único “futurista” declarado em Pernambuco, resistindo sozinho às reações à nova arte. Os primeiros apoios vieram em forma de incentivo dos colegas paulistas, que frequentemente enviavam-lhe cartas elogiando o seu trabalho. A situação iria mudar em fins de 1923, com a adesão do poeta Austro-Costa às hostes modernistas e, posteriormente, o apoio de alguns poetas já reconhecidos na cena literária nacional, tais como Manuel Bandeira e Ascenso Ferreira.

Distante desses embates, mas não fora deles, estava Gilberto Freyre, que concluía sua formação acadêmica nos Estados Unidos. De volta ao Recife em 1923, após uma temporada também pelos principais centros europeus, Freyre já era figura de grande referência na cidade, pois, mesmo durante sua permanência no exterior, não ficou de fora do que acontecia na cidade, enviando, semanalmente, artigos ao *Diário de Pernambuco* sob o título de *Da Outra América*. Através destes, Freyre, em um estilo de escrita inovador, mais livre e solto, falava de suas viagens, dos costumes estadunidenses que podia observar, da política e de vários outros aspectos culturais daquele país, muitas vezes dialogando com o cenário cultural do Recife.

Através de uma série de artigos numerados, passou a posicionar-se diante das mudanças por quais passava a capital pernambucana, recusando fortemente algumas tentativas de modernização. Já de volta à cidade, se opôs também a iniciativa de Inojosa de trazer a nova arte que germinava no sudeste para o Nordeste, angariando grande número de adeptos. Como forma de responder às pregações modernistas de Inojosa, esse novo grupo reuniu-se em torno de uma espécie de “clube literário”, que se encontrava na casa de Freyre, e publicava seus artigos e poemas, muitas vezes, na *Revista do Norte*, cujo primeiro número veio a público em outubro de 1923.

Os modernistas, por sua vez, ganhavam apoios nos Estados vizinhos. Da Paraíba, em julho de 1924, viria o convite da revista *Era Nova* para que Inojosa a representasse em Pernambuco. Em resposta, o pernambucano envia uma longa carta aceitando o chamado e acertando alguns ajustes a serem feitos na revista. No mesmo mês essa carta seria então publicada em forma de panfleto no *Jornal do Comércio* de Recife, adquirindo ares de manifesto. *A Arte Moderna*, como ficou conhecido o texto, teria grande repercussão e diversas reações. O apoio e os elogios viriam dos paulistas e de outros centros onde o modernismo já havia fincado raízes. Contudo, em Pernambuco a maioria das reações foi negativa, mesmo entre alguns simpatizantes do modernismo, que o acusavam de estar utilizando uma linguagem muito rebuscada e não o esperado despojo lingüístico.

Como que em resposta à iniciativa de Inojosa, em 1925 Freyre publicou um livro em comemoração ao centenário do jornal *Diário de Pernambuco*, intitulado *Livro do Nordeste*, onde reuniu contribuições de poetas, escritores reconhecidos, além de ilustrações do desenhista, homônimo do poeta, Manuel Bandeira, visando à defesa do regionalismo e das tradições do Nordeste, ainda que, em sua maior parte, tomasse Pernambuco como referência. Tal fato demonstra o forte caráter “bairrista” do grupo, que adotava seu Estado como base para a construção imagético-discursiva do “Nordeste”¹⁰.

E assim a antiga “rivalidade” entre *passadistas* e *futuristas* foi se renovando e ganhando fôlego em ambos os lados, mas agora com novos termos mais apropriados a cada grupo, que ficaram conhecidos como modernistas e regionalistas. Os primeiros contavam com o apoio do *Jornal do Comércio* e os últimos se entrincheiravam nas hostes do *Diário de Pernambuco*. Um dado que ficou evidente para ambos os lados, como era de se esperar, é a necessidade de enaltecer e de dar maior relevância às realizações de seu grupo. Exposições e publicações modernistas eram vistas pelos seus simpatizantes como de excelente repercussão e aceitação na cidade, mesmo que isso implicasse uma interpretação distorcida.

Para além destas disputas, entretanto, proponho outra maneira de entender o peso desses movimentos e, assim, procurar atingir a meta de apresentar o ca-

¹⁰ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Ed. Cortez, 1999.

ráter discursivo da modernidade no Recife dos anos 20. E isso será perscrutado através da análise, ainda que superficial, de algumas das produções modernistas recifenses do período.

Alguns nomes de grande importância para a poesia brasileira ainda hoje fizeram parte desse grupo de modernistas recifenses na década de 1920, entre eles destacam-se Manuel Bandeira, Joaquim Cardoso e Benedicto Monteiro.

Manuel Bandeira, poeta nascido em Recife, desde criança morava fora da cidade. Por estar a tanto tempo nos centros onde o modernismo foi primeiro se enraizando, não seria de se esperar um vínculo tão forte com o passado da cidade, no entanto, é isso que fica claro em sua obra. Não descarto, obviamente, o saudosismo como recurso literário, uma forma de posicionamento do eu lírico. Entretanto, o uso de temas tradicionais em sua poética e o rechaço às iniciativas modernizantes, ainda mais se considerarmos que iniciou seus estudos no curso de arquitetura, profissão tão em voga no apoio às reformas urbanísticas empreendidas no período, reforça o caráter tradicionalista presente no modernismo pernambucano e sentido pelo poeta, fato que pode ser ilustrado com o poema mais conhecido de Bandeira, “Evocação do Recife”.

[...]

Rua da União onde todas as tardes passava a preta das bananas

Com o xale vistoso de pano da Costa

E o vendedor de roletes de cana

O de amendoim

Que se chamava midubim e era torrado não era cozido

Me lembro de todos os pregões:

Ovos frescos e baratos

Dez ovos por uma patacas

Foi a muito tempo...

[...]

A vida com uma porção de coisas que eu não entendia bem

Terras que não sabia onde ficavam

Recife...

Rua da União...

A casa do meu avô...

Nunca pensei que ela acabasse!

Tudo lá parecia impregnado de eternidade

Recife...

Meu avô morto...

Recife morto, Recife bom, Recife brasileiro como a casa do meu avô.¹¹

Nesse poema, escrito em 1925, há o recurso à memória para narrar o Recife da infância de Bandeira, o Recife que desejava encontrar, mas sabia, através das notícias e impressões por cartas ou relatos de amigos conterrâneos que o iam visitar, que já estava mudado.

No poema “Minha Terra”, escrito em 1940, pode-se constatar o choque do poeta diante da cidade modificada e que não se coadunava com as imagens que guardava em sua memória e tanto desejava rever. Nesses versos, é possível a identificação e a vinculação ao modernismo por seus versos livres, com a ausência de métricas e rimas perfeitas e pelo uso da linguagem coloquial. Contudo, a mensagem que pretende passar é que surpreende. Primeiramente, constrói-se a imagem da cidade que tinha diante de si, com grandes avenidas e arranha-céus, símbolos da modernidade vigente, para depois rechaçá-la.

Se na poesia “Evocação do Recife”, Bandeira coloca o público diante de uma cidade do passado, do desejo, da memória, que, agora, estava morta, como o seu avô, em “Minha Terra”, o poeta nos traz de volta à cidade, reconstruindo-a para o leitor, só que agora em tom crítico, de recusa daquilo que, para ele, não tinha mais a emoção dos tempos de outrora.

Diferentemente de Bandeira, Joaquim Cardozo nasceu e cresceu no Recife, dali saindo apenas na idade adulta. No entanto, existem algumas semelhanças com o poeta analisado anteriormente: Cardozo era engenheiro, profissão que também possuía seus vínculos com os encantos da modernidade e da modernização, e também cantou um “Recife Morto”.

Recife. Pontes e canais.

Alvarengas, açúcar, água rude, água negra.

Torres da tradição, desvairadas, aflitas.

Apontam para o abismo negro-azul das estrelas.

Pátio do Paraíso. Praça de São Pedro.

Lajes carcomidas, decréptas calçadas.

Falam baixo na pedra as vozes da alma antiga.

¹¹ BANDEIRA, Manuel. *Estrela da vida inteira*. 20^a. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993, p. 59.

Gotas de som sobre a cidade,
Gritos de metal
Que o silêncio da treva condensa em harmonia.
As horas caem dos relógios do Diário
Da Faculdade de Direito e do Convento
De São Francisco:
Duas, três, quatro... a alvorada de anuncia.
Agora a ouvir as horas que as torres apregoam
Vou navegando o mar de sombra das vielas
E o meu olhar penetra o reflexo, o prodígio,
A humilde proteção dos telhados sombrios,
O equilíbrio burguês dos postes e dos mastros,
A ironia curiosa das sacadas.
As janelas das velhas casas negras,
Bocas abertas, desdentadas, dizem versos
Para a mudez imbecil dos espaços imóveis.
Vagam fantasmas pelas velhas ruas
Ao passo que em falsete a voz fina do vento
Faz rir os cartazes.
Asas imponderáveis, úmidos véus enormes.
Figuras amplas dilatadas pelo tempo,
Vultos brancos de aparições estranhas.
[...]
Recife,
Ao clamar desta hora noturna e mágica,
Vejo-te morto, mutilado, grande,
Pregado à cruz das novas avenidas.
E as mãos longas e verdes
Da madrugada
Te acariciam.¹²

Nesse poema, o autor traça também, fazendo uso de uma liberdade formal, uma imagem da cidade através de sua história, de suas ruas e monumentos e finaliza criticando o espírito arrasador da modernização que destruía abruptamente o passado da cidade. Conforme nos diz Raimundo Arrais, a cidade, aqui, aparece “sob a forma de cadáver a que a reduziram engenheiros e urbanistas. Contradicitoriamente, Cardozo é um engenheiro-poeta que se manifesta contra as transfor-

¹² CARDOZO, Joaquim. *Poesias completas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p. 104.

mações que seus colegas de profissão e os governos promoviam na capital¹³¹³. Vê-se, então, que também neste poeta a modernidade está aliada a um conteúdo, em certo sentido, tradicional, com temas exaltando o passado histórico do Recife e onde também se faz uma crítica aos novos tempos.

Em “Tarde no Recife”, Cardozo deixa transparecer certa adaptação aos novos itinerários modernos da cidade, como que atingindo uma harmonia entre o tradicional e o moderno.

Tarde no Recife.
Da ponte Maurício o céu e a cidade.
Fachada verde do Café Maxime,
Cais do Abacaxi. Gameleiras.
Da torre do Telégrafo Ótico
A voz colorida das bandeiras anuncia
Que vapores entraram no horizonte.
Tanta gente apressada, tanta mulher bonita;
A tagarelice dos bondes e dos automóveis.
Um camelô gritando: – alerta!
Algazarra. Seis horas. Os sinos.
Recife romântico dos crepúsculos das pontes,
Dos longos crepúsculos que assistiram à passagem dos
[fidalgos holandeses,
Que assistem agora ao movimento das ruas tumultuosas,
Que assistirão mais tarde à passagem dos aviões para
[as costas do Pacífico;
Recife romântico dos crepúsculos das pontes
E da beleza católica do rio.¹⁴.

Seja um Recife “pregado a cruz das novas avenidas”, ou o “Recife romântico dos crepúsculos das pontes [...] que assistem agora ao movimento das ruas tumultuosas”, o que se percebe é uma dizibilidade da modernidade que atinge o Recife traduzido nas imagens oscilantes do poeta, mas também presente em outros intelectuais. Como nos diz Teixeira:

Essa imagem surpreendentemente idílica e harmoniosa entre o moderno e o tradicional é particularmente reveladora das dificuldades que tinha Joaquim

¹³ ARRAIS, Raimundo. *Op. cit.*, p. 73.

¹⁴ CARDozo, Joaquim. *Op. cit.*, p. 34.

Cardozo em rejeitar o projeto modernizatório como um todo. A dificuldade – toda ela – residia, entretanto, em se encontrar um tempero, uma proporção na conjugação do novo com o antigo em que aquilo que os contemporâneos percebiam como sendo definidores de sua identidade não se desfizesse, não se desintegrasse. É possível que isto não fosse mais que uma utopia irrealizável. Todavia, foi em torno dessa imprecisa e inalcançável identidade moderna que girou a produção cultural, não apenas sua, ou daqueles seus companheiros que faziam a **Revista do Norte**, mas de todos aqueles que de um modo ou de outro se preocupavam em dar uma resposta àquilo que experimentavam. É a isso que se viam convocados os regionalistas.¹⁵

Essa mesma imagem oscilante entre o tradicional e o moderno pode ser encontrada em um poeta bastante conhecido no período, mas que caiu no esquecimento após sua morte: Benedicto Monteiro. Nascido e crescido no Recife, esse poeta chegou a ser considerado por seus pares como o poeta pernambucano mais alinhado ao modernismo devido ao seu estilo original de escrita. No entanto, mesmo neste, percebe-se certo elogio ao passado da cidade, como se pode observar na seguinte obra.

“Portão barroco”
Curvo, no teu traçado um capricho se imprime,
Lembra um colo de garça a curvatura imota.
Velho, a tua velhice alguma cousa ignota.
Traduz, alguma cousa imortal e sublime.
O tempo e a incúria humana atroz e ignobil crime
Perpetram ao deixar-te ao léu na sua rota.
O modernismo vil nem ao menos te nota
A graça natural que a tua forma exprime.
Em torno o mangue roaz e o mar traidor e ignaro
Solapando-te a ti o alicerce preclaro
Vão e esperas o fim solitário e bisonho
A evocar do Passado as glórias que já viste.
E eu triste sofro ao ver o teu futuro triste
E tu sofres também imerso no teu sonho.¹⁶

Nota-se, nestes versos, um conflito entre o desejo de ver o futuro moderno e o apreço pelo passado de glórias. Com isso percebe-se a força da tradição e do

¹⁵ TEIXEIRA, Flávio Weinstein. As cidades..., *op. cit.*, p. 31.

¹⁶ *Apud* REZENDE, Antonio Paulo. *Op. cit.*, p. 94.

passado tão arraigado aos dizeres constitutivos da cidade. A modernização que se apresentava violenta, devastadora, não se coadunava com o desejo daqueles que ali residiam e davam sentido à cidade. Mesmo entre os defensores do moderno, existia também um instinto de preservação e de continuidade com o passado, o que fica bastante claro nos poetas analisados, que renovam no estilo, na forma, mas recusam, em certo sentido, o conteúdo moderno que se apresentava. Se entre alguns *passadistas* a evocação do passado seguia muito a lógica da *beleza do morto*, como aponta Revel¹⁷, ou seja, um culto ao passado por estar diante de uma iminência de perda, mas sem qualquer tentativa de reinseri-lo no presente, o mesmo não ocorre aos modernistas, que procuram no passado e na tradição uma ponte com o presente moderno. E mesmo entre os regionalistas há uma busca de renovação, não apenas do ponto-de-vista estético-formal, mas também na aceitação de certos elementos da nova *doutrina* que se instituía. Um processo conflituoso, tal como apontei em Joaquim Cardoso, que demonstra a assimilação do moderno e seus limites no Recife nas primeiras décadas do século.

Esse contexto de embates artístico-culturais, somado às renovações urbanas, foi desfazendo a aparência antiga da capital pernambucana, dando a ela formas e feições mais adequadas aos novos tempos. Contudo, a cidade não é feita apenas de cimento, areia e pedras. Ela é também produto de sonhos e desejos. Como já disse anteriormente, a cidade é um espaço de significados, tornado lugar e nomeado moradia pelos homens e mulheres que nela habitam. Pode-se, então, falar em um Recife moderno nos anos 1920? Segundo Rezende:

[O Recife] vivenciou suas alucinações modernistas, não só nos modismos urbanos, mas nos sonhos de alguns dos seus moradores em refazer o seu cotidiano político, alimentados pelos clamores de rebeldia da modernidade que seduziu e encantou os inconformados. Nas idéias, os sinais de ruptura e as inquietações difíceis de serem materializados. No cerco da tradição, o medo de que o território rebelde do sonho perdesse suas fronteiras e transformasse a cidade como um todo. A privatização do direito de ser rebelde era a marca forte de uma sociedade escravocrata.¹⁸

Ou seja, para este autor, apesar da forte resistência, o Recife torna-se moderno nos anos 20, ficando os recifenses seduzidos pelas novidades da moderni-

¹⁷ REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1989.

¹⁸ REZENDE, Antonio Prado. *Op. cit.*, p. 26.

dade. Como ainda mostra Rezende, “o mal do Recife é pensar que prédios novos indicam espírito novo. A cidade aumenta em edifícios, bonitos uns, aberrações arquitetônicas outros. Mas a educação de sua gente continua patriarcal, burguesa, preguiçosa...”¹⁹.

Vejo, portanto, um ponto de contradição. Como afirmar ser o Recife moderno se ainda nota-se um forte caráter tradicional nos habitantes dessa cidade? Se a cidade é construída pelos discursos e imagens a ela atribuídos por seus moradores, como entendê-la nesse momento de sua história? Ainda em Rezende:

A modernidade traça, portanto, os caminhos dos seus labirintos a partir de pontos diversos, difíceis de ser distinguídos, como uma paisagem na neblina. Mas a modernidade não traça seus destinos acima da vontade dos homens. Como um processo independente. Existem os que determinam a extensão desses caminhos. Existem os que conhecem a arquitetura que definiu os desenhos que tomam conta, como paisagens das paredes dos labirintos. A modernidade sendo apresentada como um destino único, praticamente, violenta a capacidade de reinventar trilhas e territórios tão presentes na história.²⁰.

Concordo com o autor quando ele nos afirma que o Recife seduziu-se pelos encantos modernos dos anos 20. A modernização do espaço físico, por si, de fato não remete a um caráter moderno da cidade. O caráter físico está em conexão com aquilo que se diz, se vê, se sente subjetivamente, com aquilo que é dito e construído por quem habita esse espaço. Como vimos em alguns autores acima, os discursos sobre as renovações urbanas no Recife nem sempre são positivos, no sentido de enaltecerem ou desejá-las, no entanto, contribuem inequivocadamente para a sua visibilidade enquanto frutos da modernidade que avançava. Os discursos emergem das ações e feitos reais dos homens, mas também a eles dão sentido e visibilidade, constituindo-se em um campo de fala do discursivo. Esse é um processo ambíguo, uma via de mão dupla. Repito: a cidade é uma formação imagético-discursiva que representa um emaranhado de sentidos e significados dados por aqueles que a habitam e a interpretam e os anos 20 no Recife são emblemáticos dizem muito sobre esse espaço significado. Uma cidade que, através do movimento modernista e das iniciativas urbanísticas, adere às exigências da modernidade, mas sem perder seu caráter tradicionalista. Aí reside o aconteci-

¹⁹ *Idem*, p. 99.

²⁰ *Idem*, p. 89.

mento da modernidade no caso recifense. O moderno é constituído no Recife a partir de seu diálogo com a tradição. É nesse embate que ele se torna dizível, palpável, materializado. O moderno da capital pernambucana nesse momento não deixa de ser uma resposta às exigências dos novos tempos, mas adaptado e adequado ao caráter tradicionalista da cidade, dizendo muito sobre ela.

Tal adequação deixava claros os limites de aceitação do moderno a que estavam abertos os recifenses. De uma forma geral, pode-se dizer que os padrões de progresso, de civilização, de higiene, de velocidade, etc. presentes na modernidade européia e amplamente aceitos nas grandes cidades brasileiras foram, em sua grande parte, também enraizados na capital pernambucana. E era, de fato, europeu, o paradigma brasileiro nos anos 20.

A modernidade [do período] impunha desde a necessidade de se ter um porto modernamente aparelhado e ampliado nas suas dimensões, de se dispor de uma ampla rede de esgotos sanitários e fornecimento de água encanada, de se poder trafegar por ruas largas, calçadas e iluminadas, até o desejo de se mostrar elegante, ou freqüentar os cinemas [...]. Às senhoras e senhorinhas já não convinha ficar reclusas em casa. O passeio pelas congestionadas ruas de comércio, ao fim de tarde, quando o sol já estava ameno, tornou-se mesmo quase que obrigatório. Afinal, era preciso estar a par da última moda em chapéus, cintos, sapatos, tecidos, xales, luvas, leques, todos os adereços, enfim, que definiam o ser ou não elegante. Tirar, e não mais apenas posar para fotografias [...]. A lista seria interminável exatamente porque parecia não se esgotar o que se entendia por moderno. Qualquer detalhe poderia ser simbolicamente entendido como uma manifestação da modernidade ansiada. Bastava, para tanto, que tal ou qual detalhe da vida urbana aparecesse aos olhos dos contemporâneos enquanto uma inequívoca manifestação do progresso ou enquanto um traço característico do *modus vivendi* das “adiantadas civilizações” estrangeiras.²¹.

Mas, frise-se bem, essas “adiantadas civilizações estrangeiras”, no que tange aos padrões de comportamento, eram entendidas como os principais centros europeus.

É curioso que o Modernismo brasileiro não tenha adotado como signo de modernidade nosso antípoda no continente americano, os Estados Unidos da América. Quando o Modernismo acontecia no Brasil dos anos 20, os EUA viviam uma efervescente onda de renovação cultural e de progresso. Música,

²¹ TEIXEIRA, Flávio Weinstein. *As cidades...*, *op. cit.*, p. 12.

cinema, arquitetura, imprensa, rádio, tudo se transformava na capital cultural da América: Nova York. [...] Nada disso, ecoava aqui. Oswald e Mario de Andrade, os arautos do movimento, continuavam a buscar na Europa as respostas para as questões culturais brasileiras.²².

Contudo, nas capitais do sudeste, ao menos uma voz dissonante já apregoava o sentido da modernidade estadunidense no Brasil: Monteiro Lobato. Para este literato, as elites brasileiras possuíam uma mentalidade muito “bacharelesca” e colonizada, muito voltada para os padrões franceses de pensamento e comportamento. Para se superar esse “atraso” e “inadequação ao progresso”, ainda segundo Lobato, fazia-se necessário elevar a mentalidade dominante, substituindo-a por uma “mentalidade científica”, o que seria possível através da valorização do ensino técnico onde se ensinasse a trabalhar²³.

Se esse outro ideal de progresso não possuía espaço para o enraizamento no Brasil daquele momento, que dizer do Recife. O país ainda contava com poucas indústrias e uma economia ainda muito dependente do setor primário, voltada para a exportação de matérias primas e importação de produtos industrializados. O poder estava concentrado nas mãos de grandes proprietários, e, no caso do Recife, havia um agravante: a força do patriarcalismo ainda reinante. Se se soma a isso um momento de poucas inovações na área das comunicações de massa que pudesse atingir um público maior e com mais eficiência, vê-se que não existia um cenário favorável à penetração do ideal progressista baseado nos Estados Unidos com suas pesadas indústrias e fundado no paraíso do consumo, para o qual se fazia necessária a publicidade. Lobato bem que tentou, mas seu projeto alinhado aos ideais liberais-democratas era por demais ameaçador para o *establishment* dos anos 1920 e 1930 no Brasil.

Esse panorama começa a mudar em meados de 1930. Maiores investimentos no setor industrial e consequente rearranjo do poder entre as elites econômicas alinhado a uma completa renovação dos sistemas de comunicação, com difusão maciça do rádio e as inovações do cinema abriram o espaço para a entrada de novos paradigmas. O processo só estaria completo, contudo, na década de 1940, com a entrada em cena do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*

²² LUSTOSA, Isabel. *A descoberta da América*: o lugar dos EUA no Modernismo brasileiro. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1995, p. 5.

²³ *Idem*, p. 10.

(OCIAA), órgão responsável pela formulação e divulgação de uma discursividade enaltecedora do *american way of life*, que, obtendo um grande sucesso em sua empreitada, estabeleceu o paradigma americanista em todo o país.

Os poemas analisados também demonstram isso. Há uma procura por novidade, a tentativa de enquadrar-se aos novos tempos e linguagens através dos discursos intelectuais. Os regionalistas, e Gilberto Freyre, o seu ícone maior, é um excelente exemplo, renovam sua linguagem e tornam possível esse caráter dialógico do discurso da modernidade no Recife.

O que se pode concluir é que a modernização desejada no Recife possuía uma particularidade que era justamente esse diálogo constante com a tradição. Não apenas o diálogo prático, como ocorre em qualquer modernização, mas também o diálogo teórico, por assim dizer. Havia, no Recife, essa presença do passado forte. As imagens e discursos da cidade continham em si uma presença da tradição, diferentemente de São Paulo, por exemplo, que construiu imagens de progresso e civilização sem nenhuma ligação com o passado, como se fosse uma cidade recém-nascida, filha da modernidade “mãe solteira”.

Nesse sentido, poder-se-ia ver a modernidade como uma releitura, uma adaptação da tradição, no entanto, não é esse o sentido pleno de modernidade que tento desenvolver aqui. Vejo a modernidade como um princípio que se forma não apenas pelo agir, mas também pelo desejar, pelo sentir, pelo sonhar dos homens e mulheres que habitam o espaço da cidade. A modernidade desta capital, nesse momento, é construída através da fala dos intelectuais, dos atos daqueles que detém o poder político, das inúmeras redes de formulação discursivas presentes no todo cultural. No entanto, como em todos os acontecimentos historicizantes, essa invenção não se dá sem embates e resistências. Resistências estas que, mesmo em processos autogestados, existirão, pois não existe a tal uniformidade, e que, no caso específico, estão presentes até mesmo na discursividade que constitui essa modernidade.

Talvez essas resistências tenham, em algum sentido, dado brecha ao aparecimento de uma nova configuração discursiva alguns anos depois, e que fazem ver e dizer a modernidade com outros efeitos de sentido. Se nos anos vinte emergiu uma modernidade onde estavam presentes imagens de urbanismo, higienismo, controle e civilidade burguesas, tão caros aos padrões da modernidade euro-

péia vigente, os anos 30 inauguram uma nova visi-dizibilidade moderna, agora com moldes nos ideais do *americanismo*, e que se enraizará efetivamente nos anos 40, com a ajuda do aparato discursivo do OCIAA como já citado anteriormente. Os ideais agora são outros: democracia, liberdade individual, cientificidade, valorização da técnica, trabalho, pragmatismo, e o binômio, aparentemente ambíguo, mas no caso estadunidense complementar: progresso/tradicionalismo. O progresso estadunidense está intimamente relacionado ao progresso individual e material, daí a tamanha valorização do *self made man*, aquele indivíduo que conseguiu “crescer” na vida com seu próprio esforço, superando todas as dificuldades apresentadas. Da mesma forma, o tradicionalismo está relacionado à vida pura e saudável no campo, o homem em contato direto com a natureza, mas possuindo todo o luxo que a vida moderna poderia lhe dar. Talvez um ideal a ser perseguido no final da vida produtiva, o descanso merecido após longa dedicação ao trabalho na cidade.

Quero dizer que a modernidade é instituída no espaço recifense dos anos 20, no entanto, não é nesse período que se forma uma subjetivação da modernidade tal como reconhecida alguns anos depois nessa capital. Ao discurso moderno, presente nos anos 20, são dadas novas configurações, e, assim, permite-se a penetração dos enunciados americanistas e seus ideais de progresso/tradição, *self made man*, democracia, civilidade burguesa-liberal, entre outros.

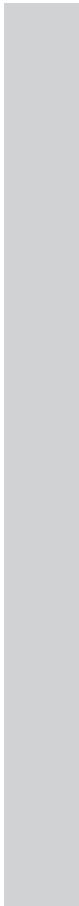
É à subjetividade enquanto conjunto de imagens, desejos, referências culturais coletivas, que me refiro neste trabalho. Uma subjetividade que é produzida, trabalhada e moldada imagético-discursivamente. Isso não significa que os recifenses sejam determinados por essa subjetividade, como que presos em uma “bolha” onde não podem atuar. Como nos diz De Certeau, duas pessoas não assistem da mesma forma ao mesmo programa de TV, reagem e atuam de forma individualizada sobre ela²⁴. Porém, o foco deste artigo não é essa *apropriação* da subjetividade coletiva, mas sim a sua construção.

Como tentei demonstrar acima, novos dizeres exigem novos fazeres. A “aura” do período e a intensa modificação do espaço físico da cidade disponibilizam um novo emaranhado de possibilidades de subjetivação nos anos 20 no Recife. Anos estes que são emblemáticos das mudanças que permeiam o século

²⁴ CERTEU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. as artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

XX quanto aos padrões de conduta e de comportamento, à introdução de novas linguagens artísticas e políticas, ao surgimento das vanguardas, às reformas urbanas nas grandes metrópoles.

Portanto, procurei entender o progresso e outros enunciados correlatos não como elementos destruidores da História, mas como elementos constitutivos da mesma; o progresso não somente enquanto objeto da História, mas também como princípio fundador, um enunciado que faz falar discursos, funda uma cultura, uma História, e permite aos sujeitos uma construção de si, a emergência de novas subjetividades.



Caderno Especial

*Relação dos danos causados
pela invasão paragua-ya,
nas igrejas da
Comarca Ecclesiastica do
Baixo Paraguay a meu cargo,
na Província de Mato Grosso*

Na Villa de Corumbá

A Igreja Parochial, construída de pau a pique, foi destruída, calculando-se o prejuízo em.....	4:000\$000
3 sinos com mais ou menos 350 kg de bronze a 1.200 reis	380\$000
1 jogo de armamentos novos, com os pertences	400\$000
1 dito uzado, na importância de	250\$000
1 banqueta de castiçaes, cruz, etc.....	100\$000
Vários objectos de alfaias pertencentes ao culto.....	100\$000

Miranda

A Igreja Parochial que eu estava construindo foi destruída.

A importância de sua construcção, como constava do respectivo livro, que perdi no Paraguay, onde fui levado prisioneiro da dita Villa de Miranda, subiu de	8:000\$000
3 Imagens bronzeadas por.....	420\$000
5 Sinos com 1800 kg. de bronze a 1.200 reis.....	2:260\$000
1 baqueta com cruz, na importancia de.....	108\$000
1 jogo de armamentos completos no valor de.....	400\$000
Varios utensilios necessarios ao culto na importancia de	100\$000

Nioac

Uma igreja filial que não foi destruída, mas se achou menos arruinada
cuja construcção custou 1:500\$000
2 Sinos com duzentas libras de bronze 240\$000
1 jogo de armamentos novos na importancia de 400\$400
2 cadeiras de braços, que juntamente as outras alfaias,
foram conduzidas commigo para o Paraguay 60\$000

Albuquerque

Uma Igreja Parochial pequena, que não foi destruída,
e se achou arruinada, cuja construcção avalio em 4:000\$000
2 sinos com libras de bronze 180\$000
1 jogo de armamentos completos 400\$000
1 turibulo de prata 90\$000
1 Imagem trocada por 100\$000
Varios utensilios para culto 100\$000

Missão do Bom Conselho

Uma igreja construida por mim, que não foi destruída,
e que se achou mui Arruinada cuja construcção foi de 6:000\$000
1 sino com 150 libras de bronze, e que ainda está na
Igreja de Caacupé no Paraguay na importancia de 180\$000
1 ornamento em não bom estado na importancia de 300\$000
Varias alfaias como seja commoda, cadeiras, etc 150\$000

S. Rs. 30:218\$000

Nota – De todos estes objectos que foram levados ao Paraguay, e muitos por mim vistos nas Igrejas da Republica, quando estive prisioneiro só dou sinos voltarão um que foi de Corumbá, e outro dos que foram de Miranda, como se pode ver actualmente, pois os collo-quei cada um em seu lugar, quando em 1870, restabeleci o culto religioso nesta comarca.

Vigararia da Vara do Baixo Paraguay, em Corumbá, 2 de janeiro de 1874. Vigário da Vara e Parocho – Frei Mariano de Bagnaia

Objectos que forão mandados por S. A. o Conde d'Eu, por intermédio do Senr. Bispo Dio-cesano, e que se achão já distribuidos em 1870.

Para a igreja de Corumbá:

1 turibulo de prata – 3 casulas em mão estado – 1 custodia de prata – 1 cruz de prata – 1 ambula de prata – 1 jarro de prata – 1 calix de dita.

Para a Igreja de Miranda:

1 custodia de prata – um turíbulo de prata.

Corumbá, 4 de fevereiro de 1874

O Vigario e Parocho

*Fr. Mariano de Bagnaia
José Antonio dos Reis*

NORMAS EDITORIAIS

1. A revista *Albuquerque* é uma publicação semestral com o objetivo de apresentar a produção científica do corpo docente e discente dos cursos de História da UFMS, e também permitir o intercâmbio com a produção intelectual de outras instituições de pesquisa.
2. A revista deverá veicular artigos/ensaios completos, entrevistas, traduções, resenhas, relatórios de pesquisas produzidos por toda comunidade dos cursos de história e áreas afins (incluindo relatórios de IC e TCC, desde que realizados com aval e coautoria de um orientador e avaliado por comitê externo), dossiês temáticos, documentos históricos comentados e analisados.
3. A revista é dirigida por uma Câmara Editorial composta por professores vinculados aos cursos de História da UFMS e membros externos convidados.
4. Todos artigos publicados deverão ser previamente aprovados por um Conselho Científico, composto de consultores internos e externos. Cada trabalho deverá passar pela aprovação de no mínimo dois consultores. Caso o trabalho não receba parecer de recomendação para publicação por um dos consultores, será consultado um terceiro parecerista.
5. O artigo/ensaio completo encaminhado à Câmara Editorial pode ser escrito em português, espanhol ou inglês, tendo no máximo 20 laudas, formato A-4, digitadas em fonte Times New Roman, tipo 12, com espaço 1,5, margens 2,5 cm. As notas devem ser colocadas no rodapé. Caso houver imagens, elas deverão ser escaneadas em 300 dpi no formato TIFF ou JPG e dimensionadas no formato de aproximadamente 5 x 5, preto e branco.
6. O artigo/ensaio a ser apresentado deverá vir acompanhado de resumo em português/inglês, de no máximo de 7 linhas e de três palavras-chave em português/inglês, independentes da língua utilizada no texto completo.
7. Abaixo do nome do autor deverá constar a instituição a qual está vinculado e seu endereço eletrônico.
8. As resenhas poderão conter até cinco laudas e as entrevistas até 10 laudas. A publicação e os comentários a respeito de documentos inéditos seguirão as mesmas normas especificadas para os artigos. As traduções devem vir acompanhadas de autorização do autor e do original do texto.

9. Em se tratando de pesquisa com apoio financeiro e recursos institucionais, estes deverão ser mencionados com o respectivo órgão público ou privado financiador.

10. Os trabalhos deverão ser entregues em CD ou pelo endereço eletrônico da Câmara Editorial revista_albuquerque@nin.ufms.br O programa utilizado deve ser compatível com Word for Windows.

11. Os textos a serem publicados deverão obedecer rigorosamente às normas ABNT, com as convenções utilizadas na área de conhecimento em História.

12. Exemplos de bibliografia:

a) SOBRENOME, Nome. Título do livro em itálico: subtítulo Edição. Cidade: Editora, ano, p.

b) SOBRENOME, Nome. Título do capítulo ou parte do livro, In: Título do livro em itálico: subtítulo. Edição: Editora, ano, p. x-y.

c) SOBRENOME, Nome. “Título do artigo entre aspas”. Título do periódico em itálico. Edito-ra, vol. fascículo, p. x-y, ano.

13. Fontes:

a) Entrar pelo nome do autor ou do órgão produtor, em CAIXA ALTA (maiúsculas).

lo). Título. Data. Localização no arquivo, Nome do arquivo.

b) Para jornais, entrar com o título do periódico em itálico. “Título do artigo entre aspas”. Nome do autor (se houver). Cidade, ano, número da edição, data. Localização no arquivo. Nome do arquivo.

14. Citações:

a) Até cinco linhas no corpo do texto “entre aspas”. Mais de cinco linhas, usar recuo esquerdo, na linha do parágrafo, de 2 cm, letra 11, espaço antes e depois da citação, sem aspas.

15. Cabe à Câmara Editorial a decisão sobreana referente à oportunidade da publicação das con-tribuições recebidas.

16. A revisão ortográfica e gramatical é de responsabilidade do(s) autor(es).

17. Junto com o trabalho do autor deverá vir o termo de autorização de sua publicação da Re-vista Albuquerque sem remuneração.

18. O autor do trabalho publicado receberá, a título de compensação, três exemplares da revista gratuitamente.

Por que Albuquerque

O nome da revista remete historicamente à figura extraordinária do capitão-general Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, que governou a capitania de Mato Grosso no século XVIII, consolidando o domínio português na região oeste da colônia.

Em 1775, dentro do seu projeto político-administrativo, Luiz de Albuquerque ordenou a fundação, nos limites com o império colonial espanhol, do Forte de Coimbra, mesmo em precárias condições. Como suporte ao seu abastecimento, instalou a missão de Nossa Senhora da Misericórdia, administrada por padres franciscanos, para criação de gado e pólo de atração da população indígena do Pantanal. Pouco tempo depois, esse pequeno povoamento passou a ser conhecido pelo nome de Albuquerque, homenageando assim o capitão-general de Mato Grosso.

No ano de 1778 foi fundada uma outra povoação nas altas barracas que margeiam o rio Paraguai, que também recebeu o nome de Albuquerque e que se tornaria mais tarde, por volta de meados do século XIX, a vila de Corumbá.

O mesmo nome Albuquerque dado a dois lugares diferentes, embora próximos, decreto expressou o respeito dos súditos da capitania pelo seu comandante e capitão-general, que demonstrou competência administrativa e visão de futuro, promovendo de fato medidas que garantiam a posse de territórios litigiosos para o império de Portugal. Do plano traçado para a ocupação de territórios importantes à margem direita do rio Paraguai, na imensa região dos pantanais até o vale do Guaporé, resultou as linhas lindeiras, que até os dias de hoje desenham o oeste do Brasil no mapa do continente sul-americano.

O distrito de Albuquerque existe até hoje, pertencente ao município de Corumbá, e sua importância é histórica por representar um marco e um momento significativo os primórdios do processo de desenvolvimento de uma região, que atualmente corresponde ao estado de Mato Grosso do Sul.

Assim sendo, a revista Albuquerque vem à luz para tornar-se também um marco dos estudos históricos em Mato Grosso do Sul, atendendo a um legítimo anseio de pesquisadores, docentes e discentes dos cursos de História da UFMS.

